

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais

Roberta Alves Silva

TRANSFORMAÇÕES NOS ECOSISTEMAS DA COMUNIDADE TRADICIONAL

DE MONTE ALEGRE: Estratégias socioambientais de existência, resistência e

reinvenção

Diamantina

2020

Roberta Alves Silva

**TRANSFORMAÇÕES NOS ECOSISTEMAS DA COMUNIDADE TRADICIONAL
DE MONTE ALEGRE: Estratégias socioambientais de existência, resistência e
reinvenção**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Rodrigo Rech
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Passos Cambraia

Diamantina

2020

Elaborada com dados fornecidos pela autora.

S586t

Silva, Roberta Alves

Transformações nos ecossistemas da comunidade tradicional de Monte Alegre: estratégias socioambientais de existência, resistência e reinvenção / Roberta Alves Silva, 2020.

145 p.: il.

Orientador: André Rodrigo Rech

Coorientadora: Rosana Passos Cambraia

Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Águas. 2. Mobilidade. 3. Plantas. 4. Serviços Ecossistêmicos. I. Rech, André Rodrigo. II. Cambraia, Rosana Passos. III. Título. IV. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 305.896

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Viviane Pedrosa –CRB6/2641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ROBERTA ALVES SILVA

TRANSFORMAÇÕES NOS ECOSISTEMAS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DE MONTE ALEGRE: Estratégias socioambientais de existência, resistência e reinvenção.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação **Interdisciplinar em Estudos Rurais** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra**.

Orientador: Prof. Dr.
André Rodrigo Rech

Coorientador: Profa. Dra.
Rosana Passos Cambraia

Data de aprovação: 28/09/2020

Profa. Dra. Flavia Maria Galizoni

Instituto de Ciências Agrárias - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Profa. Dra. Camila Alvez Islas**Instituto Internacional de Sustentabilidade (IIS)****Prof. Hebert Canela Salgado****Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM)**

André Rodrigo Rech

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER - UFVJM)

Diamantina

2020



Documento assinado eletronicamente por **Andre Rodrigo Rech, Servidor**, em 05/11/2020, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Maria Galizoni, Usuário Externo**, em 06/11/2020, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Alvez Islas, Usuário Externo**, em 06/11/2020, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hebert Canela Salgado, Servidor**, em 09/11/2020, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Passos Cambraia, Servidor**, em 20/11/2020, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0210258** e o código CRC **4C48EB06**.

A todos os meus antepassados que viveram as narrativas aqui apresentadas, em especial, meu avô paterno e padrinho, Emiliano Gomes de Jesus, que faleceu aos meus 7 anos, antes de ver o quanto dele existe no meu ser.

AGRADECIMENTOS

Às divindades e aos meus antepassados, que creio estarem sempre a me guiar nas escolhas e caminhos da vida, minha gratidão.

Minha eterna gratidão aos meus pais José Alves, Maria de Lourdes e Maria Rodrigues, pelo amor e cuidado dedicados a mim, pelo apoio de toda sorte, em momentos que o caminho se fazia muito estreito para que eu pudesse vencê-lo só. A minha irmã Angélica Alves e ao meu irmão Lucas Alves, agradeço pelo cuidado, pela confiança e admiração que sempre me deram forças em momentos de dúvida. A eles agradeço de igual maneira, as prosas e gargalhadas, que fizeram mais leve a caminhada nos dias de muita tensão. Ao meu companheiro de vida, Rafael Pereira, os sentimentos mais ternos de gratidão, pelo cuidado e afeto dedicados a mim, que com serenidade contribuíram para que houvesse equilíbrio em todos os sentimentos, bons e ruins, advindos desse caminhar. Agradeço de igual maneira o incentivo e contribuições no processo de pesquisa.

Agradeço de modo especial a comunidade de Monte Alegre, que me viu crescer, por me receber agora enquanto pesquisadora, confiando a mim tantas histórias, tantos relatos, saberes, angústias e alegrias. E por acreditar na potencialidade da pesquisa empreendida. A todos os amigos e colaboradores que de alguma forma contribuíram com o processo de pesquisa, Camila Islas, Ana Flávia, Ivana Lovo, Gudryan Baronio, Maraísa Braga, José Murilo, Marcos Vinícius, Paulo Henrique Lacerda, Vitória Rocha, Clebson de Souza e Warlisson Lopes, meus agradecimentos.

Agradeço ao meu orientador André Rodrigo Rech, pela paciência e sabedoria nas orientações gentis, profundas e encorajadoras, que contribuíram de maneira incalculável para meu amadurecimento nesse processo de construção. Gratidão a minha co-orientadora (madrinha) Rosana Passos Cambraia pela pontualidade e assertividade das orientações, pela leveza e precisão de todas as palavras e sugestões. Agradeço também a toda equipe do programa de pós-graduação, mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais, pelos momentos de reflexão, debates e aprendizados proporcionados, que contribuíram com meu crescimento pessoal e acadêmico. Aos meus colegas de turma, lhes sou grata pela oportunidade de convivência, pela troca de saberes, proximidade e afeto, construídos de maneira tão natural e verdadeira.

Agradeço ainda oficialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a UFVJM pela oportunidade do PPGER, que me permitiu

construir esta trajetória formativa, e a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)**, que apoiou esta pesquisa por meio da bolsa de mestrado.

“Gratidão á Mãe terra, que navega noite e dia – e a seu solo: rico, raro e doce” (Snyder, 2005, p. 117)

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada está voltada à questão socioambiental na perspectiva da ecologia política e foi desenvolvida na comunidade quilombola Monte Alegre, município de Veredinha (Minas Gerais, Brasil). A comunidade estudada se encontra em processo de certificação quilombola pela Fundação Palmares. O objetivo geral foi estimar as mudanças na percepção e uso dos bens naturais nessa comunidade nos últimos 40 anos e como esse processo afetou a vida dos moradores. O desenvolvimento da pesquisa envolveu dialogicamente todos os participantes (pesquisadores, orientadores e comunidade), levantando com eles as informações, dados e inferências de acordo com os princípios do método da pesquisa participante, com a utilização de instrumentos variados nas atividades de campo, como observações diretas, questionários e outros. A pesquisa revelou as versões da comunidade dispostas no tempo, resultantes de períodos históricos distintos (escravocrata, pós escravocrata, regionalização do capital, tempos atuais), todos marcados por mudanças socioambientais. Ao longo dos últimos 40 anos a comunidade tem lidado com a redução de parte dos serviços ecossistêmicos de provisão alimentar e de matéria prima, além de fornecimento de água, todas advindas das alterações ambientais. As mudanças no meio natural levaram a comunidade extrativista - que teve historicamente os locais de coleta como parte do seu território e modo de vida - às mudanças em sua estrutura social. Ao mesmo tempo em que a comunidade é esvaziada pela migração/êxodo rural, os comunitários que permanecem desenvolvem estratégias para continuar em seu território, e assim a comunidade se ressignifica a partir das novas condições.

Palavras chave: Águas. Mobilidade. Plantas. Serviços Ecossistêmicos. Território.

ABSTRACT

The research presented here is focused on the socio-environmental issue from the perspective of political ecology and was developed in the quilombo community of Monte Alegre in the municipality of Veredinha (Minas Gerais, Brazil). The studied community is undergoing the certification as quilombola by Fundação Palmares. The general objective was to estimate changes in the perception and use of natural resources by this community in the last 40 years and how this process has affected the life of the community. The development of the research dialogically involved all the participants (researchers, advisors and community), raising with them the information, data and inferences, according to the principles of participatory research, with the use of various instruments in the field activities, as direct observation, questionnaires and others. The research revealed the versions of the community arranged over time, resulting from different historical periods (slavery, post-slavery, regionalization of capital, current times), all marked by socio-environmental changes. Over the past 40 years, the community has dealt with the reduction of ecosystem services of food /raw material supply and water supply, all resulting from environmental changes. Modifications in the natural environment have led the extractive community - which has historically had collection sites as part of its territory and way of life - to changes in its social structure. As the community is emptied by rural outmigration, community members who remain develop strategies to continue in their territory, and the community resignifies itself from the new conditions.

Keywords: Waters. Mobility. Plants. People. Ecosystem Services. Territory.

RESUMEM

La investigación que aquí se presenta se centra en el tema socioambiental desde la perspectiva de la ecología política y se desarrolló en la comunidad quilombola Monte Alegre, municipio de Veredinha (Minas Gerais, Brasil). La comunidad estudiada se encuentra en proceso de certificación quilombola por parte de la Fundación Palmares. El objetivo general fue estimar los cambios en la percepción y el uso de los activos naturales en esta comunidad en los últimos 40 años y cómo este proceso ha afectado la vida de los residentes. El desarrollo de la investigación involucró dialógicamente a todos los participantes (investigadores, asesores y comunidad), levantando con ellos la información, datos e inferencias de acuerdo a los principios del método de investigación participativa, con el uso de diversos instrumentos en las actividades de campo, como las observaciones, preguntas, cuestionarios y otros. La investigación reveló las versiones de la comunidad ordenadas a lo largo del tiempo, resultado de diferentes períodos históricos (esclavitud, posesclavitud, regionalización del capital, tiempos actuales), todos marcados por cambios socioambientales. Durante los últimos 40 años, la comunidad ha enfrentado la reducción de parte de los servicios ecosistémicos de suministro de alimentos y materias primas, además del suministro de agua, todo como resultado de cambios ambientales. Los cambios en el entorno natural han llevado a la comunidad extractivista, que históricamente tenía sitios de recolección como parte de su territorio y forma de vida, a cambios en su estructura social. Al mismo tiempo que la comunidad se vacía por la migración / éxodo rural, los miembros de la comunidad que se quedan desarrollan estrategias para continuar en su territorio, y así la comunidad se resignifica a las nuevas condiciones.

Palabras clave: Aguas. Movilidad. Plantas. Pueblo. Servicio del ecosistema. Territorio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Distribuição dos biomas no Vale do Jequitinhonha.....	17
Figura 2: Esquema representativo de gruta e chapada.....	30
Figura 3: Forno para assar quitandas na casa de um dos comunitários pintado com a tabatinga, comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	35
Figura 4: Imagem da localidade onde encontra-se a Cruz de “Lorenço” na gruta do “Lorenço”, comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	35
Figura 5: Estrutura do diagrama de Venn usado para diagnóstico do uso de plantas pela comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	45
Figura 6: Construção do Diagrama de Venn junto a comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	46
Figura 7: Senhor Santo da Rosa de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais, apanhando mangaba em um corredor nativo na chapada.....	51
Figura 8: Coqueiro macaúbas na propriedade de Dona Eva do Afonso em Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	52
Figura 9: Vassoura produzida por Lucislene Nunes, na comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	54
Figura 10: Árvore de mutamba com fruto.....	55
Figura 11: Produção de rapadura por Francisco do Afonso Venâncio, comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	56
Figura 12: Capim Reis, espécie medicinal das chapadas do Cerrado.....	58
Figura 13: Carqueja, espécie medicinal das chapadas.....	59
Figura 14: Esteira produzida por dona Maria com talos de folha de bananeira.....	61
Figura 15: Pavio tingido por anil produzidos por Maria do Miliano, comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	61
Figura 16: Cangalha cheia de paina, produzida por José Alves (Zé Pequeno), comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	62
Figura 17: Balaios de taquara produzidos por Francisco do Santo da Rosa, comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	62
Figura 18: Área de cultivo de café e de eucalipto, antes ocupada com campo nativo de sempre vivas.....	64
Figura 19: a) Córrego Macaúbas b) Córrego Malaquias, (período chuvoso).....	72

Figura 20: Pedra do moinho do senhor João Benedito, guardada por sua nora, comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	78
Figura 21: Restos das estacas utilizadas para o barramento d'água do moinho, no Córrego Macaúbas, comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	78
Figura 22: Barragem do Viveiro, Veredinha, Minas Gerais.....	92
Figura 23: Abastecimento de caminhão pipa da empresa Aperam BioEnergia e da prefeitura ao mesmo tempo na barragem do Viveiro.....	93
Figura 24: Mapa dos principais fluxos de migração feminina da comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Espécies de plantas nativas usadas na comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.....	46
Tabela 2: Tabela representativa das plantas, animais e formação de nuvens observadas pela comunidade Monte Alegre como um indicativo da chegada da chuva.....	76
Tabela 3: Médias de precipitação das décadas de 1980, 1990 e anos 2000 da microrregião de Capelinha.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - A Agência Nacional das Águas ;
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro;
CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica;
CEP - Comissão de Ética em Pesquisa -
EFAV - Escola Família Agrícola de Veredinha ;
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IPBES - Plataforma Intergovernamental Sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos;
MMA - Ministério do Meio Ambiente;
NCP - *Nature's Contributions to People* (Contribuição da natureza para as pessoas);
ONU - Organização das Nações Unidas;
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
SISGen - Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado;
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
TCLE - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
UM BREVE ENCONTRO COM O SER DA AUTORA.....	20
METODOLOGIA.....	21
O MOVIMENTO DAS VIDAS NO MOVIMENTAR DAS FRONTEIRAS.....	29
<i>O caminho inverso.....</i>	<i>38</i>
CAPÍTULO 2- PESSOAS E PLANTAS: A NATUREZA HUMANA ECOSSISTÊMICA DE MONTE ALEGRE.....	43
O ALIMENTO QUE BROTA DO CERRADO.....	50
<i>A medicina popular.....</i>	<i>57</i>
A vida ainda tem forma de arte feita à mão!.....	60
CAPÍTULO 3 - PESSOAS E ÁGUAS: A NATUREZA HUMANA E ECOSSISTÊMICA DE MONTE ALEGRE.....	71
“O TEMPO DO POVO É O TEMPO DA ÁGUA”: PROBLEMAS EM TORNO DO SERVIÇO ECOSSISTÊMICO DE PROVISÃO HÍDRICA.....	72
<i>A vida árida e resiliente: dos bens naturais aos serviços ambientais.....</i>	<i>81</i>
CAPÍTULO 4 - LEVES PEGADAS NO RITMO DA EXPROPRIAÇÃO.....	98
AS “RAÍZES” DAS MULHERES DE MONTE ALEGRE.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE.....	127
ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA.....	131

INTRODUÇÃO

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1984) as comunidades tradicionais e os pequenos proprietários lavradores sofreram ameaças com a expansão da usurpação e mecanização das terras, por parte de empresas nacionais e multinacionais, em um processo devastador que propunha desenvolvimento (DIEGUES; MOREIRA, 2001). “O bioma Cerrado, considerado na época como um grande ‘vazio’, sofreu uma ocupação intensiva, balizada pela denominada Revolução Verde” (CALIXTO, 2006, p.5). Porém essa pressão não foi finalizada ao término da ditadura, e, décadas depois, as comunidades tradicionais rurais ainda continuam enfrentando diversos problemas relacionados às externalidades de um processo essencialmente capitalista. Entre essas externalidades estão os danos ambientais, promovidos, inclusive, com legitimação e financiamento do Estado (MONTIBELLER *et al.*, 2010). Essa fragilidade criada por forças maiores em uma relação de poder fez e ainda faz com que os povos tradicionais necessitem de apoio cotidianamente para defesa de seus direitos.

O debate mundial acerca da insustentabilidade do crescimento contínuo e ilimitado não é um tema recente. O relatório de Meadows et al. (1972) intitulado “*The Limits to Growth*” (Os Limites do Crescimento) já suscitava em 1972 a necessidade de repensar a proposta de desenvolvimento desenfreada, baseando-se em três conclusões:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos continuarem inalteradas, os limites para o crescimento neste planeta serão alcançados nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio repentino e incontrolável na capacidade populacional e industrial.
2. É possível alterar essas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro. O estado de equilíbrio global pode ser projetado para que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas e cada pessoa tenha uma oportunidade igual de realizar seu potencial humano individual.
3. Se as pessoas do mundo decidirem lutar por esse segundo resultado e não pelo primeiro, quanto mais cedo começarem a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas chances de sucesso (MEADOWS *et al.*, 1972, p. 24, tradução livre da autora).

Meadows et al. (1972) condenam o crescimento populacional e recomendam o crescimento zero, propondo o congelamento do crescimento industrial. Não se pode negar a contribuição das idéias radicais dos autores para a consolidação das discussões ambientais no nível mundial, no entanto é necessário ponderar a posição política de quem defende tais idéias. Considerando que o relatório foi encomendado pelo Clube de Roma,

um grupo de pessoas de 25 países que se reuniram para discutir a questão ambiental, na perspectiva de empresários, especialmente do ramo automobilístico, qual o real interesse nas proposições feitas por um grupo restrito de pessoas de países desenvolvidos e industrializados? Percebe-se em sua narrativa a mistura de ingenuidade no que tange às relações intrínsecas e essencialmente nefastas do próprio regime capitalista com a crise ambiental e a propositura de medidas tão acirradoras de desigualdade como a imposição de crescimento zero no cenário global desigual daquela época, que se mantém a grosso modo semelhante na situação atual.

O fato é que o debate da questão ambiental se intensificou a partir da segunda metade do século XX com a finalidade de aprofundar a discussão ecológica frente ao uso não racional dos recursos naturais, e mesmo os países e pessoas operadores do sistema têm se dado conta da necessidade de lidar com as questões socioambientais (MONTIBELLER et al., 2010). Esse debate se fortaleceu ao longo do tempo, na mesma medida em que a ciência investia em tecnologias desenvolvimentistas, as quais em sua maioria vêm atreladas à degradação ambiental. Como apresentado por Calixto (2006), foram várias as invenções e intervenções advindas da Revolução Verde, justificadas pela crença na necessidade de crescimento econômico e produção de alimento.

Os efeitos colaterais das intervenções e investimentos realizados (escassez de água, perda da biodiversidade, terras agricultáveis, conflitos ambientais, entre outros) explicitaram a subjugação do humano à natureza, e vários autores¹ trazem informações alarmantes sobre os bens naturais e sua deterioração. Mas os problemas ambientais enfrentados ainda não são suficientemente considerados para que seja repensada a forma de economia traçada de maneira linear em um planeta finito. Muito embora já tenhamos anos consideráveis de discussão a respeito da questão ambiental, iniciadas formalmente com o Relatório Meadows na década de 1970, passando pelo protocolo de Kyoto que trata as mudanças climáticas procurando repensar a emissão de gases poluentes na atmosfera, sobretudo CO₂. Temos ainda o protocolo de Nagóia que, por sua vez, propôs a distribuição justa dos benefícios advindos dos recursos genéticos, estabelecendo a repartição dos benefícios com o país e os povos detentores de conhecimento acerca do uso de alguma espécie ou prática. Se analisarmos cuidadosamente, veremos que todas as conferências mundiais de meio ambiente realizaram discussões relevantes, as quais nem sempre foram ratificadas pelos países-membros ou implementadas após o país ser signatário de compromissos.

¹ “Paul Erlich, de Stanford, Barry Commoner, de Washington (St. Louis), La Mont Cole, de Cornell, Eugene Odum, da Geórgia, Kenneth Watt, da Universidade da Califórnia em Davis” (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

Percebe-se dessa aproximação inicial que a realidade vivenciada por comunidades locais, por mais isoladas que possam estar, não se dissocia do contexto global; pelo contrário, é impactada diretamente pelas decisões políticas e econômicas que cada país toma. Fica evidente então que não é possível analisar as relações que uma determinada comunidade ou povo estabelece com o ambiente natural no qual se encontra, sem relacioná-las aos contextos mais amplos nos quais estejam inseridas. É justamente por compreender que as relações humanas são parte intrínseca e materializadora do que chamamos ecossistema² que esse trabalho se baseia em elementos da ecologia política³, entendendo que as questões ambientais não são só ambientais, são questões econômicas, sociais, culturais e políticas (GREENBERG; THOMAS, 2018).

Montibeller (2012) afirma que os movimentos em prol da natureza, gerados na ecologia, levaram à criação do conceito de ecodesenvolvimento que, mais tarde, seria conhecido como desenvolvimento sustentável, com vistas à junção entre conservação da natureza e desenvolvimento, atendendo às necessidades dos seres humanos. Ressalta-se, com base nesse autor, a importância de se distinguir desenvolvimento de crescimento. O crescimento traz a ideia de aumento de tamanho, de acúmulo antagônico à sustentabilidade. Já o desenvolvimento pensa a expansão de potenciais, trabalhando para melhores condições humanas, sociais, políticas culturais, etc. Muito embora equivocadamente, o crescimento econômico tem se passado por desenvolvimento tanto na linguagem popular quanto na acadêmica.

Costanza (1992) pensa o desenvolvimento sustentável a partir do capital natural, tendo em vista que o capital, nos dizeres do autor, tem um sentido diferente do capital econômico tradicional. O capital, para Costanza, diz respeito aos estoques naturais com capacidade de gerar fluxos de bens e serviços ofertados pela natureza, sem a necessidade de atribuir ou mensurar valores econômicos. A definição aqui adotada confere ao capital natural um caráter multidimensional, no qual as dimensões ecológica, econômica e sociocultural estão relacionadas e interagem para a promoção do bem-estar humano (BERKES; FOLKE, 1994 *apud* ANDRADE; ROMEIRO, 2009). Para melhor compreensão do termo, citamos como exemplo um estoque de pequizeiros e mangabeiras, capazes de ofertar fluxos de alimentos ou

² Ecossistemas são “sistemas que englobam as complexas, dinâmicas e contínuas interações entre seres vivos e não vivos em seus ambientes físicos e biológicos, nos quais o homem é parte integral. Trata-se de sistemas adaptativos complexos, nos quais propriedades sistêmicas macroscópicas como estrutura, relação produtividade-diversidade e padrões de fluxos de nutrientes emergem de interações entre os componentes” (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 3).

³ Ecologia política é o estudo da interseção e relação entre o político, amplamente compreendido e fenômenos ambientais e ecológicos (GREENBERG; THOMAS, 2018).

serviços que podem ser renovados, o que se entende como sustentável. Sendo assim o estoque que produziu o fluxo natural é chamado pelo autor de “capital natural”, e o fluxo de alimentos, bens ou serviços produzidos é chamado de “renda natural”. Vários tipos de fluxos e estoques agregados produzem o que chamamos de recursos naturais (COSTANZA, 1992).

Os fluxos produzidos pelo capital natural produzem os serviços ecossistêmicos, que são definidos por Lamarque *et al* (2011) como o benefícios que as pessoas obtém do ecossistema. Segundo a classificação da Avaliação Ecológica do Milênio (2003) estes serviços estão disponíveis aos seres humanos no ecossistema, e abrangem *serviços de provisão, de regulação, culturais, e serviços de suporte*⁴. Há que ressaltar que estas não são as únicas categorias encontradas na classificação dos serviços, mas entende-se que estas contemplam a discussão aqui proposta.

Procurando entender uma situação acerca da utilização de bens naturais e relação com a natureza, debatendo-a frente ao contexto global, essa pesquisa de mestrado acadêmico interdisciplinar buscou o entendimento das modificações ocorridas nas relações ecológicas de uma comunidade, denominada Monte Alegre, no município de Veredinha (Minas Gerais, Brasil), em decorrência das mudanças socioambientais ocorridas na região nos últimos 40 anos. Espera-se ainda que os conhecimentos sistematizados e debatidos nesta dissertação contribuam de alguma maneira com o processo de certificação quilombola da comunidade junto à Fundação Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cidadania no Brasil.

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi estimar as mudanças nos bens da natureza na comunidade Monte Alegre (Veredinha, Minas Gerais) nos últimos 40 anos (1980 a 2020) e como esse processo afetou a vida da comunidade. De forma específica buscou-se verificar a utilização dos serviços ecossistêmicos de provisão de água, alimentos e matéria prima, e as relações socioambientais da comunidade de Monte Alegre em seu espaço de vivência. Por consequência, buscamos também identificar as mudanças socioambientais decorrentes das alterações dos bens da natureza e outros, em busca da compreensão de como a comunidade têm lidado com tais modificações para sua permanência no território.

Monte Alegre é uma comunidade remanescente quilombola do município de Veredinha, situada na microrregião de Capelinha, na porção do Alto Vale do Jequitinhonha,

⁴ Provisão (abastecimento): disponibilização de alimentos, água, madeira para combustível, fibras, bioquímicos, recursos genéticos; regulação: controle de processos naturais, como a regulação climática, regulação de doenças, regulação biológica, regulação e purificação de água, regulação de danos naturais, polinização; culturais: ecoturismo e recreação, espiritual e religioso, estético e inspiração, Educacional, senso de localização, herança cultural; suporte: contribuição para o desempenho de outros serviço como, a formação do solo, produção de oxigênio, ciclagem de nutrientes, produção primária. (ANDRADE; ROMEIRO, 2009)

no nordeste do Estado de Minas Gerais, distante 496 km da capital Belo Horizonte (MIRANDA; SILVA, 2015). A comunidade faz limite com a comunidade Macaúbas (Veredinha-MG), Campo do Boa (Veredinha-MG) e com o Povoado de Vendinhas (Capelinha-MG). Monte Alegre está fortemente vinculado a comunidade de Macaúbas e a Vendinhas, tanto do ponto de vista social, estabelecendo com este espaço relações políticas, religiosas, familiares quanto do ponto de vista territorial. O território de Monte Alegre se sobrepõe de modo tranquilo, aos limites que seriam dos territórios de Vendinhas e Macaúbas, estabelecendo o que Evans Pritchard (2007) trata como território contíguo.

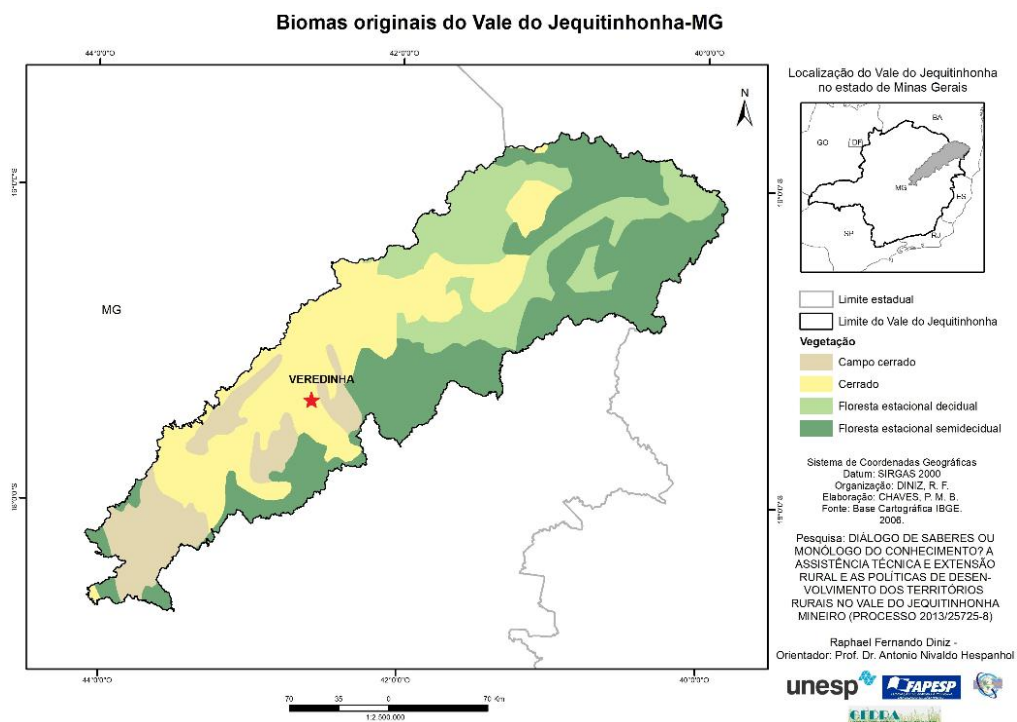
O município de Veredinha emancipado em 1995 apresenta área de 635,28 km² (VIANA, 2004). De acordo com os escritos de Saint-Hilaire (1975), em sua caminhada pelo Vale do Jequitinhonha - por volta de 1817 - ele passou por um povoado denominado Vereda, situado onde hoje é Veredinha. De acordo com ele não haviam muitas habitações, poucos eram os campos cultivados, e no percurso não se encontravam muitas pessoas. Mas o grupo que habitava a região praticava a agricultura (cultivavam algodão, trigo, feijão, cana de açúcar, hortaliças). O povoado mais próximo a Vereda era Piedade hoje conhecida como Turmalina, e ambas comercializavam no povoado mais adiante denominado Vila do Fanado atual Minas Novas. A população encontrada na época na região era de negros escravizados, indígenas e fazendeiros. Saint-Hilaire (1975), relata inclusive, que ao chegar no povoado de Vereda encontrou duas cabeças e mãos de negros dependuras, ao se informar, descobriu que se tratava de dois negros que teriam assassinado seu senhor e estavam ali expostos como exemplo aos demais. De acordo com o viajante esta forma de castigar era comum naquela época na região.

Na passagem pela aldeia Alto dos Bois, próximo ao local em que hoje se encontra o município de Capelinha, Saint-Hilaire encontrou com os índios Maunis que se instauraram na aldeia, segundo ele os índios tinham cabelos longos e pretos partidos ao meio, pele amarela queimada pelo sol, nariz chato e ombros largos. Usavam poucas vestimentas, no caso das mulheres uma saia de algodão e no caso dos homens bastavam-lhes um cordão. Não eram violentos e estavam sendo catequizados pelos portugueses, aprendiam com facilidade o que lhes era ensinado apesar de falarem outra língua. Saint-Hilaire também menciona a presença de índios Malalis e Botocudos na região em que se encontra hoje Veredinha, alguns capturados outros em fuga, mas sempre em movimento.

Predomina na região de Veredinha o Cerrado, considerado um dos biomas mais diversos do planeta (*hotspots* de biodiversidade) (CALIXTO, 2006). O Cerrado na região (Figura 1) é formado por vegetação rasteira com árvores e arbustos de pequeno a médio porte.

Saint- Hilaire (1975) em suas viagens na região já mencionava o que ele denominou de vegetação rala e árvores raquíticas. O autor usa inclusive os termos chapadas e tabuleiros para se referir aos planos nos topos de morro, ele usa também o termo carrasco ao se referir ao terreno destes lugares. Apresenta uma vegetação típica nas baixadas denominadas grotas⁵ e também em parte das chapadas⁶. Em pontos específicos das chapadas, se encontram as veredas, locais originalmente ricos em águas e peixes.

Figura 1: Distribuição dos Biomas no Vale do Jequitinhonha



Fonte: Base geográfica IBGE, 2008, Org. DINIZ, R.F.

De acordo com relatos dos moradores, Monte Alegre teria mais de 180 anos de ocupação e já foi, inclusive em um tempo recente, uma comunidade populosa com numerosas famílias (MELO, 2020). Não se sabe ao certo sobre sua origem, mas é comum encontrarmos falas que fazem referência a um povo “bugre”, que seriam os avós e bisavós dos mais velhos da comunidade atual. Os bugres, de acordo com Soares (2000), seriam os indígenas, que após a chegada dos colonizadores na região se encontravam cada vez mais acuados, motivo pelo

⁵ As grotas para a comunidade possuem duas acepções, a primeira delas diz respeito a partes baixas do relevo, desde o descer das bordas de uma planície até as baixadas no entorno dos córregos. Ou podem também se referirem à propriedade de uma família, tendo como limites as águas vertentes, sendo comum ouvir na comunidade a expressão: “grota dos Quirinos, grota dos Barbas etc.”

⁶ As chapadas são as partes mais altas do relevo, geralmente planas e extensas, com vegetação do cerrado típico, rica em frutos e com áreas de veredas d’água.

qual foram comparados, na época, a animais. Na comunidade encontram-se muitos relatos de parentes distantes “pegos a laço” ou “a dente de cachorro”, um indicativo de que em algum momento da história a comunidade foi povoada por indígenas, com os quais a interação aparenta ter sido violenta.

Os comunitários apontam a moradora conhecida como Velha Aninha e seu esposo, como os moradores mais antigos da comunidade; eles viveram na gruta do algodoeiro hoje ocupada pelos “Quirinos”⁷. Dona Aninha teria sido uma referência de força e bondade na comunidade, cuja memória se estende até os dias de hoje. Outra figura emblemática desta mesma época (última década do século XIX, início do século XX) é o Senhor Tamanco, um poderoso fazendeiro, senhor de escravos, que trabalhava com cultivos diversos, gado e garimpo na área da comunidade. A comunidade se refere aos negros escravizados por Tamanco como cativos, e destes, o que se tem mais memória é o negro Malaquias, que morreu espetado por uma vara de madeira ao saltar em um córrego para se banhar. O córrego no qual Malaquias teria morrido posteriormente recebeu seu nome pelo acontecido.

Tudo indica que os “cativos” da região foram incorporados na comunidade após a abolição da escravatura, de modo que Monte Alegre possui fortes traços quilombolas, e se auto reconhece como tal desde o ano de 2018. Esse entendimento surgiu a partir da reflexão sobre seu modo de ser, da cultura (artesanato, dança, canto e tradição), dos marcos materiais e simbólicos existente no território (cruzes, cercos de pedra, taperas antigas, utensílios, histórias etc.), dos traços físicos dos comunitários e todos os demais elementos que compõem a identidade do povo. Todavia a comunidade ainda segue no processo de certificação junto à Fundação Palmares, aguardando parecer oficial.

Os sujeitos da pesquisa [público da comunidade] foram basicamente adultos e idosos, sem a presença de nenhuma criança e com apenas duas jovens. No geral, descrevendo-as com termos da própria comunidade, são pessoas sistemadas [sistemáticas], simples, caridosas e acolhedoras, com muito gosto pelo trabalho na terra e dedicadas a religiosidade. Atualmente quatorze famílias residem na comunidade e sete são consideradas como público intermitente, pois apesar de ainda manterem vínculos afetivos e de trabalho com o local, geralmente com uma unidade produtiva em funcionamento, não residem integralmente na comunidade. As moradias das famílias estão posicionadas distante umas das outras, em uma configuração que Antônio Candido (1987) chamou de centrífuga. Dentro da comunidade não há estruturas de prestação de serviços públicos municipais ou estaduais, como escolas, posto de saúde ou outros,

⁷ Quirino é o sobrenome dos descendentes de Velha Aninha.

sendo necessário recorrer a sede do município ou municípios vizinhos para esse acesso. O modo de vida dos comunitários é vinculado à agricultura familiar e seus processos e também a coleta de alimentos do Cerrado (extrativismo de recursos naturais) mantendo uma relação de proximidade e respeito com a natureza. Ao mesmo tempo em que faz um uso aparentemente sustentável dos recursos naturais, a comunidade vive intensos conflitos ambientais, por ter parte do seu território ocupado pela empresa Aperam Bioenergia, que cultiva grande extensão de eucalipto (nome da espécie do gênero *Eucalyptus* sp) na região. Segundo a própria empresa seria uma “área de 126.127,23 hectares, sendo 76.641,65 hectares de área plantada” (APERAM, 2019).

De acordo com Porto Gonçalves (2004), a política de modernização agrícola impulsionada após 1970 tinha como um de seus propósitos o chamado reflorestamento com o eucalipto. A proposta, na época apoiada pelos governos federal e estadual, seria o investimento na expansão da siderurgia utilizando carvão vegetal.

A consolidação deste modelo na região do Alto Jequitinhonha se deu através da Cia. Aços Especiais Itabira S/A – ACESITA, empresa que havia sido fundada em 1944 pelos engenheiros Amintas Jacques de Moraes, Athos Lemos... Para disponibilizar áreas que seriam destinadas ao plantio de eucalipto, em 1976, via aprovação do Senado Federal, foi realizada a alienação de mais de 140 mil hectares de terras no Vale do Jequitinhonha para a Acesita Energética S/A. Em 2001, após sua fusão com a ARBED da Bélgica/Luxemburgo e a *Aceralia Corporación Siderúrgica*, da Espanha, cria-se o grupo multinacional Arcelor, segunda maior empresa do setor siderúrgico do mundo...Quatro anos mais tarde, em função de decisões estratégicas, as empresas do grupo foram reorganizadas entre a empresa ArcelorMittal Brasil, e a *Aperam South America*. Por sua vez, no Vale do Jequitinhonha, as empresas do segmento de produção de eucalipto e carvão foram organizadas da seguinte forma: a) *ArcelorMittal BioFlorestas*, com domínio de mais de 41 mil hectares nas áreas da antiga CAF Santa Bárbara, com plantações em Carbonita, Diamantina e Senador Modestino Gonçalves; e b) *Aperam BioEnergia*, com domínio de mais de 126 mil hectares nas áreas da antiga Acesita Energética, com plantações e carvoarias em Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha. (ALMEIDA, 2018 p. 82-83)

As modificações na paisagem alteraram o modo de vida da população local. As comunidades rurais foram as mais impactadas por manterem um modo de vida diferenciado, associado aos ecossistemas locais. Desta forma, as mudanças na fitofisionomia não implicam apenas na mudança da vegetação, mas modificam também as relações da própria comunidade com o espaço. E é neste contexto que serão abordados aqui os aspectos socioambientais da comunidade.

Um breve encontro com o ser da autora

Filha do meio de uma das tantas Marias e de um dos tantos Josés desse sertão brasileiro, que se diferenciam dos demais pelo **lugar** de história e pelo **ser** de cada um, cresci na comunidade de Monte Alegre, município de Veredinha (Minas Gerais). Meus pais, José Alves e Maria de Lourdes são agricultores por herança, perpetuadores dos legados de meus avós e bisavós (índios e negros).

A pouca oportunidade de estudo, no caso de minha mãe com o ensino fundamental incompleto, e de meu pai que aprendeu a ler e escrever de forma autodidata entre as horas do trabalho, não lhes impediu de incentivar o estudo dos filhos e também não os fez condenar o modo de vida simples no campo. Pelo contrário, serviu para incentivar-nos a valorizá-lo. Durante meu ensino fundamental a vida sempre foi configurada por dois ambientes de aprendizado que se destacavam dos demais, o universo escolar e o meio familiar. Na mesma medida em que me foram ensinadas as diversas áreas de conhecimento, as ciências naturais, humanas, exatas, etc., também me ensinavam pela prática a vida em comunidade, o trabalho doméstico e o trabalho na terra (o preparo do solo, o plantio, os tratos, cuidados e a colheita). E sempre existiu muito equilíbrio entre esses dois ambientes.

A formação diferenciada do ensino médio integrado ao curso técnico em agropecuária ofertado pela Escola Família Agrícola de Veredinha, pautada em valores humanos e sociais, possibilitou uma visão mais clara a respeito do funcionamento da sociedade, e a consciência das classes sociais, sobretudo no mundo rural. O campo, que sempre foi meu local de vivência, passou a ser visto de um outro ponto de vista, com todas as suas dificuldades e descasos, necessidades e conflitos, potenciais e barreiras, e com possibilidades de uma forma de existência diferente, norteada pela agroecologia. Esse sem dúvida foi o momento em que os dois ambientes de ensino se encontraram, o que eu aprendia em casa era continuidade do que era ensinado e vivido na escola, e vice-versa. Esse foi também um momento de reconhecimento enquanto mulher, negra e camponesa, e de fortalecimento dos vínculos com o meu território de vivência, e partir daí, o entendimento do meu lugar no mundo.

A graduação interdisciplinar em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza inseriu-me de alguma forma no movimento da educação do campo, e desde então segui trabalhando ativamente nesta área, entendendo o todo englobado. A passagem como docente na Escola Família Agrícola de Jacaré em Itinga (Minas Gerais), e na Escola Família Agrícola de Veredinha, assim como a participação em outros movimentos é também resultado dessa forma de entender o mundo e, da necessidade de contribuir com o mundo rural. Além da

frente da educação do campo, tenho trabalhado desde o ensino médio com a agricultura alternativa pautada na agroecologia e seus processos, para além da prática laboral.

O meu encontro com a área de estudo que aqui reporto se deu ainda no ensino médio, e a proposta desta pesquisa acadêmica foi forjada a partir das aulas de ecologia política durante a graduação. Busquei com a trajetória formativa desta dissertação contribuir com a comunidade estudada no processo de levantamento, análise e reflexão do seu contexto ecossistêmico e social.

METODOLOGIA

O desenho desta pesquisa é classificado como estudo de caso, pela apresentação de objeto de pesquisa delimitado, e por se tratar de uma questão contemporânea (GIL, 2010), embora neste caso acessemos um lastro histórico de 40 anos dos entrevistados. O estudo de caso adotado é de caráter exploratório (“o quê”, “como” e “por que”) (YIN, 2001) com abordagem quanti/qualitativa, e foi desenvolvido com aporte de elementos da ecologia/etnografia. Na intersecção destas perspectivas buscamos, no contato com a comunidade, a compreensão das relações da mesma com a natureza, com os serviços ecossistêmicos disponíveis e os conflitos internos e externos que giram em torno dessas questões.

De forma integrada na coleta de dados utilizamos ainda a pesquisa participante, uma vez que trata-se de um trabalho de interação com a comunidade, envolvendo questões que geram inquietação aos moradores. Compreendemos que há vantagens no entendimento das situações investigadas, realizando parte do planejamento da proposta junto com os comunitários, em um processo de construção horizontal. Desta forma, percebemos que a pesquisa e a educação não estão dissociadas, de modo que pesquisar é então um ato educativo, que caminha para a “produção de novos conhecimentos capazes de aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999).

Muito embora a pesquisa tenha sido desenvolvida no território da comunidade Monte Alegre, a mesma foi complementada com fontes externas, tais como dados municipais, de associações de comunidades vizinhas, parceiros e apoiadores da comunidade, etc. Os sujeitos da pesquisa foram moradores locais, funcionários de serviços públicos e de apoio à comunidade, como a Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), dentre outros.

Uma visita exploratória como proposto por Freire (1999) foi realizada no início da pesquisa, com a finalidade de exposição da proposta de investigação e também de apresentação para a comunidade enquanto pesquisadora. Esta visita foi importante, considerando que a autora desta dissertação é oriunda da comunidade, o que possibilitou o início de outra forma de envolvimento com os comunitários. Nessa nova dinâmica de aproximação com a comunidade foram realizadas observações diretas da vida cotidiana, identificando por sensibilidade as relações internas, os espaços de ocupação da comunidade, o conhecimento ecológico tradicional dos moradores e os campos de tensão (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Foram realizadas observações “procurando captar a rede de relações sociais que atravessa a comunidade, os problemas que a desafiam e a percepção que a população tem de suas próprias situações” (FREIRE, 1999, p. 29).

A princípio foi realizado o levantamento de material bibliográfico (teses, dissertações, livros, artigos científicos, etc.) sobre ecologia/ecologia política, apropriação de território e conflitos territoriais, seguido de sistematização. Foi realizada também uma revisão bibliográfica do período de reflorestamento no alto vale do Jequitinhonha, com o intuito de aproximação do contexto da comunidade, com capacidade de compreensão e análise. Foram considerados estudos e publicações acerca do tema, para obtenção de dados sobre a questão hídrica no município/comunidade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para obtenção de informações sobre o uso dos serviços ecossistêmico e ao mesmo tempo do histórico do ecossistema local, incluindo as intervenções realizadas ao longo dos anos pela comunidade e por empresas de cultivo extensivo de eucalipto na região. Os sujeitos da pesquisa foram divididos em três grupos de entrevista com cinco pessoas cada: **público periférico** - pessoas que residem na comunidade mas não participam da dinâmica comunitária; **público periférico intermitente** - pessoas que já residiram em Monte Alegre, mas na atualidade não residem, no entanto ainda mantém um terreno com produção e **público ativo de moradores** - pessoas que residem na comunidade e participam ativamente da dinâmica comunitária.

A entrevista semiestruturada foi aplicada utilizando um roteiro previamente preparado, de forma a conceder aos entrevistados a liberdade de diálogo e ampliação dos campos da conversa (BONI; QUARESMA, 2005). Foram utilizados nas entrevistas um gravador de áudio e uma câmera fotográfica. Nesta etapa do estudo foram formalizados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previamente encaminhados à Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, que emitiu parecer favorável n. 3.464.046. O projeto também foi registrado junto ao Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento

Tradicional Associado (SISGen), ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Menores de idade ou qualquer pessoa que não estivesse em condições de responder por si, isto é, que não fizesse pleno uso das suas faculdades mentais, não foram incluídas na pesquisa.

Análise de dados

A análise de dados foi realizada de acordo com os instrumentos adequados a cada um dos tipos de dados, entendendo o caráter quantitativo e qualitativo da pesquisa. No que diz respeito aos dados quantitativos, e relacionados aos serviços ecossistêmicos, a tabulação foi realizada com uso do programa Excel (Microsoft Office®) utilizando-se a estatística descritiva e multivariada. No caso dos dados de entrevistas e observações de campo, a análise se baseia no método de análise do conteúdo conforme Laurence Bardin (1977). De acordo com essa autora a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados na análise de diferentes informações (verbais e não verbais); o fator comum desses instrumentos seria uma hermenêutica controlada, baseada em deduções e inferências. “Considera-se nesse processo que nem sempre os significados são expressos com clareza absoluta, ou onde acaba a objetividade e começa o simbólico” (CAMPOS, 2004, p. 3). Sendo assim a análise de conteúdo “é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado. Na análise do material, busca-se classificá-lo em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por detrás do discurso” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 2).

De acordo com estes mesmos autores, o processo para análise de conteúdo se dá em três etapas, (pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados) sendo que a primeira delas foi iniciada a partir do momento do delineamento dos objetivos. Ainda na pré-análise, foi realizada a leitura do referencial teórico que serviu de apoio na análise, sistematização e inferências dos dados coletados em campo. Nessa etapa foi realizado também o tratamento dos dados coletados na entrevista semi-estruturada, nas observações de campo e em documentos, sempre prezando pela inclusão dos dados relevantes, e pela obtenção das amostras mais homogêneas nos quesitos, na perspectiva de representação do universo da comunidade. A segunda etapa se deu com a exploração do material selecionado por meio da construção das operações de codificação. A codificação nesse processo, de acordo com Silva e Fossá (2015), seria a transformação, por meio de recorte das chamadas falas, fatos e atos significativos para análises posteriores.

Nesta dissertação organizamos a narrativa da dinâmica da vida da comunidade em processo de transformação, a partir da dinâmica metaforizada da vida dos animais que se encontram na comunidade e que também passaram pelos mesmos processos relatados pelos entrevistados. Como exemplo, citamos o veado catingueiro ou veado campeiro, que vivia deslocando-se entre a grota e a chapada, seus habitats dinâmicos, aportando cada um alguns dos elementos essenciais para sua existência. Sobre este animal silvestre, já se sabe que teve sua dinâmica de vida alterada devido aos processos de transformação do ecossistema local, com a eliminação de suas áreas de pastejo nas chapadas. Desta forma, a proposta é de que a dinâmica da comunidade seja contada e interpretada em analogia simbólica ao movimento destes animais. Configura-se assim como uma forma implícita de pensar também a condição do homem na natureza. Os títulos e introduções dos capítulos da discussão dos dados terão então visões paralelas nos processos relatados pelos entrevistados em relação à biologia de animais e plantas.

A terceira etapa da pesquisa foi, por fim, o tratamento dos resultados, em uma análise comparativa, produzindo as inferências e interpretações pela justaposição dos elementos da pesquisa e destes com os referenciais teóricos. Entendendo a pesquisa como um processo de caminhar do pesquisador junto aos sujeitos de pesquisa, decerto, outros trajetos poderiam ser apontados no decorrer da caminhada. Por isso assumimos a compreensão do processo metodológico como algo fluido que pode tomar a direção que os caminhos vão indicar como possíveis ou não, sendo estes relatados de forma explícita nos relatórios que acompanham a pesquisa.

Foi apresentado aqui um esboço geral dos métodos utilizados, ciente de que o levantamento de dados envolveu também outros métodos que serão apresentados nos respectivos capítulos nos quais foram utilizados. O trabalho está organizado em três seções interligadas, a primeira sessão, organizada em um único capítulo, aborda a comunidade de forma geral, na perspectiva de entendimento da dinâmica e modo de vida em Monte Alegre, no qual se traz questões reflexivas sobre sua relação com a terra e território, sobretudo há 40 anos atrás. A segunda sessão volta-se para a questão do uso dos serviços ecossistêmicos propriamente dito, e apresenta dois capítulos. O primeiro aborda o uso das plantas pela comunidade e o segundo, o uso das águas, ambos na perspectiva de compreensão da relação da comunidade com os serviços ecossistêmicos disponíveis, procurando discutir como isto tem se dado ao longo dos anos. A terceira e última sessão discute sobre os processos de mobilidade advindos da modificação do ecossistema, das novas condições do ambiente na

paisagem. Procuramos nesse caso entender as mudanças do componente social em função das alterações do componente natural.

SESSÃO I



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

CAPÍTULO I - ENTRE EXTREMAS E HISTÓRIAS: A VIDA NARRADA A PARTIR DO TERRITÓRIO.

Esta terra é desmedida, e devia ser comum, Devia ser repartida um toco pra cada um, mode morar sossegado. Eu já tenho imaginado, Que a baixa, o sertão e a serra, Devia sê coisa nossa; Quem não trabalha na roça, Que diabo é que quer com a terra? (PATATIVA DO ASSARÉ, 2008, p. 218)

Início este capítulo dando eco a Patativa do Assaré (p. 218), ao reafirmar com base na discussão proposta para este capítulo, que essa terra desmedida (aqui materializada pelas chapadas) devia ser comum, por ter-se feito território a partir do uso coletivo pelo povo. Não se trata aqui da noção de território como o espaço de governança do Estado, senão os territórios que se sobrepõem a este, e que possuem um sentido próprio produzido a partir das relações de quem o ocupa (FERNANDES, 2012). Ao longo deste capítulo apresentaremos os elementos que subsidiam esse entendimento e os desdobramentos que dele decorrem.

Milton Santos (2007) defende a ideia de que o território não existe como território em si, ele se faz a partir do uso, o que nos leva a pensar que a existência do território é um fenômeno complexo⁸. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer a algum lugar, grupo ou contexto. O território é também o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14). Neste caso tratamos do território de vivência da comunidade Monte Alegre, constituído a partir da identidade do povo, que transcende a identidade quilombola, à medida em que é também uma comunidade extrativista e camponesa, com dinâmica de vida carregada de idiosincrasias, como veremos a seguir.

Além de espaço de materialização das condições da vida, o território, como aponta Saquet (2007), é um campo de relações e, portanto, é também um lugar de disputa de poder, sobretudo com forças externas. Isso faz com que se altere o significado do território à medida que se muda a compreensão das relações de poder. Essa dinâmica pode conduzir à desterritorialização ou a reterritorialização dado o espaço de tempo e as relações estabelecidas (SAQUET, 2007; FERNANDES, 2012).

⁸ Um sistema complexo se forma quando a soma das partes não corresponde ao todo, de forma que somente a leitura das partes não nos permitiria compreender satisfatoriamente a sua essência. O fato de ser complexo diz respeito à existência de propriedades que emergem da interação das partes, de modo que o sistema só pode ser compreendido se analisarmos o todo em conjunto (MORIN, 2020).

A partir da compreensão de território apresentada, busca-se neste capítulo discutir historicamente como foi o modo de vida da comunidade Monte Alegre em seu território de vivência, com base na narrativa dos moradores. Considera-se esse movimento indispensável para a compreensão das possíveis alterações desse modo de viver, das suas relações com o território comunitário e das definições de identidade e pertencimento dos moradores.

A base metodológica para a construção desta etapa do trabalho se deu nos 35 dias (18/08 a 27/09 de 2019) de observação participante, que se consistiu na interação social com a comunidade nas práticas cotidianas. Nesse processo, o próprio pesquisador atua como instrumento para pesquisa, possibilitando assim a construção do sentido e a dinâmica dos processos, e não só do resultado deles (CORREIA, 2009). Embora seja oriunda da comunidade, busquei nessa etapa do trabalho concentrar-me na observação com intuito de entender e sistematizar o modo de vida. Está implícito que toda minha trajetória de vida comunitária permeia e influencia meu olhar. A essa carga atribuo um valor positivo de compreensão dos dados obtidos que possivelmente não seriam apreendidos por chegantes com tamanha profundidade, ainda que utilizassem técnicas de coleta de dados participativas.

Uma atividade de visita guiada, chamada de campo histórico socioambiental, pelo território da comunidade Monte Alegre, também serviu de base para coleta de dados utilizados desse capítulo. Com duração de 2 dias (01 a 02 de setembro de 2019) essa atividade consistiu em uma caminhada pelo território da comunidade, conduzida por seis moradores locais, conhecedores do lugar e da história de Monte Alegre, e seis pessoas da equipe de pesquisa. Dividimos o território da comunidade em três partes, e nos separamos em três grupos, cada grupo responsável por uma parte do território. A composição dos grupos foi a seguinte: dois moradores de Monte Alegre responsáveis por nos conduzir em uma rota, e a partir dela abordar elementos históricos, sociais e ambientais do lugar, e, duas pessoas da equipe de pesquisa responsáveis por: a) instigar os comunitários no decorrer dos percursos, e promover provocações a respeito das questões abordadas; b) fazer o registro das falas e do espaço com uso do gravador de voz, da câmera fotográfica e do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Buscamos nos diálogos e nas entrevistas depreender elementos indicadores que possibilitassem a compreensão da amplitude do território tradicional da comunidade, bem como o uso que se faz/fazia dos bens da natureza nesse espaço. Como apoio para compreensão dos limites do território da comunidade sobre a perspectiva dos moradores, foi usado o aplicativo Google Earth® para a dimensionalização e sistematização da informação em mapas.

O movimento das vidas no movimentar das fronteiras

Os processos e acontecimentos históricos estão situados no tempo e no espaço (EVANS-PRITCHARD, 2007). Tempo e espaço possuem suas singularidades de acordo com a cultura em que estão inseridos, a ideia que determinado grupo social possui de tempo advem das relações construídas com seu espaço de vivência (EVANS-PRITCHARD, 2007). O tempo na perspectiva de Evans Pritchard se divide em tempo estrutural que é construído a partir das relações estabelecidas na estruturas relacionais da sociedade e o tempo ecológico construído a partir das relações estabelecidas com o ambiente. Neste sentido a noção de tempo possui suas singularidades de acordo com o relacionamento que o grupo social tem para com seus espaços de vivência, e até mesmo de acordo com as experiências subjetivas de cada ser.

Para Tuan (2011) o tempo pode ser interpretado como tempo cosmogônico [relativo a origem do universo], tempo humano [relativo ao desenrolar da vida humana] e o tempo astronômico [referente aos ciclos da natureza e dos astros]. O tempo cosmogônico e humano, ocorreria de acordo com o autor em uma perspectiva linear, já o tempo astronômico em uma perspectiva cíclica, tal como a percepção do tempo ecológico de Evans- Pritchard (2007).

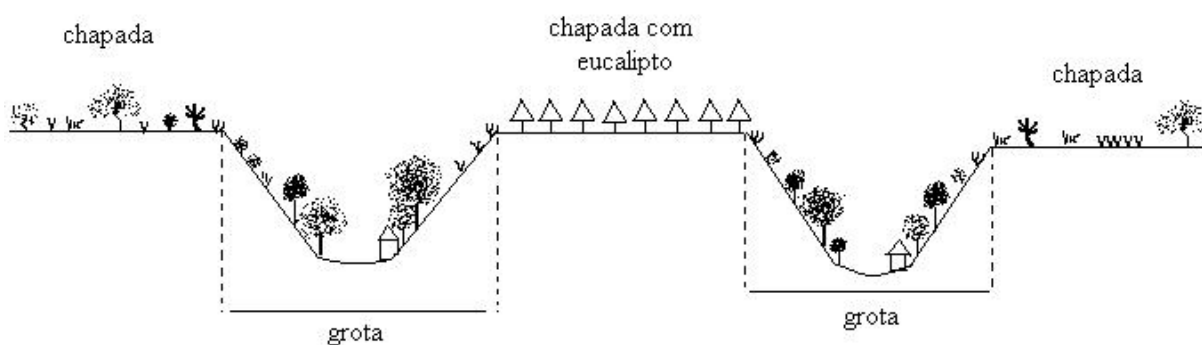
Na comunidade estudada a relação com o tempo está para além do tempo cronológico, se dando em muitos sentidos atrelada ao ambiente físico, a natureza. A tempestividade das atividades sobretudo as que estão voltadas para agricultura, pecuária, extrativismo, artesanato etc. é construída observando o tempo ecológico e não o tempo cronológico. O tempo de Monte alegre atende uma particularidade própria da cultura do grupo comunitário, que se assemelha ao tempo das comunidades do entorno e se distancia da lógica de tempo linear do capital, embora ainda assim, seja por vezes influenciado por ele. No decorrer da pesquisa optamos por abordar um intervalo de tempo (1980-2020) no espaço físico e simbólico da comunidade, compreendendo esse tempo a partir da lógica de suas idas e vidas. A interpretação de tempo constrói-se aqui a partir dos autores supracitados

Esse espaço de acontecimentos pode ser visto como algo familiar e cotidiano, ou como um espaço vasto. E neste espaço de diferentes compreensões e tempos, que são configurados os territórios e os lugares, entendidos por Tuan como uma pausa na movimentação. O lugar representa a ancoragem do tempo em um local do espaço.

Na realidade do Alto Vale do Jequitinhonha e, de forma mais específica, no município de Veredinha e entorno, as chapadas e as grotas (Figura 2) eram configurações (contínuas) de *espaço* e *lugar* das comunidades. De acordo com Tuan (1983), entendo aqui o *lugar* como um local de morada, certo, seguro, conhecido e aconchegante, o que seria equivalente às grotas,

onde são geralmente construídas as moradas dos camponeses. Já o *espaço* seria o local de liberdade, de amplidão, expressa nas “terras de fazer longe” (RIBEIRO; GALIZONI, 2007), com equivalência das chapadas abertas e extensas a perder de vista das quais os comunitários faziam uso antes da chegada da monocultura do eucalipto. As áreas de chapada eram outrora o que Diegues (2001) denomina de território comum ou uso comum das terras, sistema caracterizado pela utilização coletiva de determinados recursos naturais (peixes, plantas medicinais, materiais para construção, frutos, caça, etc.). Além desse território comum, hoje ocupado pelo plantio de eucalipto, existiam também territórios de apropriação individual (DIEGUES et al., 2001), local de cultivo de roça e criação de animais domésticos, que coincidem com as grotas.

Figura 2: Esquema representativo de grotas e chapadas.



Fonte: GALIZONI, 2005, p. 42.

A comunidade Monte Alegre, dentre outras nos municípios de Veredinha e Turmalina, tinham um modo de vida marcado pelo uso e trânsito entre os dois ambientes (chapadas e grotas), regulados a partir dos ciclos da natureza - seca e s'águas⁹ - (RIBEIRO; GALIZONE, 2007). No período das águas, as baixadas das grotas eram cultivadas com culturas anuais e o gado estava à solta nas chapadas. No período da seca após as colheitas, o gado vinha para as

⁹ Na compreensão da comunidade de Monte Alegre o ano é dividido pela natureza nestes dois períodos (seca e d'águas). De outubro a fevereiro ou março é tempo das águas, é o período chuvoso. E de março ou abril até setembro é tempo de seca, período de estiagem, sem chuvas ou com pouca chuva. Essa compreensão dos tempos do ano é essencialmente ligada às demandas da agricultura, e partir daí passam a fazer parte do cultural e social, uma vez que estes dois não estão desassociados do trabalho na terra.

baixadas nas grotas, aproveitar a soca¹⁰ das roças e beber água dos córregos. Enquanto isso, o povo subia as chapadas para coletar frutos, lenha, plantas medicinais, pescar nas veredas, etc... (RIBEIRO; GALIZONI, 2007; SANTOS; SILVA, 2018). Buscamos interpretar este movimento da comunidade a partir de Evans- Pritchard.

A casa é o ponto de partida primitivo, é o centro e a origem de um mundo. Ir para o trabalho é um movimento para fora e para adiante, rumo ao futuro; retornar para casa, ao contrário, é voltar no espaço e no tempo. Como a casa é um lugar a ser alcançado e ligado ao meu futuro, quando me dirijo a ela me sinto voltando para a “origem” do meu mundo e, conseqüentemente, para o passado. O fato das pessoas saírem de casa no raiar do dia e retornarem ao por do sol reforça a impressão de que, com a viagem para o trabalho, acompanham a flecha do tempo para o futuro, e com a viagem de volta se movem contra o tempo direcional (EVANS-PRITCHARD, 2007, p.10).

O movimento de saída das grotas em direção as chapadas seria o equivalente a se lançar adiante, e o regressar para as grotas traz-se a ideia de movimento contra o tempo direcional. A dinâmica da comunidade é marcada por esse ir e vir, em primeiro lugar da grota em relação a chapada, mas também pelas idas e vindas nos processos de migração sazonais trabalhados no capítulo 4. O que nos leva a entender que o movimento da comunidade em relação ao tempo é cíclico, espiralado, e não linear.

Tuan (1983) nos leva à compreensão de que o *lugar* é sempre acompanhado de um *espaço*, que será a extensão e amplitude do material e ao mesmo tempo, do simbólico que compõem os seres. Se não temos este espaço mítico e material, ele passa a ser nossa busca constante, consciente ou inconscientemente, porque *espaço* e *lugar* são territórios que compõem a identidade do povo. Neste sentido, refletimos as chapadas como o *espaço* de encontro da diversidade de *lugares* e de identidades. Essa construção de significado é pensada a partir da comunidade Monte Alegre, enfatizando as fronteiras nestes dois ambientes (grotas e chapadas), na perspectiva de entender os elementos que as conectam e as movimentam. Neste caso, houve a perda das chapadas para as monoculturas de eucalipto, gerando um vazio no território material e simbólico da comunidade, como veremos nos relatos que apresentamos neste capítulo.

A comunidade Monte Alegre tem nas grotas a apropriação individual/familiar dos terrenos, com limites estabelecidos pelas próprias famílias, desde antes mesmo de existir um registro formal da delimitação das terras naquela região. Então, entre os próprios comunitários existem as pequenas fronteiras, que são reconhecidas e respeitadas mesmo que não estejam materializadas documentalmente. A fronteira, neste contexto, remete aos locais em que as

¹⁰ Soca é um termo regional, usado para se referir às sobras de colheitas que ficam no local de cultivo. Ou porque o agricultor considera material de baixa qualidade e não o colhe, ou porque não produziu.

terras das diferentes famílias de um grupo se encontram, o que é denominado pelos comunitários de “extrema”.

Igual isso aqui memo, aqui memo, lá do finado João Benedito, até lá na estivinha era ali e só fechava se fosse fazer uma roça... **era respeitado pelas extremas**. Igual ali morava o veio Benedito, tinha as extrema, morava bem ali assim, tinha essa veia Dolinha aqui, já naquele outro lado lá morava o Zé Benedito mas a dona Salivera (João Nunes dos Santos, 72 anos, comunidade Monte Alegre).

A percepção alcançada é de que o encontro das fronteiras aqui não traz o sentido conflituoso da fronteira em Martins (2016), pelo contrário, a fronteira aqui muitas vezes simbólica, retrata o respeito pelo espaço do outro dentro da coletividade. Percebe-se também uma prevalência de elementos da natureza na definição dos limites do que seriam as t familiares. Pontos como o topo de um morro, os lados de um córrego, definem os limites entre os confinantes. A preocupação com a exatidão das dimensões cede espaço à harmonização com os elementos fixos da paisagem, o que só é possível em coletivo com alto senso de coletividade, onde o bem comum se torna mais importante do que os metros quadrados cedidos ou ganhos com a movimentação de um limite das terras. De acordo com Ferrari (2014) este modo de pensar as fronteiras se assemelha muito com as ideias de fronteiras das sociedades autóctones, antes do estabelecimento deste termo no Estado moderno pautado na amálgama da vasta e intocável propriedade particular.

Em Monte Alegre, os terrenos são delimitadas em algumas situações apenas pela palavra, mesmo que não escrita e nem registrada. A cada extrema, os extremantes (ou seja, os proprietários) envolvidos podem entender através da palavra quais são seus limites, e não é o medo das ações do outro que impede as partes de avançarem, mas sim o respeito, o reconhecimento da legitimidade do espaço do outro (SANTOS; SILVA, 2018). Em uma configuração que Cataia (2008) classifica como fronteira artificial, por ser estabelecida apenas por tratados, mesmo utilizando algum marco simbólico como denota a fala abaixo, de um dos antigos moradores:

Sempre tinha as extremas né! as vez tinha um coigo [córrego] que extremava, ou tinha um valo, que extremava, era isso aí... ou tinha um morro, um pontal, o pontal que a gente fala é esses morro. Fulano de tal! minha extrema passa lá... quem era de lá pra cá era um dono daqui pra lá já era outro dono. Que uns tempo atrás as terras era umas terra assim avoluta [devoluta] né, que não tinham documentos. Tinha era as extremas (Sebastião Melo 74 anos, comunidade quilombola Monte Alegre, 2019).

Percebe-se novamente a recorrência de elementos da paisagem natural na definição das extremas, o que reforça a ideia da forte vinculação e pertencimento ambiental com a terra.

Sobre o limite físico ainda, ouvimos que “*a cerca que existia era só a cerca gadeira*¹¹” (Maria do Miliano, 65 anos, comunidade Monte Alegre) que era construída de cipó timbó (*Paullinia pinnata*) e servia somente para delimitar o espaço do quintal, da roça, o resto do terreno não se cercava. A cerca existia somente para os animais (gado). Ainda assim, cercava somente o que se plantava, o restante era livre. Além disso, o cercamento com arame “*começou depois que a Acesita veio para cá... azei também es [eles] começou a divisão de terra*” (Sebastião, 74 anos, comunidade Monte Alegre).

A partir da palavra, o simbólico pode em diversas situações ser observado como a representação dos limites das terras. Uma árvore, para os que conheciam bem o terreno, servia de identificação dos limites, assim como uma pedra, um córrego ou qualquer outro símbolo. A cruz de um falecido¹², o local de um acidente ou qualquer coisa memorável. De tanto serem citados pelos moradores como ponto de referência de um lugar, passava-se a ser o símbolo daquela extrema, daquela fronteira. Esta fronteira de que tratamos, em muitas situações é construída a partir de elementos da história local.

...Era dividido por grotas, vamo supor, fulano ta naquela grotas o outro ta naquela outra grotas... cada grotas tinha um nome de um morador, aquela tapera que o cara morava, morava na tapera dos Marcelo, na tapera dos Sabino, né! (João Toca, 72 anos, comunidade Monte Alegre)

Depreende-se que os terrenos de um grupo familiar eram também chamadas de grotas. Aqui, porém, a grotas não é entendida na sua acepção geral como abordado acima - a grotas como a nomeação de uma parte do relevo. Aqui ela assume uma variação que remete aos pequenos terrenos, geralmente situadas em águas vertentes¹³. Sua área pode então estar circunscrita a uma porção de uma grotas geográfica ou até transpô-la, mas esta pequena grotas de morada tem um sentido territorial íntimo da família. Cada pequeno terreno, ou cada grupo de pequenos terrenos, são chamados de grotas, dentro de uma delas poderiam viver três ou mais famílias (os pais e seus filhos já casados, cada um com seu pedaço de terra) ou também poderia viver uma única família.

¹¹ A cerca gadeira é como a comunidade denomina à cerca artesanal construída com o objetivo de impedir a entrada do gado nas roças. Ao contrário das cercas de arame que temos hoje cujo objetivo é também delimitar e proteger a terra como um todo.

¹² A comunidade Monte Alegre tem por costume colocar uma cruz de madeira no local da morte dos falecidos, isso no caso de falecimentos fora do entorno da casa. O que remete ao Cristo quando carregava sua cruz no calvário, onde caía era colocado uma cruzinha, e os católicos lembram-se disso nos ritos da via sacra.

¹³ Na compreensão da comunidade Monte Alegre, águas vertentes seriam as águas divididas por uma montanha, pequena ou grande, fazendo com que parte da água da chuva caia de um lado (verta-se para um lado) e parte da água caia para o outro lado (verta-se para o outro lado).

Na comunidade de Monte Alegre têm-se vários casos de uma única grota que abriga os pais e seus filhos. Tomamos aqui como exemplo a família da Velha Rosa, que dividiu a terra com dois de seus filhos (Santo da Rosa e “Tone” da Rosa) estes por sua vez tiveram filhos e dividiram esse terreno com os filhos que se interessaram em trabalhar na terra. Dentro da grota de vários donos ainda hoje não há cerca. As famílias reconhecem os limites pelos cultivos, onde é cultivado é terreno de quem cultivou, o restante é do coletivo familiar. O espaço da roça é de quem cultivou, e assim também a produção, mas as áreas de mata e de pasto são de toda família e qualquer um pode retirar madeira, resinas, plantas medicinais, frutos, etc. Nesta lógica os códigos de conduta do coletivo comunitário são reproduzidos no âmbito dos coletivos familiares, ou vice-versa, até porque a comunidade tal como se percebe representa uma extensão das relações familiares. Godoi (1998) trata essa lógica de ocupação como *terra de conjunto*. De acordo com a autora, a principal característica seria o não retalhamento da terra e o pensar nela como fonte de recursos naturais. Entende-se o não retalhamento como a não divisão geral, como o não enclausuramento da área de cada um, ao contrário disso, percebemos o uso em conjunto.

Estas grotas são nomeadas a partir do nome dos proprietários ou qualquer outro nome que remeta à produção desenvolvida naquele local assim como as características da vegetação ou solo. A nomeação dos espaços traz então elementos caros da história dos antepassados. A **grota da Dolinha**, por exemplo, tem este nome devido a uma moradora antiga, conhecida por Dolinha. Costureira e bordadeira conhecida na região, ela recebia gente de toda comunidade e até de comunidades vizinhas em sua casa. Esse é um modo de nomeação do local a partir da pessoa que o ocupa ou ocupou. Como este, poderíamos citar a grota do Furugêncio, grota Velha Aninha a grota da Salivera, dentre outras.

O Capão das Antas sabe por que chama Capão das Antas? Ali naonde que o compadre João da Lia mora? Por causa que ali tinha muita anta e es conta né! Meu avô contava meu pai, que es fazia aques fojo, furava aqueles buracão né, punha uns trem por cima assim [tampando], e enchia de foia, as anta vinha é caia lá dentro, eles chegavam matava e comia (Tião Tiofa, 74 anos, comunidade Monte Alegre).

Aparece aqui a figura do capão. O capão é uma parte da grota, (retomamos aqui a grota na sua acepção mais geral, ou para melhor compreensão, a grota geográfica) geralmente mais alta, que possui matas mais densas com *árvores maiores e madeiras de lei* (João Toca, 72 anos, comunidade Monte Alegre). Se retomamos então o sentido de grota como um local de apropriação e significação local, o **capão das antas** passa a ser ele mesmo uma grota (já no sentido de apropriação individual) nomeada a partir das condições do ambiente e da prática

dos comunitários. Da mesma forma, a **grotta da tabatinga**, local de vargem próximo à chapada, onde se colhiam plantas medicinais, capim e principalmente fazia-se a retirada de uma argila muito branca chamada tabatinga, para pintura das casas, os fornos de biscoito e fogões (Figura 3). A grotta da tabatinga então é geograficamente parte de uma grotta, que ocupa uma posição no relevo, mas passa a ser denominada de grotta (na acepção comunitária) na medida em que encerra em si um significado, um sentido exclusivo, uma função ecossistêmica própria. Ela é grotta na medida em que se torna espaço significado e afetivo, na medida em que se vincula por finalidade as coisas de dentro de casa.

Figura 3: Forno de assar quitandas da casa de um dos comunitários pintado com a tabatinga, na comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Foto de Roberta Alves.

Diferente da vinculação funcional ou afetiva, a **grotta do Loreno** é um exemplo de nomeação de grotas a partir de um fato acontecido. No lugar assim nomeado há uma cruz (Figura 4), que de acordo com o que contam os moradores, marcaria o local onde Loreno foi assassinado a tiros e facadas por Mané Quirino (avô de João Toca), devido ao seu comportamento impetuoso durante um pouso de Divino. O local nunca foi o de moradia de Loreno, no entanto carrega seu nome devido ao acontecido.

Figura 4: Imagem da localidade onde encontra-se a cruz de Loreno na grotta do Loreno, comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Foto de Roberta Alves.

Observamos, dessa forma, que a delimitação dos espaços e a nomeação dos terrenos é de certa maneira um registro oral implícito de aspectos da história da comunidade. A comunidade não parou para sistematizar e contar sua história às novas gerações. No entanto, os *lugares* onde viveram as gerações anteriores são, de certo modo, os mesmos das novas gerações. Nestes *lugares* a história está incorporada nos símbolos, nos nomes dos terrenos, nos limites e fronteiras (extremas), que são ditos e lembrados dia após dia de maneira natural. E assim a história dos antepassados e dos acontecidos é lembrada, contada e eternizada. Percebe-se que a história foi incorporada na própria vida, foi materializada e recoberta de sentidos que são os mesmos que permitem o movimentar-se, pois são as referências dos locais. A história então permeia os movimentos, acabou virando o próprio chão que conduz os novos passos. Ao se fazer memória dos fatos, de certa forma é possível também sentir o que ali ocorreu. Essa história então dá sentido, nas três acepções que a palavra sentido pode ter.

Para além das fronteiras com os vizinhos extremantes, numa escala um pouco maior, os comunitários vivenciavam as fronteiras com as chapadas. As bordas das chapadas, em toda a sua extensão seriam, dentro da definição de Cataia (2008), fronteiras naturais, justamente porque são dadas pela natureza, e ela própria também seria a responsável pela tempestividade do uso. O período de descer e subir as chapadas é dado pelo tempo natural. Para a comunidade, essa fronteira natural da chapada era a representação dos limites da apropriação individual e da apropriação coletiva.

O pisar na fronteira natural projeta o olhar dos comunitários para outros lugares, porque a chapada não era comum somente a um grupo comunal, era de um coletivo de comunidades que poderiam vir inclusive de diferentes municípios. Um grande ponto de

encontro marcado pelo uso/cuidado dos recursos e pelo reconhecimento do outro. Neste sentido concordamos que “a fronteira [natural] é essencialmente o lugar de alteridade” (MARTINS, 2016, p. 133).

Além da comunidade Monte Alegre se auto identificar como quilombola - em princípio, uma identidade étnica do lugar e dos comunitários - os moradores se entendem como groteiros e chapadeiros, por estarem grandemente vinculados a estes dois espaços (grota e chapada). É, portanto, uma comunidade que se auto identifica com muitas identidades, porque todas significam sua existência, sua história e sua cosmovisão incorporadas. Outras comunidades com tantas outras histórias e identidades, de igual maneira sobem as chapadas, e assim como Monte Alegre, se definem como groteiros e chapadeiros. Este passa a ser um ponto de intercessão e união entre várias comunidades, e constitui-se aí uma identidade coletiva de vários grupos distintos sujeitos à mesma lógica geográfica. No pensamento de Halbwachs (1990) encontramos a ideia de que o ser humano deve ser pensado na trama coletiva, o que não significa negligenciar a individualidade, mas fortalecê-la.

Antônio Candido (1987) nos traz a ideia de que “as existências de um grupo social pressupõem a obtenção de equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio”, o que dependerá do tipo de organização que se desenvolve nessa perspectiva. A comunidade se preocupa com a conservação do meio em seus processos organizacionais de tal maneira, que a relação entre ambos passa a ser de troca (MAUSS, 2013) e não de exploração. Dona Joana encontra na religião as orientações sobre o modo de lidar com os o que a natureza nos concede: “*A água ficou pra ser cuidada, ela é nossa madrinha de batismo, e uma madrinha a gente deve de respeita, não urinar, não escuspi [cuspir], ter asseio né!*” O sagrado, além de alimentar a espiritualidade, é também um guia nesse processo, de maneira a contribuir no modo de tecer o diálogo com a natureza em suas temporalidades. A relação se baseia na justa medida do que a natureza pode ofertar dentro das necessidades humanas, e estes últimos procuram entender o momento e o modo de usufruir e retribuir.

O território natural é o espaço onde as relações são estabelecidas, porque tudo é feito a partir das práticas de cultivo, de colheita, de preservação e cuidado. “O regime de trabalho está quase sempre ligado a determinadas concepções de tempo, organização de família, à alimentação, à religiosidade, ao descanso e as atividades recreativas” (WILLEMS, 1944, p. 191). A comunidade observada se estrutura a partir do trabalho, da dinâmica (no sentido pleno da palavra) de lavrar a terra. Neste sentido, interferir no regime de trabalho significa ressoar de alguma maneira em todos os aspectos culturais. Afetar o meio natural de maneira mais

intensa, onde é desenvolvida essa dinâmica de trabalho, também significa de alguma maneira, senão de muitas, alterar o modo de vida.

As famílias da comunidade adotam as trocas, tanto de materialidades quanto de imaterialidades (MAUSS, 2013). A exemplo, é comum as famílias de Monte Alegre reservarem uma pequena parte do porco abatido para dar aos parentes e vizinhos próximos, e espera-se que os que receberam tendo também um animal abatido, retribuam a gentileza. Não se tem obrigação de dar, e tampouco de retribuir, mas a moral dos camponeses faz com que tenham isso como uma necessidade. Quem dá não o faz esperando receber, mas se não recebe, tendo tido o outro oportunidade de retribuir, cabe reparo¹⁴. O mesmo se faz com as quitandas, verduras e sementes, sendo esta última a mais simbólica das trocas entre eles. Outra coisa até pode ser comercializada, mas as sementes de alimentos não, elas são bens da natureza, e isso não se vende.

Até mesmo as visitas feitas e recebidas por parentes, vizinhos e amigos devem ser retribuídas, isso também faz parte da moral da comunidade. “É comum usar o termo “obrigação” para definir o sentimento de gratidão para com o outro, “fulano foi em minha casa e ficamos o dia proseando, fiquei lhe devendo obrigação”, ou “devo muita obrigação a ciclano porque foi ao casamento de minha filha”. O interessante é que o termo obrigação neste caso não se refere à obrigatoriedade, pelo contrário, é empregado para expressar um sentimento de gratidão, que no fundo não tem como ser pago, porque não se pode nem mesmo quantificar, mas pode ser retribuído, como uma graça, um sentimento bom, uma dádiva. “São coisas dadas e retribuídas [...] as pessoas se dão ao doar, e, se as pessoas se dão é porque se devem- elas e seus bens aos outros” (MAUSS, 2013).

O caminho inverso

O *espaço* das chapadas, inexoravelmente coletivo e coletivizado, constituiu-se historicamente em um território da liberdade, dos bens da natureza de provisão coletiva e da gestão difusa. Mas o povo de vida livre perdeu seu espaço de sê-lo (TUAN, 1983). A liberdade inocente no sentido da simplicidade da gestão e da não possessividade, marcada pela exploração ao passo da necessidade, “incomodou” os que descobriram ser possível retirar muito mais que frutos e plantas medicinais dali (das chapadas). Os fundantes pilares da

¹⁴ Na linguagem dos camponeses, seria o mesmo que dizer que esse ato vai ser observado, comentado, e talvez até cause um desconforto que decerto será silenciado.

liberdade foram então substituídos pela monocultura de eucalipto. A liberdade que se julgava capaz de incluir a todos ruiu, confinando os camponeses somente nas grotas, o *lugar* de segurança (TUAN, 1983). Porém sem o *espaço* de liberdade, o *lugar* já não era mais tão seguro, já não se tinha, nem tem mais, autonomia com o espaço que restou.

Shiva (2003) reflete que o primeiro passo para abertura da entrada da industrialização e das monoculturas é a negação da diversidade e dos saberes do povo, que são vistos perante o sistema como ervas daninhas a serem extirpadas. E esse foi de fato o processo, vendeu-se a imagem de um lugar sem esperanças. “A imagem do Vale do Jequitinhonha comumente difundida nos meios de comunicação vincula a região a indicadores sociais e econômicos, através da veiculação de informações que, propensamente, ressaltam os problemas locais” (NASCIMENTO, 2009 p. 9). Estando então as comunidades descrentes de si próprias, chegou à segunda etapa, que de acordo com Shiva, seria a destruição desta diversidade através dos grandes projetos. Os comunitários agora, já de fato sem alternativas, se vêem reféns de um sistema opressor em um processo cada vez maior de devastação.

Neste processo as fronteiras se movimentaram e os limites naturais e simbólicos das chapadas deram espaço aos limites materiais através do cercamento. As fronteiras são então movimentadas, de um lado pelo poder e do outro pelo medo. O poder aquisitivo, o poder político e o conhecimento fazem com que as fronteiras das chapadas se expandam gerando acumulação de capital pela expropriação territorial, do ponto de vista de quem oprime. E o medo, traduzido no não conhecimento dos direitos, na desarticulação política e no baixo poder aquisitivo, conduz ao encurtamento das fronteiras do ponto de vista de quem é oprimido.

O espaço é delimitado pelas relações de poder. Além disso, o poder ou influência que as comunidades tinham sobre as chapadas era simbólico (dado pelo conhecimento e uso, pela função social e natural da terra), difuso e não documental, e a empresa monocultora por meio de apoio dos governos da época o exercia no nível político e embora de forma nebulosa, a partir de documentos oficiais (SILVA; TOURINHO, 2017). Do ponto de vista identitário das comunidades, o território perdido afeta o *ser* dos grotiros-chapadeiros. Nos relatos dos moradores fica evidente a percepção do esvaziamento comunitário a partir das transformações apresentadas:

Aqui sempre era o seguinte, fazia mais era como diz o caso, tinha mais era uma cidadezinha, [de tanta construção dos filhos casados]os filho... ali na ti Mariquinha memo, perto do compaTião ali, tinha a casa do compaTião tinha a do Zé, Vicente, finada Maria, Teivina, Joana... aques menina muie casava e o home tinha um terrenim, levava pra morá lá, é quando não tinha, a muié que trazia o cumpanheiro para cá. É começou essa migração foi

depois...porque toda vida quase não teve (João Toca, 72 anos, comunidade Monte Alegre).

Woortmann (1990) traz a ideia de que os camponeses costumam ter categorias nucleares de seu modo de vida, que seriam a terra, a família e o trabalho. Além disso, do ponto de vista deles essas categorias seriam *elementos relacionais*, que não podem ser pensados de forma separada. Mas a chegada de outra cultura através da empresa trouxe um *modelo individual* com a dissociação, consciente ou não, dos elementos nucleares. O trabalho agora pode ser pensado separado da terra e da família, o que movimenta as vidas camponesas em muitos sentidos. Isso ocorre desde o modo de produção em áreas reduzidas até a migração para a venda de mão de obra em outros espaços, o que será tratado nos próximos capítulos. A empresa introduziu uma dinâmica que aos poucos contamina as comunidades, e com o tempo, as extremas/fronteiras simbólicas em grande medida dão lugar às cercas de arame. “*Essa idéia de fechar o terreno com cerca tem uns 40 ano, começou depois que a Acesita veio para cá... aí também es.. aí começou a divisão de terra*” (Sebastião Melo). E o simbólico passou a existir quase que somente na memória dos mais velhos.

Aqui, tratando das novas divisas nas chapadas, assumimos as fronteiras tal qual abordado por Martins (2016), como um lugar onde os diferentes se encontram, e se desencontram, entrando em conflito. Os diferentes agora já não são as comunidades vizinhas, entendemos como diferente o pensamento capitalista e seus processos. O desencontro para além das visões de mundo é também desencontro das temporalidades históricas. O tempo do capital é diferente do tempo das comunidades, a dinâmica comunitária foi então fortemente afetada.

“Essa chapada quando era chapada memo, tinha buraco de tatu canastra. Tinha o canastra tinha o bandeira, hoje não existe nada disso, mas não é por causa que o povo consumiu não- e nós caçava- é por causa de que, depois que a empresa entrou aqui o resto que tinha acabou. Uns comia veneno morria, a maioria dos pássaros morreram por causa de veneno. Igual a perziz o pintasilva, comia o veneno... tinha um tal de trinco amarelo que eles colocavam que o passarim achava que era comida” (Sebastião Melo, comunidade Monte Alegre).

O tempo da comunidade se assemelha ao da natureza, ao passo que o tempo do capital destoa fortemente. O senhor Sebastião apresenta um exemplo do quão diferente são as relações e do quanto à comunidade perdeu com isso.

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente,

não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as *recria*, mas agora como momento do seu processo de produção. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregadas de novas dimensões decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 2016, p. 79)

O movimento das vidas se faz agora em direção às grotas ou a outros territórios que não aqueles nos quais a identidade destas pessoas foi constituída. Os recursos que antes a comunidade tinha disponíveis tanto na grotta como na chapada já não são os mesmos, os principais serviços ecossistêmicos utilizados (provisão, polinização e regulação) foram redimensionados, como veremos a seguir. Muitas atividades já não são possíveis como eram antes em função das alterações do ecossistema.

Eles querem plantar o tempo inteiro se nós não pode plantar nem uma horta com o pouco de água que a gente tem, como é que ele podem plantar monocultura o tempo inteiro monocultivo para moia com caminhão pipa pegar nas barragens onde ainda tem. (POR TRÁS DA CORTINA VERDE, 2020).

SESSÃO II



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

CAPÍTULO 2- PESSOAS E PLANTAS: A NATUREZA HUMANA ECOSSISTÊMICA DE MONTE ALEGRE

A Natureza é um templo onde vivos pilares, deixam filtrar não raro insólitos enredos; O homem o cruza em meio a um bosque de segredos; Que ali o espreitam com seus olhos familiares. Com a fluidez daquilo que jamais termina[...] (BAUDELAIRE, 1995, p. 125).

As plantas de modo geral, quando utilizadas pelas populações humanas são classificadas como serviços ecossistêmico de provisão, podendo também servirem de suporte a outros serviços, atender a serviços culturais ou outros . Naturalmente elas são elementos que compõem o ecossistema e têm um significado vital para a existência das comunidades tradicionais e sua leitura do mundo. Seu vínculo está para além das necessidades básicas, uma vez que a relação entre estes e seu meio constitui o ser do povo (FREEMAN, 1992).

A etnobotânica é uma das ciências que compreende esse vínculo que transcende a reificação ambiental como mero recurso ou serviço e busca na interdisciplinaridade compor as possíveis fissuras e dirimir a velha separação homem-natureza nos diferentes campos dos saberes (FREEMAN, 1992). Como ciência, ela investiga as diferentes dimensões da relação entre plantas e pessoas em um universo interativo dinâmico (GANDOLFO; HANAZAKI, 2011; VIU *et al.*, 2010) e interdisciplinar (“história ambiental, ecologia política, ecologia cultural, ética ambiental, ecologia, economia e restauração ecológica, antropologia, taxonomia, nutrição, farmacognosia, fotoquímica, palinologia, ecologia e biologia da conservação” (NOLAN; TURNER, 2020, p. 133)). Conhecer a relação de uma comunidade com as plantas que utiliza é aprofundar no conhecimento sobre o modo de viver comunitário. Sendo assim, a etnobotânica enseja potencial nesta pesquisa, na medida em que possibilita também o entendimento das modificações da vida a partir da modificação da flora.

A flora da comunidade de Monte Alegre, diz respeito à vegetação do cerrado, predominante na maior parte do Alto Vale do Jequitinhonha, região estudada. De acordo com Marmontel *et al* (2014, p.109) “o Cerrado *Stricto sensu*, tem sua paisagem composta por um estrato herbáceo dominado principalmente por gramíneas, e um estrato de árvores/arbustos tortuosos com ramificações irregulares e retorcidas, variando em cobertura de 10 a 60%. A vegetação no território da comunidade varia nos diferentes relevos, de modo que dentro dos dois principais relevos (grota e chapada) se encontra ainda uma variação de nomes locais, que representam a diversidade da vegetação em cada ponto. O Cerrado típico apresenta uma incomensurável diversidade de frutos e espécies medicinais, o que faz com que ele tenha um grande potencial de uso para as comunidades - “muitas comunidades rurais buscam sua

segurança alimentar através do conhecimento e práticas tradicionais que possuem” (SILVA, 2019, p. 15) em relação ao cerrado. Monte Alegre é uma destas comunidades que tece estreitas relações com a natureza com propósito na autonomia e segurança alimentar.

Neste capítulo busca-se entender quais as relações que a comunidade tem tido com as plantas do seu ecossistema ao longo dos anos. Para tanto, utilizamos dos conhecimentos e técnicas da etnobotânica para o levantamento de dados e discussão posterior dos resultados. Buscamos nesta etapa do trabalho fazer o levantamento das principais espécies nativas utilizadas pela comunidade, e compreender sua forma de utilização contemporânea (2020) e nas últimas três décadas.

Os dados deste capítulo foram coletados no território da comunidade Monte Alegre no município de Veredinha, Minas Gerais. A coleta se deu com a contribuição dos comunitários entre o período de setembro de 2019 a fevereiro de 2020. Os métodos de coleta de dados utilizados nesta etapa foram a observação participante e um grupo focal utilizando o diagrama de Venn como ferramenta de esboços dos temas instigadores e também como sistematização.

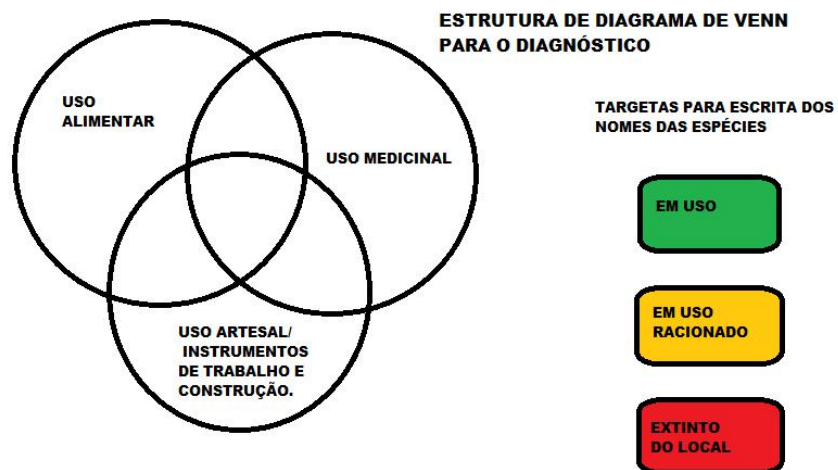
A observação participante, já mencionada nos capítulos anteriores, trata da interação livre e acentuada da pesquisadora com a comunidade em seu cotidiano, nas práticas e relações sociais. Nesta modalidade de observação a pesquisadora se aproximou do contexto e da rotina da comunidade, se tornando ela própria o instrumento da pesquisa (CORREIA, 2009). Nesta técnica é possível observar muitos movimentos, falas e feitos sutis, tidos pelos comunitários como irrelevantes, mas que em essência dizem muito sobre o modo de ser e de viver do povo.

A fim de estimar o uso dos serviços de provisão da natureza, de maneira específica, as plantas, utilizamos o grupo focal/diagrama de Venn, técnica criada pelo matemático John Venn e usada para facilitar a compreensão na união e intersecção de conjuntos (VENN, 2018). Ademais, utilizamos o diagrama também para o esboço de informações com potencial de gerar reflexões. O diagrama (Figura 5) foi produzido com três campos de uso distintos (alimentar, medicinal e artesanal, englobando construções e outros), porém com intercessões entre si. Foram produzidos de igual maneira três blocos de tarjetas de cores distintas (I verde: plantas com uso contínuo, ainda abundantes na comunidade, sem risco de perda da espécie no local; II Amarela: para plantas com uso racionado, ou seja que já não são encontradas com facilidade no território da comunidade; III vermelha: para plantas extintas, aquelas que já foram usadas no passado mas que hoje não são encontradas no território comunitário).

Optamos por trabalhar com um grupo reduzido de 13 pessoas, escolhidas por indicação dos próprios comunitários como os mais experientes em relação ao uso das plantas, todas elas com mais de 50 anos. Já cientes do que seria a atividade, e com o TCLE assinado,

atestando que todos estavam de acordo em participar, os comunitários, coletivamente, buscaram na memória os nomes populares das plantas e estes foram sendo anotados em uma das tarjetas (verde, amarela ou vermelha). A tarjeta preenchida com o nome da espécie era colocada no diagrama de acordo com a finalidade do uso. Durante o levantamento dos dados foram discutidos dois elementos essenciais, “como é ou era o uso da planta” e o “motivo pelo qual houve redução/extinção, ou modificação no uso”. Nesse processo foram utilizados uma câmera fotográfica e um gravador de áudio, como equipamentos de registro.

Figura 5: Estrutura do diagrama de Venn usado para diagnóstico do uso de plantas pela comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pela autora.

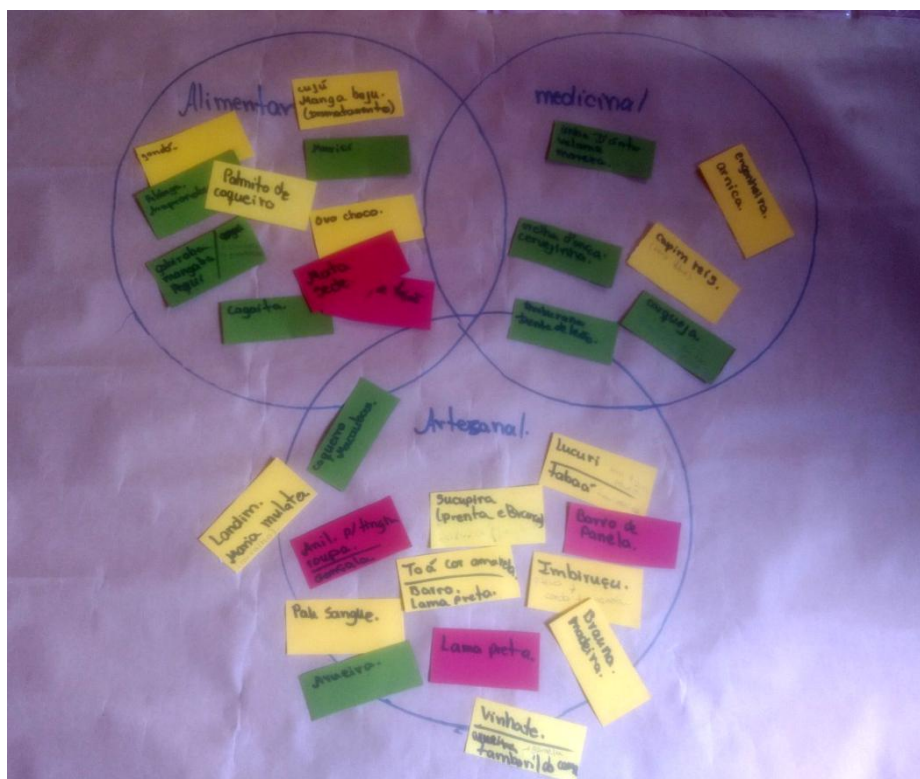
Assim, procurou-se listar as plantas utilizadas pela comunidade para fins diversos. Para identificação do nome científico das espécies usamos fotografias, a coleção de livros de Lorenzi (2009), e a ficha de identificação botânica. A partir daí construímos uma tabela representando as famílias, nome vernáculo, espécie, hábitat, finalidade de uso e status de uso. mos com o auxílio de sites da web e/ou artigos que dispunham de informações a respeito.

RESULTADOS

Neste trabalho alcançamos por meio do levantamento (Figura 6) e observações, uma lista com cinquenta espécies locais de plantas com uso na comunidade. Estas plantas pertencem a vinte e uma famílias botânicas (*Apocynaceae*, *Asteraceae*, *Myrtaceae*,

Anacardiaceae, Annonaceae, Arecaceae, Bignoniaceae, Caryocaraceae, Clusiaceae, Dilleniaceae, Eriocaulaceae, Fabaceae, Iridaceae, Lythraceae, Malpighiaceae, Melastomataceae, Malvaceae, Moraceae, Sapindaceae, Sapotaceae, Typhaceae). Percebemos neste levantamento que em Monte Alegre as plantas têm um sentido mais amplo que o previsto nas três categorias indicadas (medicinal, artesanal e alimentar), servindo a muitas outras necessidades ou propósitos. Com base nas múltiplas utilidades de cada espécie identificamos as seguintes funções: alimentar (16 espécies), medicinal (15 espécies), construção (15 espécies), artesanal (10 espécies) e combustível (4 espécies) (Tabela 1/ Gráfico 1).

Figura 6: Construção do Diagrama de Venn junto a comunidade Monte Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2020. Foto Roberta Alves

Tabela 1: Espécies de plantas nativas usadas pela comunidade de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais. Os nomes científicos são sugestões e não foram conferidos por taxonomistas.

Família	Nome vernáculo	Espécie	Habitat	Finalidade de uso	Estado de uso
<i>Apocynaceae</i>	Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Chap.e camp.	ALI	em uso

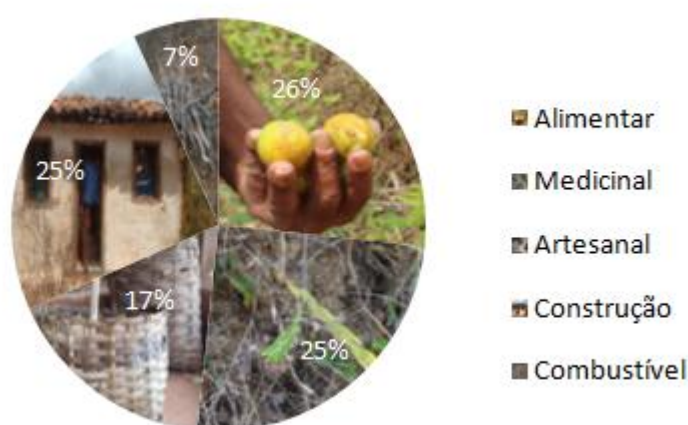
<i>Apocynaceae</i>	Velame	<i>Macrosiphonia velame</i>	Camp.	MED	em uso
<i>Asteraceae</i>	Arnica	<i>Lychnophora ericoides</i>	Chap.	MED	uso racionado
<i>Myrtaceae</i>	Cagaiteira	<i>Eugenia dysenterica</i>	Chap. e Grot.	ALI, MED, COM	em uso
<i>Anacardiaceae</i>	Caju do mato	<i>Anacardium humile</i>	Camp. e Chap.	ALI	uso racionado
<i>Anacardiaceae</i>	Gonçalo	<i>Astronium fraxinifolium</i>	Camp. e Grot.	CONS	em uso
<i>Anacardiaceae</i>	Aroeira	<i>Myracrodruon urandeuva</i>	Grot.	CONS, COM	em uso
<i>Anacardiaceae</i>	Braúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i>	Cap.	CONS	uso racionado
<i>Annonaceae</i>	Araticum/ jaca	<i>Annona crassiflora</i>	Chap.	ALI	em uso
<i>Arecaceae</i>	Lacuri	<i>Syagrus coronata</i>	Grot.	ALI, ART, CONS	uso racionado
<i>Arecaceae</i>	Macaúba	<i>Acromia aculeata</i>	Grot.	ART, ALI, CONS	em uso
<i>Asteraceae</i>	Carqueja	<i>Baccharis</i> sp.	Grot.	MED	uso racionado
<i>Bignoniaceae</i>	Cervejinha	<i>Arrabidaea brachypoda</i>	Camp.	MED	em uso
<i>Bombacaceae</i>	Paina	<i>Eriotheca gracilipes</i>	Tap. e Chap.	ART	uso racionado
<i>Caryocaraceae</i>	Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	Chap.	ALI	em uso
<i>Clusiaceae</i>	Pau Santo	<i>Kielmeyera variabilis</i>	Chap.	MED	em uso
<i>Dilleniaceae salisb</i>	Lixeira	<i>Curatella americana</i>	Chap. e Grot.	ART	em uso
<i>Eriocaulaceae</i>	sempre viva	<i>Comanthera</i> sp.	Chap.	ART	Extinto
<i>Fabaceae</i>	Sucupira preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Cap.	CONS	em uso
<i>Fabaceae</i>	Jacarandá	<i>Machaerium opacum</i>	Camp. e Grot.	CONS	em uso
<i>Fabaceae</i>	Umburana	<i>Amburana cearensis</i>	Grot.	MED , CONS	em uso
<i>Fabaceae</i>	Vinhate	<i>Plathymenia foliolosa</i>	Camp.	ART, CONS	uso racionado
<i>Fabaceae</i>	Pau sangue	<i>Machaerium brasiliense</i>	Grot.	CONS	uso racionado
<i>Fabaceae</i>	Monjolo	<i>Pterodon polygalaeflorus</i>	Chap.	CONS	uso racionado
<i>Fabaceae</i>	Tamboril	<i>Enterolobium maximum</i>	Grot. e Camp.	ART, CONS	uso racionado
<i>Fabaceae</i>	Unha d'anta	<i>Acosmium dasycarpum</i>	Camp.	MED	em uso
<i>Fabaceae</i>	Jatobá	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> <i>Stryphnodendron</i>	Chap. e Grot.	ALI, MED	em uso
<i>Fabaceae</i>	Barbatimão	<i>adstringens</i>	Chap. e Camp.	MED	em uso
<i>Fabaciae</i>	Maria preta	<i>Acacia plumosa</i>	Grot.	COMB	em uso
<i>Fabaciae</i>	Pau d'óleo	<i>Copaifera cearensis</i>	Grot.	COMB	em uso
<i>Iridaceae</i>	Capim reis	<i>Sysyrinchium vaginatum.</i>	Chap. e Camp.	MED	uso racionado
<i>Lythraceae.</i>	Pacari	<i>Lafoensia pacari</i>	Camp.	MED	em uso
<i>Malpighiaceae</i>	Murici	<i>Byrsonima intermedia</i> <i>Pseudobombax</i>	Chap. e Camp.	ALI	em uso
<i>Malvaceae</i>	Imbiruçu	<i>grandiflorum</i>	Grot.	ART	em uso
<i>Malvaceae</i>	Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Grot.	ALI	em uso
<i>Melastomataceae</i>	Orelha de onça	<i>Thibouchina heteromala</i>	Camp.	MED	em uso
<i>Moraceae</i>	Grão de galo	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Grot.	ALI	em uso
<i>Moraceae</i>	Moreira	<i>Maclura tinctoria</i> <i>Campomanesia</i>	Grot.	MED	em uso
<i>Myrtaceae</i>	Gabiroba	<i>pubescens</i>	Chap. e grot.	ALI ALI, CONS,	em uso
<i>Myrtaceae</i>	Araçá	<i>Psidium cinereum</i>	Chap. e Cap.	COMB	em uso
<i>Sapindaceae</i>	Tingui	<i>Magonia pubescens</i>	Grot.	COMB	em uso
<i>Sapotaceae.</i>	Ovo choco	<i>Pouteria torta</i>	Chap.	ALI	uso racionado
<i>Typhaceae</i>	Taboa	<i>Typha angustifolia</i>	Varg.	ART	uso racionado
	Engenheira		Grot.	MED	uso racionado
	Manga beju		Chap. e Camp.	ALI	uso racionado

Landim	Varg.	CONS	uso racionado
Maria mulata	Chap. e Grot.	CONS	uso racionado
Mata sede	Grot. e Camp.	ALI	Extinto
Anil	Varg.	ART	Extinto
Canguçu	Chap.	MED	uso racionado

LEGENDA: **ALI**- alimentar; **MED**- medicinal; **ART**- artesanal, **CONS**- construção, **COMB**- Combustível. **Chap**- Chapada; **Grot**- Grot; **Cap**- Capão; **Varg**- Vargem; **Tap**- Tapiocanga;

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados coletados em campo.

Gráfico 1: Usos das espécies de plantas pela comunidade Monte Alegre



Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo 2019

Todas as plantas descritas acima fizeram ou fazem parte do serviço ecossistêmico de provisão acessados pela comunidade no presente ou num passado próximo (20 a 30 anos). De acordo com o levantamento, identificamos que dentre as 50 espécies, 24 ainda estão em uso, **16 em uso racionado e 3 espécies que já não são mais encontradas no território da comunidade**. Os comunitários apontaram o desmatamento das chapadas e a produção de carvão vegetal nas grotas como os principais fatores que levaram a isso, e salientam que atualmente na comunidade já não existe mais produção de carvão.

Em Monte Alegre os moradores classificam os alimentos da mesma forma que a comunidade de Mossâmedes, pesquisada por Brandão. “[...] a dieta congrega em um mesmo prato os representantes das diferentes séries: há comida forte e fraca, reimosa e sem-reima, quente e fria” (BRANDÃO, 1981, p.151). O reimoso em Monte alegre é denominado de reimoso, e se refere a alimentos que tem capacidade de agravar algum problema já existente como ferimentos, ou desenvolver algum problema na pele como pruridos, brotos e outros. Em síntese, de acordo com a comunidade, são alimentos que “*interferem no sangue da pessoa*”.

Os sem rema são os que não causam esse tipo de efeito. Quente e frio dizem respeito na maioria das vezes aos chás, mas pode se aplicar também à alimentos, sobretudo os de origem vegetal. Quente ou frio não se refere ao tempero do material no momento de consumo se não que, aos efeitos que ele tem no organismo. Os alimentos frios não são recomendados para pessoas com gripe, resfriado, renites e pneumonia. Forte e fraco dizem respeito tanto aos chás e preparados com remédios do mato, quanto aos alimentos consumidos, referendo-se aos mais nutritivos e menos nutritivos.

É justamente a partir destas características dos alimentos que é definido o que é ou não prudente comer em determinado período ou em determinada situação que o corpo se encontra. Não existe para os comunitários uma linha que separa o tratamento medicinal e a alimentação, estas duas coisas estão associadas, porque dizem respeito aos cuidados com a saúde do corpo. De igual maneira os alimentos e medicamentos podem ser indissociáveis, em alguns casos as plantas que servem de alimento podem ser as mesmas que servem aos fins medicinais, como vemos na tabela acima. Desde muito cedo todos são orientados pela família em relação ao que podem ou não comer, e isso inclui também os frutos venenosos e não venenosos. A partir destas orientações os filhos cresceram conhecendo as classificações dos alimentos dos pais.

Além dessa classificação quanto aos efeitos no organismo, existe também a classificação quanto à parte utilizada (raiz, casca, flores, folhas, frutos e sementes), geralmente no caso das plantas nativas de uso alimentar a parte consumida é o fruto, as plantas de uso medicinal as partes consumidas podem variar desde as raízes até os frutos e sementes. Sendo que existem diferentes tipos de preparo que observam em muitos casos ritos específicos de preparação. Encontra-se na comunidade plantas que vem de diversos ambientes, tendo inclusive várias subdivisões dentro das chapadas e das grotas de acordo com a variação dos solos, da topografia e da vegetação. “Algumas plantas são mais territorialistas, desenvolvendo-se apenas em determinado ambiente” (CALIXTO; RIBEIRO, 2020, p.14). Os alimentos consumidos pelas famílias podem vir da roça e quintal [no caso dos cereais e frutas], da horta [no caso das hortaliças, legumes, e plantas medicinais cultivadas], das chapadas e partes das grotas [no caso de frutos e plantas medicinais nativas]. Para além disso, o que não é encontrado disponível nestes lugares ou cultivado é comprado na cidade [como: arroz, óleo, macarrão, feijão - no caso das famílias que não cultivam - ou outros alimentos que não são produzidos na comunidade, ou que são produzidos mas não na quantidade consumida pelas famílias no decorrer do ano]. Embora a prática de compra do alimento de forma mais intensa

seja fruto das modificações da estrutura agrária, existem muitas continuidades na comunidade suficientes para que sejam mantidas as raízes da tradição comunitária (OLIVEIRA, 2018).

Dentre as tantas espécies apontadas pelos moradores como de uso da comunidade, a seguir discorreremos mais a fundo sobre duas espécies nativas de uso alimentar (macaúba e mutamba) e duas espécies de uso medicinal (capim reis e carqueja). A escolha destas espécies dentre as demais considerou: a importância para comunidade, ou a limitada divulgação sobre seu uso, ou alternativamente a condição de restrição da espécie, devido a sua redução no território.

O alimento que brota do cerrado

As plantas da tabela 1, descritas como de uso alimentar, são em sua grande maioria os frutos nativos que podem ser consumidos *in natura*, ou espécies que são consumidas após processamento, e até mesmo as que são consumidas de maneira indireta por contribuírem no processamento de outro alimento, como a mutamba (*Guazuma ulmifolia*), que será apresentada a seguir. Segundo os moradores, todas estas plantas de uso alimentar são consumidas por eles na medida em que as encontram disponíveis, sendo o pequi, panã mangaba e a gabiropa as quatro espécies mais apreciadas. O primeiro é classificado como alimento quente e remoso assim como a panã, consumido com processamento mínimo, dele também se produzem óleos ou doces. Já as três últimos são consumidos quase que unicamente de forma *in natura*, sendo a mangaba e a gabiropa consideradas frias .

Tais espécies, além de serem consumidas pelas famílias no período de safra, são também comercializadas nas feiras livres do município e municípios vizinhos. Os comunitários relataram que há 20 anos essa comercialização ocorria em maior escala, e era feita por cerca de 80% das famílias da comunidade, de modo que no período de safra esses frutos eram disputados nas chapadas, pelo grande número de famílias que utilizavam deles. Hoje, no entanto, com a dificuldade de encontrar os frutos e o número reduzido de famílias na comunidade, apenas duas famílias vendem tais produtos nas feiras livres, o que representa 14% das famílias.

As pequenas áreas da chapada onde ainda estão conservadas as matas nativas são visitadas pelos moradores em busca destes e de outros frutos (Figura 7). O hábito de subir as chapadas de certa forma ainda se mantém mesmo que de maneira menos intensa, com a perda de algumas espécies. Um exemplo é a planta conhecida como **mata sede**, cujos frutos

pequenos, suculentos e vermelhos, eram consumidos pelos moradores. Esses frutos eram produzidos em pequenos arbustos, de folhas levemente aveludadas, que deixaram de existir nas grotas e campos da comunidade. Juntamente a esse movimento de ir e vir entre grotas e chapadas, parte dos comunitários tem tentado trazer um pouco das chapadas para as grotas, através do plantio de espécies nativas - sobretudo o pequi - no quintal de casa e no terreno de modo geral. O senhor José Alves se orgulha de ter mais de 50 árvores de pequi plantados por ele dentro de seu terreno, parte deles já produzindo. Esta ação de maneira simbólica mostra a capacidade de resistência e resiliência da comunidade frente aos conflitos e adversidades enfrentados com a ocupação das chapadas pelos plantios de eucalipto.

Figura 7: Senhor Santo da Rosa de Monte Alegre (Veredinha, Minas Gerais), apanhando mangaba em um corredor nativo na chapada.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Foto Roberta Alves

O coqueiro macaúba (*Acrocomia aculeata*) (Figura 8) é uma palmeira de grande porte, encontrada em abundância nas regiões de cerrado. Em Monte Alegre estão localizadas em maior número nas grotas, e possuem grande valor econômico e social para os comunitários. De acordo com Brandão (1992) a planta apresenta caule lenhoso, sem ramificações e com presença de espinhos negros ou pardos pontiagudos. As folhas são compostas e compridas chegando até a 5 metros de comprimento, apresentam nervuras repletas de espinhos. A inflorescência é “pêndula do tipo espádice, de coloração amarelo-pálida, suavemente aromáticas e o fruto é carnoso, arredondado, de coloração verde-olivácea, amarelo ou pardacenta; a casca é dura e a

polpa amarela viscosa envolvendo semente dura que encerra amêndoa também dura e oleaginosa”. (BRANDÃO *et al.*, 1992, p. 10).

Figura 8: Coqueiro macaúbas na propriedade de Dona Eva do Afonso em Monte Alegre.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019/. Foto Roberta Alves

O coqueiro macaúba historicamente tem sido para a comunidade um elemento básico na composição da vida, por oferecer aos comunitários materiais e suporte para sanar diversas necessidades cotidianas. Na alimentação, na construção, produção de utensílios, produtos de higiene e outros.

A gente pegava o palmito do coqueiro para comer, do coqueiro mais novo. Da trabaio pra tira, ocê vai tirando a casca preta dele, com aquele espinho até encontra o centro branquim, que é o palmito. Para comer a gente pica ele igual repolho e refoga. A farinha a gente tira a mesma coisa do palmito, pega um coqueiro velho e vai tirando aquela ripa, até chegar na parte de dentro. Ai ocê pega aquela parte de dentro e soca no pilão, depois lava na água que nem quando ta tirano goma [da mandioca]. Deixa assentar [decantar], aí ocê torce no pano, leva no forno e torra. Um coqueiro grande, o máximo que ala tirar e $\frac{3}{4}$ de farinha, não da nem um medida não. E a gente comia na comida, fazia escardado, era desse jeito. (Maria do Miliano, 65 anos, Comunidade quilombola Monte Alegre)

De acordo com a comunidade, hoje já não é comum extrair o palmito ou fazer a farinha do coqueiro para o consumo alimentar. A dificuldade da tarefa ficou no tempo em que toda a alimentação da família era retirada das plantações e dos alimentos produzidos pelo

cerrado. O que culturalmente foi sendo alterado por vários fatores, de modo que alimentos como o palmito e a farinha foram aos poucos substituídos por alimentos cultivados, ou por alimentos industrializados. Sobre a confecção de sabão de coco macaúba temos o seguinte relato:

Para fazer o sabão ocê descasca o coco maduro e põem de molho na água num saco plástico. Fica uns 10 a 15 dias para mulecer, tem que ficar molim memo, depois a gente soca ele e tira aquela carne amarela toda, deixa o coco peladim, preto com a gema dentro. Ai a gente faz o barrileiro e põem a dicuada. O barrileiro é feito de cipó trançado igual um funil, largo em cima e apertado em baixo, e a dicuada e a cinza com água. Ai ocê vai pondo água todo dia até pingar o suficiente. A gente coloca a dicuada junto com a massa do coco e põem no fogo e vai fervendo, aí vai batendo até dá espuma e cortar a gordura, aí ta pronto. O sabão é da carne amarela do coco né! Já o óleo a gente faz do coco que despelamos para fazer o sabão, enquanto a gente faz o sabão o coco ta secando pra lá, aí quando ta sequim, a gente quebra e torra a gema no forno. Depois de torrado a gente soca bem socadim e põem a massa para ferver na água, vai fervendo e apurando, até brotar a gordura, aí ocê vai panhando a gordura por cima e pondo em outra vasilha para fritar e tira o resto da água. E para fazer o doce a gente pega aquela canjica do coco que ficou na primeira panela e escorre, ocê põem a rapadura ou açúcar e leva no fogo. Se a massa for bem socadinha da um doce bão. Mas aproveita tudo não fica nada (Maria do Miliano 65 anos, comunidade Monte Alegre).

Segundo relatos dos comunitários o sabão preto de coco com textura pastosa era usado pelas mulheres para lavar as roupas, vasilhas e até mesmo para o banho, incluindo a higienização dos cabelos. As famílias raramente necessitavam de outros produtos de limpeza, considerando também que o piso das casas era de barro preto e o banheiro uma fossa negra próximo a casa.

Além das finalidades de uso da macaúba já apresentadas, existem outras que se mantém ainda hoje, como o consumo do fruto de forma *in natura*, sendo este rico em nutrientes. O caule amadeirado e fibroso do coqueiro é também utilizado para a fabricação de ripas utilizadas na construção de casas e de instalações para os animais (curral, chiqueiros e galinheiros). De acordo com os entrevistados, a folha de coqueiro já madura tem sido aproveitada nos últimos tempos para a alimentação alternativa do gado, sobretudo nos períodos mais secos, quando a pastagem já se encontra demasiadamente baixa. Considere-se que a macaúba é resistente por não ser vulnerável a pragas, doenças e variações climáticas. As folhas novas ainda em formação, denominadas pelos comunitários de olho do coqueiro, são utilizadas por diferentes grupos geracionais para fabricação de vassouras (Figura 9) utilizadas no dia-a-dia para varrer casa e terreiro, e ainda para a comercialização entre comunidades e em feiras livre.

Para se fazer a vassoura primeira etapa é analisar o olho do coquero, o olho, ou o pendão do coquero, nasce coladinho, é dele que se forma a folha, quando ele começa a se soltar é quando se tira o olho. Como o coquero macaúbas é muito alto, usa-se o bambu com uma foice na ponta. Tem que tomar cuidado na hora de tirar para não tirar o olho todo, porque se não ele demora a por outra folha. Quando tira o pendão aí tem que despincar o olho [desgrudar ele, separando um por um para por pra secar], geralmente a gente põem no terreiro. Quando seca, você coloca ele no sereno a noite, um dia antes de trançar a vassoura, para ele não quebrar. Aí amarra um barbante esticado em duas estacas, o tamanho do barbante depende do tamanho da vassoura que você quer, a gente usa o barbante de plástico. Ai depois você tece o olho no barbante. Depois de pronto você amarra o trançado em um cabo de madeira previamente preparado. (Lucislene Nunes, 19 anos comunidade Monte Alegre)

Figura 9: Vassoura produzida por Lucislene Nunes, na comunidade Monte Alegre (Veredinha, Minas Gerais)



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Foto Roberta Alves

A palmeira macaúba ainda é utilizada pela comunidade com um grande potencial econômico e cultural, envolvendo muito saber em torno dos processos de produção de utensílios com a mesma. Porém, procedimentos como a extração do óleo, da farinha e o sabão, são processos que hoje fogem do domínio da geração com menos de 25 anos, assim como outros produtos de determinadas espécies que foram sendo substituídos ao longo do tempo. Em contraposição, em se tratando dos subprodutos da macaúba, a vassoura artesanal é vastamente difundida, sendo produzida inclusive pela geração mais jovem, para uso e comercialização.

A mutamba (*Guazuma ulmifolia*) (Figura 10) é usada pela comunidade da mesma forma, caracterizando-se por ser uma árvore de grande porte, distribuída nas grotas e chapadas do território de Monte Alegre. É considerada pela comunidade uma planta importante por contribuir em uma das principais atividades econômicas do lugar, a produção de rapadura e doces. Segundo Carvalho (2007) a mutamba possui caule levemente tortuoso e ramificado desde sua parte baixa. A casca tem coloração café escuro e espessura de até 12 mm, se desgrudando facilmente do caule. Ainda de acordo com Carvalho as folhas da planta são simples, em formato ovalar ou lanceolada com até 18 centímetros de comprimento e até 6 de largura. Possui flores pequenas, em tons branco e amarelo e o fruto é arredondado, duro e negro, apresentando aspereza.

Figura 10: Árvore de mutamba com fruto



Fonte:Guazuma ulmifolia Lam. Disponível

em:

<http://www.cybertruffle.org.uk/vinales/eng/guazuma_ulmifolia.htm>. Acesso: 17 fev. 2020.

A relevância de uso da mutamba se dá pelo potencial que sua casca possui em fazer emergir as impurezas de um material líquido fervente no qual é imersa. É usada pela comunidade até os dias atuais na produção da rapadura e doces (Figura 11). A garapa extraída da cana-de-açúcar (matéria prima da rapadura) ao ser levada ao fogo necessita, que sejam retiradas as impurezas, a fim de se conseguir um produto final de melhor qualidade. E é justamente esse o papel da mutamba, como descreve o senhor Laurindo.

A mutamba quanto mais nova mio é, ocê corta uma gaia dela bate ela em um toco até a casca soltar toda, não é difícil porque ela tem a casaca froxa. Quando ocê tira a casaca, ela já vai ta meia babenta, ocê põe ela em um balde d'água e deixa de um dia pro outro, a água vai ficar toda babenta. É essa água que a gente põe na garapa para limpar. Tudo que é impureza vem pra cima, é pedaço de bagaço que fica, pedacim de cana, tudo, vai subindo e a gente vai panhando com a escumadeira. Aí o tacho fica limpo. Se ocê for colocar a mutamba e deixar um fio da baba saindo do lado de fora do tacho, a garapa vai descendo por esse fio até não sobrar nada no tacho, parece que ala puxa né. Então na hora de por a mutamba ocê tem que reparar se não ficou nada caindo do lado de fora do tacho não. (Laurindo Nunes da Silva, 59 anos, comunidade Monte Alegre)

Figura 11: Produção de rapadura por Francisco do Afonso Venâncio na comunidade Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal de Dário Oliveira

Algumas espécies de arbustos são também usadas como combustível na cozinha, mas sobretudo nas fabriquetas caseiras de rapadura, doces e farinha. A lenha utilizada na fornalha da cozinha e no forno de quitanda é geralmente formada de garranchos (galhos finos) secos que caem das árvores. Estes garranchos são encontrados espalhados de forma avulsa pelo terreno, em outros casos podem ser restos da limpeza do pasto. Para a fornalha de rapadura e o forno de farinha, a lenha deve ser mais grossa, motivo pelo qual, segundo os entrevistados, tende a ser coletada de árvores mais grossas já secas. A preferência é sempre por árvores secas, por queimarem melhor, e também para preservar as demais. Ainda, segundo pode se depreender das falas, não se retira lenha nas margens de córregos ou nascentes, e tem-se um cuidado com as árvores de maior porte e as madeiras de lei.

A medicina popular

As plantas medicinais identificadas estão distribuídas em dez famílias: *Apocynaceae*, *Asteraceae*, *Myrtaceae*, *Bignoniaceae*, *Clusiaceae*, *Fabaceae*, *Iridaceae*, *Lythraceae*, *Melastomataceae*, *Moraceae*. Todas as espécies que ainda se encontram no território da comunidade são utilizadas de acordo com a necessidade pelos moradores. Foi identificado durante as entrevistas que os comunitários utilizam da medicina alternativa, produzindo fitoterápicos a partir das plantas do cerrado e ou de horta. No entanto, há também o uso de produtos alopáticos, utilizados, sobretudo, no caso de doenças que exigem medicamentos sob controle, a exemplo da hipertensão. Para a comunidade o uso de plantas medicinais nativas do local ou até mesmo cultivadas ao redor de casa, representam economia, porque reduzem gastos com tratamentos e medicamentos. Tal como ocorre nas comunidades vizinhas estudadas por Calisto e Ribeiro (2020)

De acordo com os participantes deste estudo, o conhecimento a respeito do potencial do princípio ativo de cada planta medicinal lhes foi repassado pelos seus antepassados, e apreendido a partir da observação do efeito das plantas e do comportamento animal em relação a elas. As crianças aprendem a partir da observação dos adultos e do acompanhamento em suas atividades (CALIXTO; RIBEIRO, 2020). Segundo o entendimento dos comunitários, os raizeiros/raizeiras, benzedeiros/benzedoiras e as parteiras são as pessoas que possuem mais conhecimento em relação ao uso das plantas. Em outros tempos a comunidade contava com inúmeros mestres da medicina popular, mas hoje restou apenas um benzedor, o senhor Laurindo Nunes, aprendiz de muitos mestres já falecidos. Outra informação importante é que tanto o conhecimento atual, quanto as referências passadas dos comunitários acerca das plantas medicinais está acumulado predominantemente nas mulheres.

Aqui de benzedora tinha a Bastiana Tiofo, sogra da comade Antônia e mãe da Conceição, ela benzia de quebrante, mal olhado, e indicava os remédios, ela conhecia as Plantas né! Tinha o Zé Sinhana que Benzia de queimadura, dele oce lembra né! Ele não tinha casa, ficava um tempo na casa de um, e de outro, ele era pescador, naquela época tinha muito peixe né! E era artesão também, fazia Balaio de taquara. Aqui na comunidade tinha a Lia Toca, mãe do João Toca, que era parteira, a comade Gerardinha, a comade Zébilinha, e a Luzia também, as parteira tudo tinha muito cunhecimento das planta, sabia indicar banhos, remédios e sabia fazer simpatia também. (Joana Rodrigues e Maria Rodrigues, Comunidade quilombola Monte Alegre).

As parteiras são denominadas pela comunidade de mãe de umbigo. “*A comade Luzia memo é mãe de umbigo dessa Maria minha*” (Joana Rodrigues). A mulher que ajudava a

criança vir ao mundo criava um vínculo com ela, e passava simbolicamente a ser sua mãe de umbigo. As parteiras eram mulheres comuns, que possuíam sua lida em casa e na roça ao lado do marido, normalmente eram mais velhas e já tinham tido muitos filhos. Seu diferencial era a experiência materna, o conhecimento sobre as espécies medicinais, a notável fé e a disponibilidade de colocarem-se a serviço da comunidade e seu entorno, de forma gratuita. Essas mulheres tinham uma relação grande com o sagrado. *“Tinha hora que as pobizinha trabalhava o dia todo quando dava di noite o povo buscava elas. A Lia toca, matava até boi! Ela era muito sofrida, passava abrindo coqueiro para fazer a tal farinha de coqueiro, mais tinha muita fê”* (Maria do Miliano).

Segundo sr. Laurindo, para usar as plantas não basta apenas ter conhecimento do princípio ativo, é preciso saber sobre como ministrar, as peças [espécies] a serem combinadas e as simpatias de uso. A simpatia é um procedimento simbólico utilizando objetos, ou ervas, a fim de conter algum mal, ou combater doenças e incômodos. A simpatia ainda hoje é muito comum na comunidade e entorno, sobretudo para as crianças.

Simpatia é, por exemplo, um menino tá vomitando muito e não aguenta nem tomar um remédio, aí precisa da simpatia né! Ocê pode trancar alguma coisa e da ele a chave para segurar que aí ele consegue berber o remédio, ou colocar um ovo na mão dele. Ota coisa que ocê pode fazer é enrolar um pano de panela no pescoço dele, com as pontas viradas para traz, qualquer um destes que fizer o menino para de vomitar. Tem simpatia pra tudo, pra bronquite, sopro no coração, pra tudo. A pessoa que usou a simpatia não pode saber não, porque se não o problema volta pior que era, mata memo. (Maria Rodrigues, 65 anos, comunidade Monte Alegre)

Dentre as tantas plantas medicinais, apresentadas e discutidas durante o levantamento de dados, foi destacado nas falas também o Capim reis (*Sysyrrinchium vaginatum* - Figura 12). Esta é uma espécie nativa do cerrado, de maneira mais específica nas chapadas e campos. O capim reis representa aqui as plantas medicinais das chapadas que aos poucos estão deixando de existir. Trata-se de uma “erva de até 25 centímetros de altura, com folhas lanceoladas, alternas, coladas umas nas outras, achatadas lateralmente, parecidos com uma trança. A cor pode variar do verde-escuro a verde-amarelado, dependendo da luminosidade recebida e da época” (GONÇALVES, 2019, s/n). Segundo o senhor João Nunes morador da comunidade *“o capim reis a gente usa para febre, dor de cabeça e dor no corpo, é um remédio quente né! Mas hoje a gente não acha ele faço não”*.

Figura 12: Capim reis, espécie medicinal das chapadas do cerrado.



Fonte: PLANTAS QUE CURAM. Disponível em:< <http://www.plantasquecuram.blogspot.com/2017/09/capim-tranca.html> >. Acesso em: 19 fev. 2020.

A carqueja (*Baccharis trimera* - Figura 13) é também uma espécie medicinal usada pela comunidade para o tratamento de rins, problemas intestinais no geral e combate a caspa. As folhas da planta podem ser colocadas em água fria ou cachaça. É também utilizada pelos comunitários no tratamento de enfermidades em animais domésticos, como a boubá aviária nas aves. “As espécies do gênero *Baccharis* têm porte arbustivo, com altura entre 0,5 e 4,0 metros. Arbusto bastante ramificado na base possui caules e ramos verdes com expansões trialadas.” (KARAM *et al.*, 2013, p. 281). De acordo com a comunidade, a carqueja que era naturalmente encontrada próxima as fontes de água, passou a ser vista com menos frequência. Ao passo que agora a cada 10 fontes visitadas, a planta foi vista em apenas uma. Há que se considerar que as fontes de água também foram reduzidas ao extremo, como veremos no capítulo seguinte.

Figura 13: Carqueja, espécie medicinal das chapadas.



Fonte: PLANTAS QUE CURAM. Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/usos-beneficios/2797-carqueja-beneficios/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

A vida ainda tem forma de arte feita à mão!

Diversas espécies nativas ou não, são utilizadas pelos moradores na produção artesanal de produtos ou utensílios para casa. O conhecimento a respeito do processo de confecção vem dos pais e avós que tinham a produção artesanal de utensílios como alternativa para sanar as demandas cotidianas. As peças são confeccionadas, normalmente, em momentos que a família se encontra mais ociosa. Geralmente nos dias chuvosos em que não é possível trabalhar na roça, nos dias santos de guarda com menos restrição e até mesmo durante a noite. A depender da relevância econômica e da necessidade para uso do artesanato no seio familiar, pode ser confeccionado em dias comuns de trabalho. O calendário do campo vai sendo traçado pela arte que demanda tempo e supre as necessidades.

De acordo com os participantes da pesquisa, o imbiruçu (*Pseudobombax grandiflorum*), era usado para produção de corda, a partir da fibra de sua casca e caule. As nervuras das folhas da bananeira (*Musa paradisiaca* - *Musaceae*), embora não nativa é muito cultivada na comunidade, e usada para produção de esteiras (Figura 14). O anil era usado para pintura de tecido (Figura 15), assim como a lama, a moreira (*Maclura tinctoria*) e o urucum (*Bixa orellana*) eram usados com a finalidade de dar colorido à produção de algodão pela comunidade. A paina (*Erotheca gracilipes*) foi e ainda é usada na construção de cangalhas¹⁵

¹⁵ Artefato feito artesanalmente pelos comunitários, utilizando de madeira, tecido e couro de boi, com a utilidade de carregar cargas no lombo de eqüinos, muares e jumentos (Figura 15).

(Figura 16), para produzir o acolchoado, também denominado de suador. A taquara é usada para produção de balaios, peneiras e cestos, utilizados no cotidiano (Figura 17). Além desses, a comunidade relata também a produção de artesanatos a partir de outros materiais, que não só as plantas, a exemplo, artesanatos com barro e couro de boi.

Figura 14: Esteira produzida por dona Maria com talos de folha de bananeira.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 2020.

Figura 15: Pavio tingido por anil produzido por Maria do Miliano de Monte Alegre.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 2020.

Figura 16: Cangalha cheia de paina, feita por José Alves (Zé Pequeno) de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 2020.

Figura 17: Balaios de taquara produzidos por Francisco do Santo da Rosa, de Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 2020.

Alguns destes artesanatos já não são mais confeccionados na comunidade, como a corda de imbiruçu, que foi substituída pelas cordas industriais, devido a sua resistência; a tecelagem de cobertores, guardanapos e toalhas que deixou de ser praticada, também devido a facilidade de acesso aos tecidos industriais. De forma que hoje na comunidade já não se cultiva mais algodão, exceto poucas plantas para remédio ou curativo.

De igual maneira a coloração dos tecidos já não é praticada, enfatizamos inclusive que o **anil**, de pequeno porte com caule herbáceo e tom azulado, antes usado para tingir de azul os pavios, já não é mais encontrado na comunidade. O arbusto geralmente era encontrado nas vargens e áreas de córregos, ou em outros lugares com maior umidade ou disponibilidade de água.

A colheita das **sempre-vivas** para fins ornamentais, e, sobretudo, comercial, foi também por um período de tempo praticada pelos moradores, de modo especial os mais jovens. O campo de sempre-vivas situava-se próximo ao local conhecido como vereda da Dona, o que seria um dos limites do território da comunidade. As sempre-vivas apanhadas eram organizadas em arranjos e vendidas a quilo para atravessadores. Não se tinha um manejo da área que era naturalmente preservada e usada apenas para a colheita controlada das flores, considerando que esta não era uma atividade praticada por toda comunidade. A sempre-viva hoje já não é mais encontrada no território da comunidade, pois o local antes ocupado por elas abriga os cultivos de café e eucalipto (Figura 18).

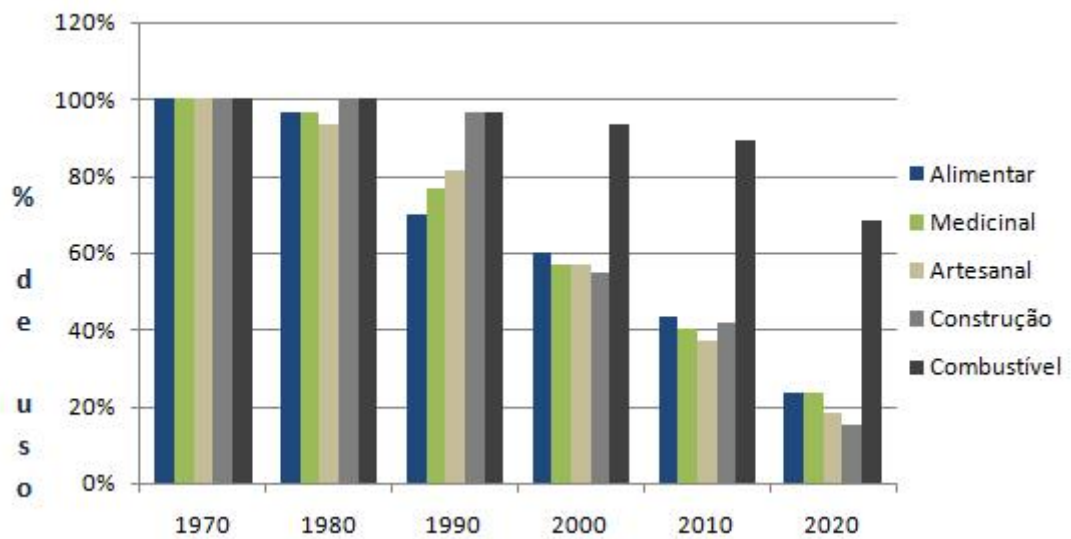
Figura 18: Área de cultivo de café e de eucalipto, antes ocupada com campo nativo de sempre-vivas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019/ Foto Roberta Alves

O gráfico a seguir, produzido com base nas entrevistas aos comunitários, apresenta as mudanças na intensidade de uso das categorias de plantas ao longo das últimas décadas. O levantamento foi realizado questionando os comunitários em relação a quanto por cento de suas necessidades (em relação às categorias de uso) eram retiradas do ecossistema local. O gráfico mostra que é possível notar que de fato, por alguns motivos já discutidos e outros que serão apresentados mais a frente, o uso das plantas hoje é menor do que há quatro décadas.

Gráfico 2- Uso das categorias de plantas ao longo das décadas, de 1970 a 2020



Fonte: produzido pela autora a partir da pesquisa de campo, 2020.

De acordo com o gráfico, na década de 1980 a utilização das plantas nativas era muito intensa, e a partir de 1990 esse uso começa a ser reduzido sobretudo no que diz respeito as categorias alimentar, medicinal e artesanal. O percentual de redução até a década de 90 teria sido basicamente em função da redução da disponibilidade das plantas dado o desmatamento nas chapadas. O motivo pelos quais o uso de madeira para construção e combustível não foi reduzido de forma significativa nas primeiras décadas é porque estas, em sua maioria, não eram extraídas das chapadas. Da década de 1990 em diante, somada à redução da disponibilidade das plantas nas chapadas, houve as mudanças de hábitos culturais, advindas da chegada da empresa com o dito desenvolvimento, e também com a frequência maior da saída da comunidade na busca por trabalho. A soma destas questões leva à queda maior da porcentagem de uso das plantas, inclusive no que diz respeito a construção. A porcentagem de utilização das plantas como combustível permanece alta até os dias de hoje, isso porque a madeira para combustível é normalmente proveniente de galhos ou árvores secas, o que ainda é possível encontrar nas grotas com facilidade.

DISCUSSÃO

Monte Alegre, ao longo dos anos, por meio dos conhecimentos tradicionais repassados pelas gerações, alcançou um conhecimento muito rico a respeito das propriedades e usos das plantas e fez desse conhecimento uma ferramenta de autonomia. A descrição que Maria Aparecida de Moraes Silva faz a respeito da relação do povo do Jequitinhonha com a natureza contempla perfeitamente as relações estabelecidas por Monte Alegre:

Trata-se de um modo de vida onde a natureza articula-se ao homem de uma maneira muito estreita. A natureza não é vista como fonte de lucro. Ela é meio de vida para o homem. Cria-se assim uma relação de harmonia entre homem e natureza. O homem passa a considerar a natureza, em especial a terra, como um prolongamento de seu próprio corpo. Assim, apropriar-se da terra significa, antes de mais nada, a garantia de sua própria sobrevivência (SILVA, 1988, p11)

É relevante observar a diversidade de fins para os quais são empregadas as plantas e os conhecimentos em torno de cada uma delas, o que inclusive extrapolou as categorias definidas para este estudo. Percebe-se muitos conhecimentos produzidos a partir das observações, das práticas e vivências, o que Berkes (1999) denomina de conhecimento ecológico tradicional. Mas que ao mesmo tempo, transcende o conhecimento sobre o espaço ou sobre as plantas em si, por ser um entendimento do conjunto da vida, do humano, da natureza, das materialidades e imaterialidades (FREEDMAN, 1992). Isso fica evidente quando os comunitários falam sobre os procedimentos de uso das plantas medicinais, esclarecendo que não basta somente conhecer o princípio ativo das plantas e as enfermidades, é necessário saber algo mais, que não é feito do material, mas sim do sensível, do simbólico (BOURDIEU (2005).

“A medicina popular do cerrado tem raízes numa realidade social de pobreza e se destaca pela prestação de serviços básicos de saúde às comunidades rurais e urbanas” (DIAS; LAUREANO, 2009, p. 51). Esse conhecimento popular a respeito do uso não só das plantas, mas também dos animais e minerais em prol da saúde humana, no âmbito da comunidade, não se explica unicamente pela carência de assistência, motivados pela necessidade. É, além disso, resultado do amplo arcabouço de saberes, experiências de cura vivenciadas e convicções, que devem circular mediadas pela reciprocidade. O conhecimento desenvolvido pelo povo, além do imenso valor cultural, tem também um valor prático que é o processo de cuidar de vidas gratuitamente - ato este que não pode ser valorado em dinheiro, porque o saber popular e o dom dessas pessoas não tem preço, é dádiva (MAUSS, 2013). Particularidades como essas na relação com os serviços ecossistêmicos evidencia a limitação da tentativa de valorar tudo o que se obtém da natureza. Nos casos como o relatado fica clara a intangibilidade e a incomensurabilidade de valores monetários decorrentes da relação de povos tradicionais com o meio no qual se desenvolveram historicamente.

Dias e Laureano (2009) ao descreverem as pessoas que trabalham com o uso das plantas, trazem muito sobre a essência não só das pessoas que lidam com as espécies medicinais na comunidade, como também dos moradores como um todo.

As pessoas envolvidas neste trabalho, geralmente, são pessoas possuidoras de muita fé, que guardam e transmitem a cultura popular do uso sustentável dos recursos naturais. São especialistas em caracterizar os ambientes do Cerrado, identificar suas plantas medicinais, coletar a parte medicinal da planta, diagnosticar doenças, preparar e indicar remédios caseiros. (DIAS; LAUREANO, 2009, p. 51)

As observações quanto ao cuidado e uso das plantas leva-nos ao entendimento de que cada finalidade de uso possui um sentido ímpar para a comunidade, por mais simples e sutil que seja a utilização, a perda ou redução da espécie, desencadeia uma série de efeitos que ecoam em muitos seguimentos, inclusive para além da comunidade.

A redução da flora gera uma depressão na cosmovisão dos saberes-fazer (SANTOS, 2018) – e por último na economia doméstica – posto que na medida em que avançam os processos de degradação do ambiente por qualquer tipo de monocultura, a restrição gera escalas de saberes-fazer menores que vão sendo regulados pelo ter ou não determinado tipo de dádivas da flora. Os saberes-fazer que deixam de ser ensinados e praticados, são substituídos por outros, ao passo em que é necessário substituir o produto que já não é mais possível obter na comunidade. A busca pelos artigos de necessidade nos ambientes externos a comunidade amplia o campo de interação com outros públicos, com outros saberes em outra lógica de economia e dependência monetária.

O início de todo esse processo se deu com regionalização do capital no Vale do Jequitinhonha, através do incentivo do governo à siderurgia, que em um primeiro momento era de carvão mineral, e em seguida à silvicultura para a produção do carvão vegetal, que teve “como principal respaldo a política pública federal dos incentivos fiscais, Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966, em vigor até 1988” (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2018, p. 298). Com incentivo do governo à siderurgia, as árvores das chapadas foram usadas para produção de carvão, na medida em que eram derrubadas para implantação do eucalipto que, por consequência, varreu a diversidade da flora nesses ambientes.

As comunidades viram na atividade de produção de carvão, já conhecida por eles, uma alternativa frente às mudanças ocasionadas pela perda de muitos meios de existência. Parte das famílias chegaram a desmatar parcelas das grotas e dos capões para a produção de carvão. De certo modo a chegada da empresa Acesita, supracitada, fez com que se intensificasse a produção de carvão, o que demonstra que o prejuízo nas comunidades está para além do desmonte das chapadas: está nos novos costumes e práticas que foram difundidos e intensificados nas comunidades, e também no que foi levado com o povo no processo de mobilidade.

Eu aprendi [a fazer carvão] foi com meus irmão mais veio, es ia fazendo a gente ajudava eles e ia aprendendo. Naquela época a chapada já tinha eucalipto, só era mais distante, berando a grotta não tinha, era mais no meio lá. Aqui próximo a nossa terra, os vizinhos sempre dava para fazer o carvão na meia, o vizinho cortava e nos cozinhava. Alguns lugares ficavam pelador outros não, jogavam semente e formavam pasto. A gente tava vendo que aquilo não estava tendo sentido, isso prejudicava muito a natureza aí a gente paro. Não tava dando para sobreviver mais. (Maria de Lourdes, 53 anos, comunidade Monte Alegre)

Eu aprendi [fazer carvão] eu nem sei, o compade Jaquim aprendeu primeiro e eu aprendi com ele, isso foi em 1970 mais o menos, antes da Acesita chegar. Ele descobriu isso no sertão, no noroeste de Minas, o pessoal saia daqui para trabalhar e trazia essas coisas. Para fazer carvão cortava nas grotas, mas nesse tempo o povo quase não fazia carvão não, era mais os que queria arrumar casamento ou comprar alguma coisinha. Tinha os carreteiro que comprava o carvão, o Bonival, o Velio, eles comprava e levava para Itabira, Divinópolis, Barão de cocais. Quando a empresa chegou não atrapalho em nada na fazeção de carvão, mas depois começou a dificultar porque a empresa estava na chapada e as reservas passaram a ser nas grotas e a policia começou a tormentar, e o valor do carvão também mudou. A Acesita jogou a reserva para as grotas e nos pagamos o pato porque éramos perseguidos pelo meio ambiente, e nessa época o povo já fazia mais carvão. Nós paramos [de fazer carvão] porque acordamo e percebemo que estava e estragando o meio ambiente aí já veio outras fontes de renda, porque o carvão também não dava maior lucro não. (José, 62 anos, comunidade Monte Alegre, 2020)

Hoje a produção de carvão vegetal já não é mais praticada na comunidade justamente porque os comunitários perceberam os danos causados pela exploração. *“Pro’cê vê, eu já ajudei a desmatar isso aí, se naquela época a gente soubesse, tinha evitado”*, diz seu João Toca a respeito de uma área de campo próxima a um local chamado de “cruz do Lourenço”. Na fala é possível perceber o pesar pelo feito, e notamos no processo de pesquisa que o sentimento incutido na fala representa o sentimento da comunidade. Mas o fato é que, a produção de carvão com madeira nativa da grotta é também um dos motivos pelos quais tem-se a perda ou redução de espécies nestes ambientes, a exemplo do mata sede, fruto consumido pelos moradores.

No que diz respeito às espécies em uso, é necessário tratar com cuidado este uso, e entender quais são seus níveis, considerando que existem as espécies que ainda são usadas com intensidade semelhante à do passado; outras em que o uso foi reduzido, mas ainda assim permanece; e as que quase não são mais utilizadas, mesmo ainda estando disponíveis, como indicam o Gráfico 2 e a Tabela 1 já apresentados. O fato é que algumas espécies estão caindo ou caíram em desuso, devido às mudanças de hábitos culturais/alimentares, as alterações na legislação ambiental, ou questões similares. É necessário levar em consideração o fato de que esse processo não aconteceu de maneira impensada; a mudança dos hábitos alimentares e

culturais da população fizeram e fazem parte dos planos do capital, os quais são vendidos cotidianamente por diversos meios.

Assim como outros traços culturais desses grupos etnicamente diferenciados são dinâmicos e se transformam, os hábitos alimentares também têm se transformado, tendendo a homogeneização da alimentação mesmo dentro das comunidades tradicionais. Esse processo ocorre sob forte influência do discurso científico e de interesses econômicos. É possível que a velocidade dessas transformações esteja maior hoje, dada ao intenso fluxo de informações e mercadorias existentes. (SILVA, 2019, p. 15)

O fato de as plantas estarem sendo menos utilizadas tem feito com que a geração atual da comunidade não tenha acesso a um arranjo de conhecimentos da geração anterior e o grande risco disso é a perda de saberes e práticas (GANDOLFO; HANAZAKI, 2011). No momento em que a família inteira residia na comunidade (incluídos os filhos já casados) e trabalhavam no campo, confeccionar os utensílios e materiais a serem utilizados era uma atividade importante tanto quanto plantar e colher. Tudo passava em um primeiro momento pelo *valor de uso* familiar (SANTOS, 1999), sendo trocado ou comercializado somente o excedente se fosse o caso.

Com a ampliação das trocas, a amplificação do comércio, com a interdependência crescente entre sociedades, com a produção de um número maior de objetos e de um número maior de valores a trocar, vem a complexificação do dinheiro, com o alargamento do seu uso e da sua eficácia. O dinheiro começa sua trajetória como informação e como regulador. Tudo tende a se tornar objeto de troca, valorizado cada vez mais pela troca do que mesmo pelo uso. O papel que a troca começa a ganhar é uma enorme mudança na história dos lugares e do mundo, deslocando da primazia o papel do uso, e até mesmo comandando o uso, ao revés do comando anterior da troca pelo uso. (SANTOS, 1999, p. 9)

A partir do momento em que os filhos se vêem obrigados e ou incentivados a saírem de casa devido à restrição da terra e da água, para venderem a mão de obra em outros lugares - não mais na lógica de migração sazonal ou esporádica (Capítulo 4), mas como algo frequente, e por períodos mais longos - o produto final do trabalho passou a não ser mais o alimento, ou objeto de necessidade, era agora o dinheiro. O dinheiro compraria os objetos de necessidade, neste momento a compra dos produtos industrializados se intensifica, e cria-se necessidades que antes não existiam. Ocorre de igual maneira, uma ruptura do movimento dos saberes entre as gerações.

Considerações parciais

O levantamento dos dados deste capítulo nos indica a riqueza da relação da comunidade de Monte Alegre com as plantas, e ao mesmo tempo, quantos conhecimentos ficaram presos no tempo com os falecimentos de mestres e mestras da comunidade. Estas pessoas, seus feitos e sabedorias, ainda são lembrados pelos mais velhos da comunidade, mas algumas práticas já não possuem mais materialidade. Da mesma forma, algumas espécies de plantas encontramos somente relatos, não sendo possível encontrar materialização que nos desse possibilidade de realizar uma identificação satisfatória. O conhecimento tem seguido o caminho das plantas, arrancados do ambiente natural, ou plantados em outros espaços, ou importados de outros lugares, e em alguns casos deixam de existir, a exemplo do anil, da mata sede e das sempre-vivas que apesar do nome, já não vivem mais.

A comunidade tem também encontrado estratégias de viver e reviver o que as chapadas proporcionam, na medida em que permanece resistindo nas áreas de mata nativa que ainda existem nas chapadas, e ao passo que tentam nas grotas recriar espécies típicas das chapadas. Esse movimento é de igual maneira, estratégia de existir e resistir no território, nos espaços em que a identidade foi sendo construída pelo coletivo.

Considerando os conflitos vividos na comunidade Monte Alegre, ressaltamos que no contexto de “transformação ambiental e social, a etnobotânica contribuiu para o registro de informações relacionadas às interações entre pessoas e plantas, evitando que tais informações sejam perdidas frente a novos contextos” (GANDOLFO; HANAZAKI, 2011, p. 169), e ao mesmo tempo evidenciado a riqueza dos conhecimentos que permeiam tais relações.

CAPÍTULO 3 - PESSOAS E ÁGUAS: A NATUREZA HUMANA E ECOSSISTÊMICA DE MONTE ALEGRE

Desde o começo dos tempos águas e chão se amam. Eles se entram amorosamente. E se fecundam...E acho que as águas iniciam os homens. Nos iniciam... Todos somos devedores destas águas... Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas. (Manoel de BARROS, 2019, np)

A água, especialmente a água potável, é um dos serviços ecossistêmicos mais caros às comunidades rurais, porque dela dependem todos os principais processos no universo rural. Se a agricultura é um modo de vida para a comunidade estudada, a água é então um dos elementos principais que possibilita e modula este modo de viver. Neste capítulo procuramos compreender a disponibilidade e o uso do serviço ecossistêmico de provisão hídrica no contexto da comunidade Monte Alegre, ao mesmo tempo em que se busca abordar os problemas e os conflitos em torno da água, bem como os aspectos culturais e simbólicos dessa relação.

O procedimento metodológico empregado para levantamento de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas com sete moradores da comunidade Monte Alegre, todos acima de 50 anos de idade. Cinco dos entrevistados são pertencentes ao grupo de moradores com participação ativa na comunidade, e dois ao grupo de moradores periféricos, sem participação ativa. As entrevistas foram norteadas por um questionário (Anexo C) previamente preparado, e conduzidas de modo a conceder ao entrevistado total liberdade na fala, seja para abordar questões para além das discutidas, ou para não responder qualquer questão proposta. O foco das entrevistas nesta etapa da pesquisa foi o histórico da questão hídrica na comunidade e entorno, bem como os desdobramentos desta questão, na agricultura, na pecuária e até mesmo no extrativismo. Cada entrevista teve duração média de 50 minutos, e todos os entrevistados consentiram (mediante a assinatura do TCLE) que seu nome fosse citado na escrita desta dissertação.

Foi também empreendido um dia de campo no mês de outubro de 2019, que contribuiu para o processo de escrita. Esse campo consistiu em acompanhar um dia de trabalho da prefeitura do município de Veredinha no abastecimento de água das comunidades rurais, por meio do caminhão pipa - processo esse antecedido por uma conversa com o secretário de agricultura e o secretário de transporte do município, a respeito da questão do abastecimento hídrico nas comunidades rurais. Durante o campo, foram visitadas quatro comunidades do município para abastecimento, sendo uma delas Monte Alegre. No percurso, foram realizadas

conversas informais com os comunitários e o motorista, a fim de entender os problemas e conflitos em torno do uso e distribuição da água, e as alternativas das famílias frente a eles. Além disso foi observado o local de coleta da água utilizada para o abastecimento.

Durante o campo pela comunidade, o processo de entrevista, e até mesmo durante as observações, buscamos mapear ao máximo as nascentes de Monte Alegre, bem como seu histórico de uso, e situação atual (seca, ativa ou intermediária). O mapeamento foi feito por meio de GPS, e os dados obtidos foram tratados por meio do programa de georeferenciamento BaseCamp (2D) e o programa R-. A partir daí, produziu-se um mapa com o histórico das águas na comunidade o qual compõe este capítulo. De igual maneira apresentamos no decorrer do capítulo uma análise estatística do histórico de pluviosidade da região nos últimos quarenta anos a partir dos dados levantados durante a pesquisa.

“O tempo do povo é o tempo da água”: problemas em torno do serviço ecossistêmico de provisão hídrica

De acordo com os levantamentos realizados em campo, a comunidade Monte Alegre é cortada por dois córregos que historicamente foram os responsáveis, juntamente com as nascentes, pela manutenção da água em abundância no local, o Córrego Macaúbas e o Córrego Malaquias (Figura 19). Além destes, já nos limites finais de Monte Alegre tem-se o Córrego da Goiaba e o Tamanduá, o Malaquias desagua no Macaúbas, que também recebe as águas do Goiaba e do Tamanduá mais abaixo.

Figura 19: a) Córrego Macaúbas b) Córrego Malaquias (período chuvoso).



Fonte: Pesquisa de campo da autora, novembro de 2019.

Para além dos córregos, as nascentes são elementos fundamentais na dinâmica da comunidade, sendo consideradas pelos comunitários as águas mais puras e límpidas, por ter pouco contato com contaminantes. Portanto, as águas de nascentes são tidas pelos moradores como ideais para o consumo humano. Segundo a comunidade existem variações nas características das nascentes, tanto no que diz respeito à vegetação, quanto em relação à fenda d'água, e isso é considerado como um indicador da qualidade da água.

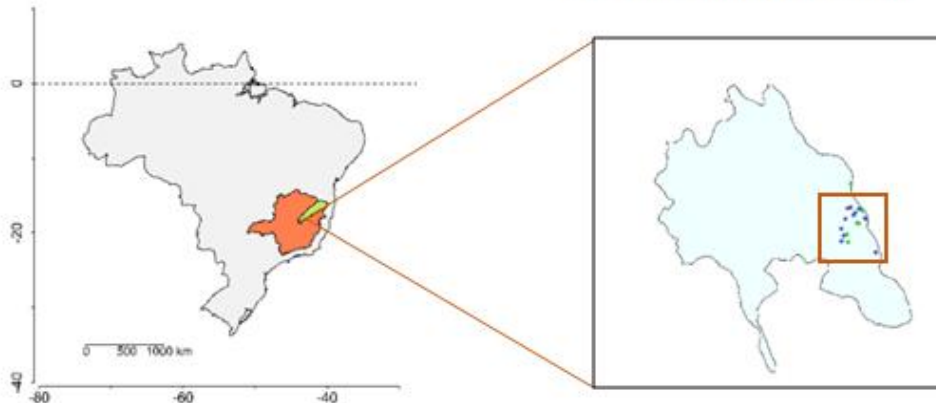
[As nascentes são] umas no lugar de rocha de lapa, umas no lugar de grotas, em vagem, outras no lugar de brejo, onde tinha jasmim. Igual essa aqui nossa mesmo nasce dentro das rochas, a que dá a água melhor é a que nasce nas rochas, ela nasce uma água sem maior gosto. E as outras muitas vezes é no lugar que tem o jarmim, que o jarmim que a gente fala é a coloinha, que já nasce com uma meia ferrugem, quando ela distancia bastante do lugar que nasceu as vezes melhora. Quando tem bengo também não é muito boa. A vegetação [no entorno das nascentes] sempre tem diferença não é tudo igual não, tem um lugar que tem saracura, outras é colônia, outras é conta de lagrima, o bengo, o frisco. Só que hoje levam acabam esses trem tudo, essas qualidade tudo. No capão também tem nascente, é um lugar que é igual a vereda ocê cavacou quaique tanto que já vem a água. Ê êêê... a gente já viu fartura de água, hoje que tá assim seco. A que usava água só de nascente e córrego de uns anos pra cá é que tá usando esse caminhão pipa. Todo mundo usava era água de nascente, pra beber era. (Maria do Miliano, 65 anos, comunidade Monte Alegre)

No levantamento alcançamos o mapeamento de 18 nascentes no território da comunidade (Mapa 1), mas segundo senhor Zé Pequeno, morador da comunidade, antigamente “*era quase que uma nascente para cada família*”. Geralmente cada grotas costumava possuir uma nascente, o que é próprio do ecossistema local. Das 18 nascentes mapeadas, 6 encontram-se secas, 1 ainda está ativa e 11 são intermitentes. Ou seja, das nascentes observadas, 61,1% são intermitentes, só possuem vazão no período chuvoso, 33,3% estão secas e apenas 5,6% está de fato ativa. É possível observar que houve uma redução significativa do volume de água potável disponível a comunidade, sobretudo no período de estiagem, o que teria contribuído em grande medida para o processo de êxodo rural.

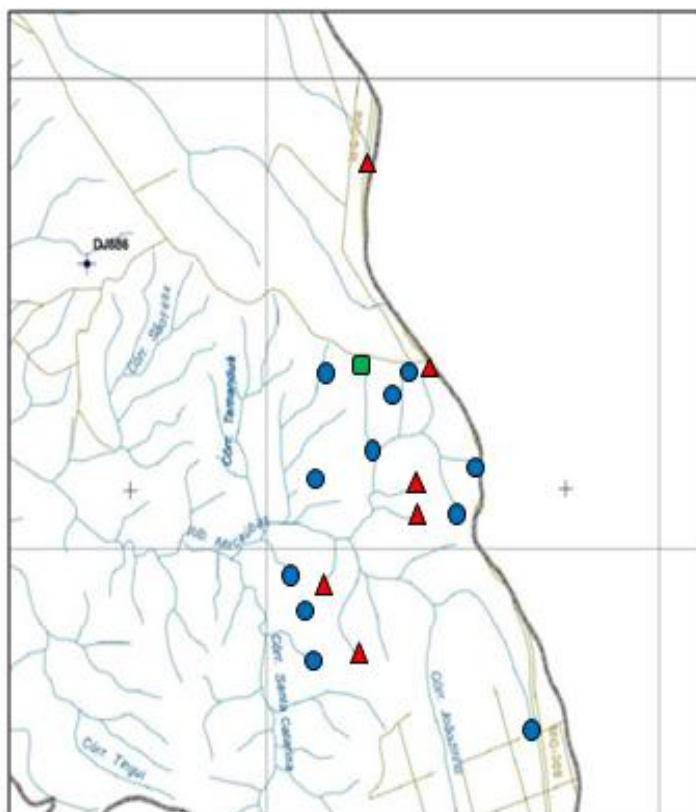
Mapa 1: Mapa de parte das nascentes da comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais.

Vale do Jequitinhonha Minas Gerais - Brasil

Município de Veredinha -
Comunidade de Monte Alegre



Nascentes na Comunidade de Monte Alegre



LEGENDA

- Ativa
- ▲ Seca
- Intermediária



Fonte: Rios e córregos do município de Veredinha foram adaptados a partir do Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Águas Subterrâneas no Vale do Jequitinhonha – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MG.

Fonte: Produzido por Maráisa Braga e autora a partir dos dados coletados em campo.

Segundo o Relatório-Síntese da Avaliação Ecológica do Milênio (2019) a água é um serviço [bem] ecossistêmico de provisão, caracterizado pela função de abastecimento em atendimento das demandas dos seres vivos, de forma mais específica, os humanos. Na classificação apresentada por Schuler (2019) este bem pode ser descrito como hidrológico terrestre, que seria resultado das ações do ecossistema sobre as águas terrestres/ não oceânicas. Os bens hidrológicos atuam no “*Suprimento de água para usos extrativos diversos*” na agricultura e demais abastecimentos no geral, “*Suprimento de água in situ*” voltado a produção de energia, “*Serviços culturais relacionados à água*” como o turismo e outros, e “*serviços hidrológicos de suporte ao ecossistema*”, que contribuiriam da geração de outros bens da natureza (SCHULER, 2019, p. 16).

A comunidade Monte Alegre percebe a água não como um mero recurso, mas associada a algo sagrado, sobretudo as chuvas e o brotar das nascentes. A fala dos agricultores (a) sempre fazem referência a Deus quando se trata desse elemento, seja em tom de gratidão ou de súplica; “*se Deus quiser vai chover logo*”, “*vou plantar quando Deus mandar o bom tempo*”, “*a água desta nascente é um milagre*” “*Por milagre de Deus essa água num faltô*” “*Espera, quando Deus mandar enche*”. O povo tem em suas dinâmicas a água não só como um bem natural que gera vida, ela é também um forte marco temporal e simbólico que determina a tempestividade do modo de viver, “*as águas iniciam os homens*” (BARROS, 2019, np) em múltiplos sentidos. O ciclo da água passa a ser então o calendário dos comunitários, delimitado com os períodos de seca e s’águas. Todas as atividades são marcadas a partir deste calendário natural¹⁶.

A chuva é, portanto, esperada o ano inteiro e, segundo os moradores, a própria natureza dá sinal que ela está por vir. Os adultos e os mais velhos contam que os pais costumavam observar o “*tempo*¹⁷”, e que ele daria sinais das possibilidades de chuva. Conhecimento esse que foi sendo repassado aos filhos.

A gente vê... eu mesmo tenho mais fé e os pássaros cantar, eles ficam mesmo alegre. Seriemá mesmo, seriemá é um bicho que canta certo, o tal Figueiredo, quando a gente ver eles cantarem pode saber que vai dar uma chuvada. Sabe minha vô! tinha um tal jacarandá no fundo de casa que [ela] olhava, quando ele estava de folhas novas ela olhava e falava, as’águas vai entra cedo. (Joaquim do Adão Preto, 60 anos, comunidade Monte Alegre)

¹⁶ No período de seca é tempo de plantio de hortas no arredor da casa, fazer a farinha de mandioca para guardar até o período das águas, fazer a rapadura de usar durante as chuvas, tirar as lenhas secas do mato para passar as águas, fazer artesanatos (balaios, peneiras, vassouras esteiras, etc.), roçar os pastos, fazer pequenas reformas na casa etc. Já nas águas é tempo de plantar as roças, frutíferas e de cuidar do que plantou.

¹⁷ O tempo aqui, não remete ao tempo *cronos*, mas a vastidão, a natureza e seus processos, olhar o tempo significa observar a natureza, ela é o tempo.

Oh moça, meu pai tinha um dizer, tinha uma pranta na berada dos córrego quando tava para chover assim, ela ficava igual um...branquinha de flore, igual essa garrafa assim ó. Pai ainda falava assim, Itaipó, que era essa pranta, Itaipó ela tá de flore, vai chover esses dia. Outros diziam também que a cagaita só cai na lama né! (Zé do Manezim, 68 anos, comunidade Monte Alegre)

Assim como os elementos referidos nas falas acima, existem vários outros que a comunidade observa para prever a chegada da chuva e a partir daí planejar suas atividades, alguns deles foram coletados durante a pesquisa e organizados na tabela dois a seguir. Essa prática é conhecimento que foi sendo desenvolvido de forma empírica ao longo do tempo. Isso é o que Berkes (1999) denomina como Conhecimento Ecológico Tradicional, fundamentado no lugar a partir de um relacionamento de longo tempo com o mesmo ecossistema, o que segundo o autor é mais comum ser encontrado em comunidades tradicionais, que possuem uma forma própria e diferenciada de se relacionar com a natureza. Isso ocorre pautado no conhecimento dos componentes ecológicos, na prática de uso e valores culturais éticos que norteiam a relação com o natural.

Tabela 2: Tabela representativa das plantas, animais e formação de nuvens observadas pela comunidade Monte Alegre como um indicativo da chegada da chuva.

Elementos naturais observados para a previsão de chuva	
Nome /família	Descrição
Animais	
Rabo de tesoura (<i>Tyrannidae</i>)	Observa-se a chegada das aves na região
Sabiá (<i>Turdidae</i>)	Observa-se o canto festivo da Sabiá
Maria Preta (<i>Tyrannidae</i>)	Observa-se o canto e o verão das aves
Bentivim (<i>Tyrannidae</i>)	Observa-se o canto e o verão das aves
Figueiredo (...)	Observa-se o canto e o verão das aves
Sariema (<i>Cariamidae</i>)	Observa-se o canto e o verão das aves
Sapo (<i>Bufo</i>)	Observa-se a presença e o canto
Árvores	
Pau d' arco (<i>Bignoniaceae</i>)	Observa-se a chegada das flores
Itapoca (...)	Observa-se a chegada das flores
Cagaiteira (<i>Myrtaceae</i>)	Observa-se a chegada dos frutos
Jacarandá (<i>Bignoniaceae</i>)	Observa-se a chegada das folhas novas
Formação de nuvens e posição da lua	
Ruiva no "tempo"	Pode indicar veranico
Fumaça no "tempo"	Período seco
Nuvens escuras	Indicam chuva
Posição da lua	Indica cheia ou seca

Fonte: Pesquisa de campo, organizado pela autora, 2019.

A comunidade usufrui da água de forma direta como suprimento para usos diversos no dia-a-dia, e como um suporte a outros serviços no ecossistema. A maior dependência dos comunitários seria das águas subterrâneas, para abastecimento das nascentes e manutenção dos córregos, que são as principais fontes utilizadas (desconsiderando as tecnologias de convivência com a seca que são recentes). No cotidiano tem-se o uso da “água de comer” e “água de beber” (GALIZONE, 2010), termos que fazem alusão à água utilizada na agricultura, pecuária e agroindústria doméstica, e a água utilizada diretamente para o consumo humano.

A água da casa né! A gente usa primeiramente para beber cozinha toma banho, pras criação e prá limpeza né! Pras pranta também essas que a gente pranta perto de casa, ocê entende né!, pra tudo, porque sem água nada sobrevive. Pros passarim também a gente põe água. Usa no engenho. A gente enche as vazia d'água e põem La pras sariema porque tudo precisa. (Maria do Miliano, 65 anos, comunidade Monte Alegre)

Como indica a fala acima, nas atividades agropecuárias tem-se a disponibilização da água “para as criações”, animais domésticos (bovinos, equinos, muares, suínos, aves e em alguns casos caprinos) e para irrigação de alguns cultivos próximos a casa, geralmente olerícolas e frutíferas, as culturas anuais não costumam ser irrigadas. Na agroindústria doméstica a água é utilizada para a produção de rapadura, farinha, cachaça, doces, queijos requeijões etc. Galizone (2010) parte do entendimento de que a segurança e soberania alimentar da comunidade passam pela necessidade de ter água em qualidade e quantidade, não só para o consumo humano direto, mas também para a produção de alimentos. A autora trata essas duas dimensões do uso da água como inseparáveis e complementares, assim como compreende a comunidade de Monte Alegre.

O poço da gangorra e os outros trem ai, esse a gente via só o nome e as coisas [as estruturas, porque já estavam desativados], mas não sabia de quem, mas agora o moinho d'água era do João Benedito, eu já levei fubá demais de lá, eu mais o compad Joaquim meu irmão. (José Alves, 62 anos comunidade Monte Alegre)

A água vinha para rodar o moinho era do rio né compad Zé! Porque o rio tinha força. (Joana do Afonso, 76 anos, comunidade Monte Alegre)

De acordo com os comunitários, a água em Monte Alegre foi também por muito tempo utilizada para movimentar um moinho de pedra (Figura 20), pertencente ao senhor João Benedito. O moinho era de uso coletivo da comunidade, utilizado para moer grão, principalmente o milho (a base alimentar das famílias). A água que movia o moinho vinha de um barramento, feito logo após o encontro dos córregos Malaquias e Macaúbas, no fundo da

casa onde hoje mora a viúva do filho do senhor João Benedito, que pelo que conta a comunidade teria herdado de alguma forma ainda desconhecida as terras do senhor Tamanco. Hoje, no local, já com pouca água, ou em alguns períodos do ano até mesmo seco, o córrego ainda guarda como marcas deste tempo de bonança, as estacas do barramento de água (Figura 21).

No fundo da casa do Di, lá eu cunheci, Roberta, o moinho lá, nós buscava fubá lá, era moinho de pedra... hoje nós faz fubá é num motor de disintegrador né!.. aí era uma peda sabe Roberta, purriba da ota, uma peda purriba da ota agora os bago de mio discia ali entrimei a pedra, a pedra lizinha do tipo dessa cuia e aí a pedra ia fazeno aquele fubá e aquele fubazin desceno lá enchia o caxote. (Etelvina, 66 anos, comunidade Monte Alegre)

Figura 20: Pedra do moinho do senhor João Benedito, guardada por sua nora, na comunidade Monte Alegre.



Fonte: Pesquisa de campo, foto: Vitória Thamires Rocha, 2019

Figura 21: Restos das estacas utilizadas para o barramento d'água do moinho, no córrego Macaúbas, comunidade Monte Alegre.



Fonte: Trabalho de Campo. Foto autora.

“Naquela época ninguém pensava que iria acabar [a água] né! Mas hoje nós ta veno. Aqui lugar que era terra de arroz, hoje é pelador” (Etelviana, 66 anos, comunidade Monte Alegre). Esse usufruto, embora por muito tempo tenha sido feito sem a preocupação futura, não se pautava (na linguagem da comunidade) no “abuso”. Tudo era feito com muito respeito à natureza, entendida como coisa de Deus, o que não anula o fato de que práticas da comunidade contribuíram para intensificação de problemas. Percebemos que nos processos internos sempre houve regras de uso e cuidado, mesmo que não registradas através da escrita, e mesmo sem a figura imponente de um fiscal propriamente dito. A moral dos comunitários criou aos poucos um código simbólico que norteia a relação com a natureza (BERKES, 1996). Existe, então, uma espécie de fiscalização coletiva sutil, feita de forma natural pela comunidade, um verdadeiro controle social consciente (SOBREIRO, 2008).

Na comunidade, a partilha é o princípio do uso (MAUSS, 2013), e a nascente das lapinhas localizada na grotta do algodoeiro é um exemplo disso. A nascente tinha vazão pequena segundo os moradores, de forma que armazenava somente a quantidade de água referente a um pote d’água por vez, e depois de retirada a água, em poucos minutos ela brotava novamente o referente a mais um pote. Mesmo a vazão não sendo grande, ela abastecia durante o período de estiagem cinco famílias (Afonso Venâncio, Mané do Afonso Venâncio, Nenê do Ti Chico, Joana do Mané Toca e Maria Toca) que residiam naquela grotta.

A água durava o ano todo. Nas águas a gente não panhava nela não, porque tinha as outras né! Só na seca que a gente pegava dela, mas ela durava o ano todo... era só a nascente, ela era um caderaozinho mais pequeno que essa minha aqui em casa...**Era tudo compartilhado**, não tinha regra não, o que chegava primeiro panhava, se chegasse junto um panhava um muncado [não enchia o pote] e deixava para o outro... Se tivesse suja por causa dos passarinhos ou da chuva, qualquer um que chegasse lá primeiro, lavava, se

tivesse de tempo até esperava encher de novo para apanhar a água, se não, deixava o pote, ia para a casa e depois voltava... Não podia por nada lá não [animais, bovinos ou eqüinos], todo mundo preservava porque era a fonte que tinha... Não tinha briga porque **todo mundo tinha combinação para usar** ela [a nascente]...(Maria de Lourdes 52 anos, comunidade Monte Alegre).

Observamos que na fala, dona Maria afirma que não havia regras para o uso da nascente, mas logo em seguida diz que “*todo mundo tinha combinação para usar*” - entendemos essa combinação não como um tratado na sua acepção estrita, mas o combinar da moral, tanto no sentido de morais semelhantes nas práticas, quanto no sentido de um código simbólico do grupo, que vai determinar o que é certo ou errado, legítimo ou ilegítimo perante os seus. E é justamente este código simbólico que sutilmente conduz às normas de uso. Conforme aponta Berkes (1999) o conhecimento ecológico tradicional abrange também valores culturais e morais que moldam e modulam a relação com o mundo natural.

A nascente da Lapinha se encontra hoje inativa e de acordo com a comunidade ela teria secado por volta de 1998 a 1999. As famílias que faziam uso dela fizeram um poço amazonas¹⁸ e passaram a usar a água dele no período da seca.

A escassez raramente é individualizada, porque boa parte dos recursos naturais de muitas comunidades rurais- terras, plantas, frutos, madeiras, lenha, minerais e água- são domínios coletivos originados de herança comum, e esta condição costuma implicar quase sempre numa partilha equitativa da abundância e da escassez (RIBEIRO, 2013, p. 55).

As famílias vivenciam juntas o processo de escassez, não existe indiferença à situação do outro. Se uma família possui fartura de água, as demais não passarão necessidade, por mais distante que estejam as residências. A forma da comunidade se relacionar com a água nos lembra a descrição de Godelier sobre as formas de direitos/apropriação dos bens, descrito na obra de Godoi (1998). Ele usa dois termos para distinguir as formas de direito/apropriação; *merafo* e *amfonka*, que traduziriam respectivamente, a tutela de um bem intransferível e inalienável perante a comunidade e os seus, e bens alienáveis apropriados de forma pessoal e individual (GODELIER *apud* GODOI, 1998).

Trazendo esta reflexão para o contexto de Monte Alegre, a água, os frutos do cerrado e outros elementos - mas, sobretudo a água - seria um direito *merafo*, porque seriam dom de Deus dado para todos. Mesmo que a nascente da Lapinha esteja localizada no terreno do

¹⁸ Poço Amazonas ou cisterna é o nome que a comunidade dá ao poços perfurados a mão na procura de água. Geralmente a água dos poços são utilizadas para o consumo humano por serem entendidas como água de qualidade.

senhor Afonso Venâncio, ele não era o dono da água, não poderia vendê-la aos comunitários, e tampouco poderia negar ela aos seus. Ele era simplesmente o responsável pelo cuidado, pela tutela daquele bem inalienável. Muito embora isso não seja dito às claras, percebe-se uma forte convicção e respeito de que o que está no terreno do outro é determinado por ele, mas ao mesmo tempo a moral deste outro - que pode ser qualquer comunitário - já carrega a ciência da forma de gestão de direito *merafo*.

Já o direito/apropriação *amfonka*, seria na comunidade as benfeitorias de cada agricultor sobre sua terra: as plantações tanto de lavoura ou de outra natureza são bens alienáveis construídos e apropriados pelo próprio indivíduo e ele é, portanto, o dono daquilo, assim como os animais domésticos criados, a casa construída etc. Os elementos de direito *merafo* devem ser também solicitados a quem tem a tutela do bem, assim como no direito *amfonka*; a diferença é que este último pode ser negado, enquanto negar este primeiro é negar a comunidade e a condição de comunitário.

A idéia de direito que traz Godelier no termo *amfonka* nos remete a uma concepção trabalhada por Woortmann (1990) com os sitiantes de Sergipe, que é a noção de ser *dono* como uma categoria moral dentre os camponeses. Segundo o autor, a partir de suas observações no contexto sergipano “*é-se dono, não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado*”, então é-se dono do que produziu. O direito *amfonka* traz um pouco dessa essência, de que é seu o que você construiu, e somente sobre o que foi edificado é que se tem pleno direito. A natureza e seus elementos neste sentido jamais poderiam ser, nem mesmo em parte, pertencentes ao homem.

A vida árida e resiliente: dos bens naturais aos serviços ambientais

A região geográfica em que se encontra a comunidade, mesmo que não reconhecida oficialmente pelo Estado, possui fortes características do semiárido, sendo inclusive uma área atendida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esta agência foi criada pelo presidente Juscelino Kubitschek, justamente para atender a região nordeste em toda área compreendida como o polígono da seca, pensando o desenvolvimento da região com projetos, assistência técnica, dentre outras ações, conforme a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Na prática, a SUDENE se mostrou a serviço dos grandes proprietários de terra, dos ruralistas, na medida em que a preocupação primária era de fazer produtivas as grandes propriedades, com o discurso da seca drástica na região e da miséria do povo (OLIVEIRA,

2004). O resultado do trabalho da SUDENE foi o de ‘dês-evolvimento’, na medida em que abriu caminho junto à Rural Minas de ordem Estadual (RIBEIRO, 2007) para a instauração de iniciativas do hidro e agronegócio. Hoje se faz necessário, no Vale do Jequitinhonha, não mais buscar modelo de desenvolvimento alternativo, senão que buscar alternativas ao modelo de desenvolvimento (SANTOS, 2009, p. 28).

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma organização civil, considera que as regiões semiáridas ocorrem na caatinga e no cerrado, e as regiões de transição. No caso do Brasil, segundo a ASA (2019), o semiárido tem uma média de precipitação menor do que os demais locais, com índice anual entre 400 a 800 mm, o que ainda assim é menor do que a taxa de evaporação anual de 3000 mm. De acordo com a ASA, a baixa precipitação somada aos solos pouco profundos e à salinização dos mesmos dificultaria o abastecimento dos lençóis e provocaria déficit hídrico natural.

Porém, um diferencial do semiárido no vale do Jequitinhonha são os solos bem estruturados e profundos, em decorrência disso é possível armazenar mais água nos lençóis subterrâneos, o que possibilita o surgimento de nascentes (GALIZONE, 2010), um dos maiores bens na perspectiva dos agricultores. A condição de aridez, que é causa e consequência da variabilidade temporal, fez com que surgisse um “sistema ecológico único, de grande riqueza e variedade” (SCHISTEK, 2013, p. 33), adaptado às condições climáticas, que é marcado pela restrição hídrica em muitos períodos do ano.

Ademais, existem outros fatores que podem impedir ou estimular a chuva no semiárido. Como “a Zona de Convergência Inter Tropical, fenômenos *El niño*, *La niña*, frentes frias do Sul e temperatura da água da porção do Oceano Atlântico” (SCHISTEK, 2013 p.33). Baptista e Campos (2003) trazem também outra perspectiva que precisa ser refletida a respeito do agravamento da aridez, que está voltada para a interação humana com a natureza. Nestes fatores estariam os desmatamentos, as práticas de extração predatórias, os monocultivos, o uso indiscriminado de agrotóxicos, etc. A mesma idéia que traz a ASA-Brasil (2019) no trecho abaixo.

Estudos desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam que, entre 2002 e 2008, o Cerrado teve uma média de desmatamento anual equivalente a 14.200 km². Entre 2010 e 2011, a taxa de desmatamento foi de 6.469 km², semelhante à da Amazônia, que foi de 6.451 km². Os motivos para este quadro preocupante estão relacionados à expansão do agronegócio, principalmente para o cultivo da soja e do eucalipto, e à pecuária. Cerca 54 milhões de hectares de Cerrado deram lugar a pastagens e 22 milhões estão ocupados por plantações de grãos [entre outros monocultivos].

O Alto Vale do Jequitinhonha sofre um processo de agravamento da tímida aridez natural, quando foi retirada a vegetação do cerrado, para o implante da monocultura do eucalipto na década de 1970. A região ainda não reconhecida como semiárida passa, a partir daí, a um nível de aridez que preocupa as comunidades, em especial a Monte Alegre, localizada em um território de conflito por terra e água.

Os córregos Malaquias e Macaúbas, que atravessam a comunidade, há mais de 18 anos correm somente quando chove e logo após as chuvas cessam, mantendo somente os poços maiores.

Que ele [o Macaúbas] ta secando é desde 99 [1999], foi a primeira vez que ele seco né! E de 99 prá cá levem assim, um ano ele seca mais cedo no outro seca mais tarde. E de 2014 prá cá ta sendo mais crítico, e de 2017 já foi, de 2018 e 2019 foi a mais agradaada [seca mais intensa]. O Malaquias antes assim, eu conheci ele correndo água igual ao macaúbas e ele foi diminuindo também igual ao macaúbas. Ele não secava não, aquele poço ali a gente não via o fundo dele de jeito nenhum. O Goiabeira é a mesma coisa dos outro, mais toda vida era o mais crítico porque tinha a cabicera fraca né! O tamanduá tamem garantia água a seca toda, eu memo lavava ropa para a Eva Ferreira e para Ti Ana era lá. Ela memo nunca busco água fora não! (Maria do Miliano, 65 anos, comunidade Monte Alegre).

Os comunitários, por conhecerem o clima da comunidade, interpretam os últimos anos como períodos de grandes mudanças tanto na vegetação quanto no clima, e vêem dia-após-dia a dificuldade de manter as práticas da agricultura do modo como era feito tradicionalmente.

É porquê hoje... de primero chovia né, teve uma época que chovia bastante, teve uma vez mesmo que a Terezinha tava com o Natalino novim, pego da uma lubrina, foi ino foi ino, quando viu choveu 90 dias, a Santa Catirina passava era cheia direto, hoje a Santa Catirina oia lá que nas águas qualquer criança pode passar nela, porque **as coisas es fala, as coisas fico difil, mas não é tanto que as coisas ta difficil porque oce oia... lá na cabicera do Campo do Boa que é a cabeceira da Santa Catirina, lá es fez uma caivoera da Acesita** [atual Aperan Bio energia, produtora de carvão vegetal a partir do eucalipto], era um lugar que corria muita água. A qui no campo do Boa tem uma barragem que vai daqui na cancela, ocê oia lá a Santa Catirina ta seca e a barragem esta lá cheia de água... **Porque hoje o tempo não ta bão, a pessoa num pode fala que ta bão, mas quem acabou com a natureza foi os home memo, pro CE vê a cabeceira de um rio daquele fazer uma barragem dessa.** (Domingo da Luiza, 65 anos, comunidade Monte Alegre).

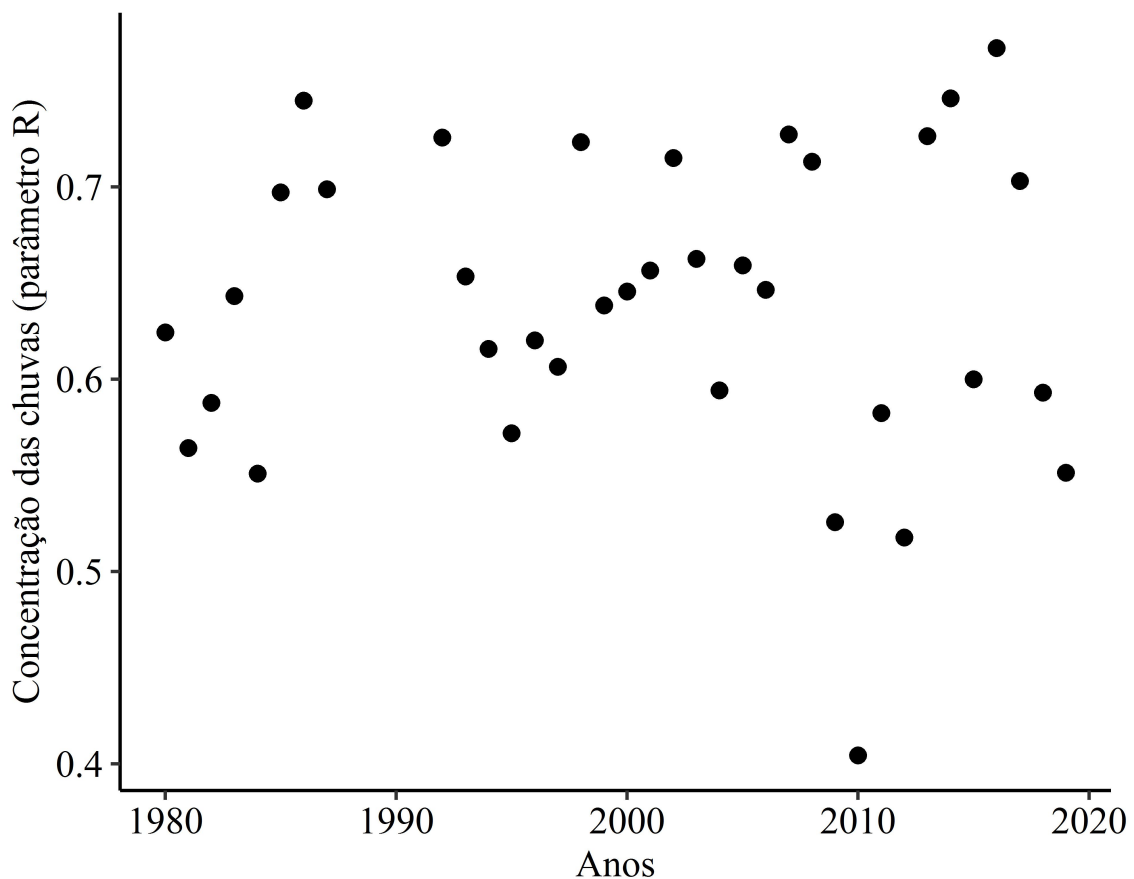
Através da fala acima, constata-se que a comunidade percebe as mudanças e ao mesmo tempo, intui de onde elas vêm, justamente por terem vivido os dois períodos, o da fartura e o da escassez. Quando vemos na fala de seu Domingos afirmando que mesmo que os tempos estejam mudados, maior parte dos problemas ambientais advêm da ação do homem,

percebemos a compreensão e o sentimento de que esse não é um processo natural, dado pela natureza por si só, é algo criado pelas pessoas. Com base nas entrevistas percebe-se que este é o entendimento de grande parte da comunidade. Esses fatores teriam aumentado a expropriação e perda d'água que antes recarregava os lençóis freáticos e Veredas, o que veremos logo à frente. Em outros relatos ouvimos:

Numa terra, numa vargem que nós tinha aqui em cima bem, nós prantava tanto arroz lá, que tinha tanta água, que gastava fazer aqueles rego prá ir prantano naqueles meios de tanta água, quando ocê ia coloca o arroz, na cova, a água arribava u arroz pra cima, di tanta água, agora hoje ocê vai lá ocê num acredita... agora lá hoje é quem eu tô falano pro ocês nem água tem, tudo seco (Etelvina 66 anos, comunidade quilombola Monte Alegre).
...É essa acalipada [eucalipto] né! que o povo tá prantano nas chapadas em roda, num tinha nada disso aí pra traz (Maria do Adão Preto, 62 anos, comunidade Monte Alegre)

Do ponto de vista dos comunitários houve uma grande redução na quantidade de chuva e conseqüentemente na disponibilidade de água nos últimos anos, o que teria afetado diretamente a produção. E a comunidade no geral, atribui a seca ao monocultivo intensivo de eucalipto instaurado nas chapadas das respectivas grotas onde se encontra Monte Alegre. A análise estatística com base em correlações de *Pearson* produzida com dados de precipitação mensal desde o ano 1980 a 2019 (com exceção de 1988 a 1992), apontou questões relevantes em relação à chuva na região do estudo, que podem contribuir para a reflexão do entendimento formado a partir das percepções subjetivas dos comunitários. Uma parte dos dados foi coletada pela estação meteorológica de Itamarandiba- Minas Gerais e a outra pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV, e ambos nos foram disponibilizados por intermédio do CAV.

Gráfico 3: Correlação entre o parâmetro de concentração (R) das chuvas e o intervalo de tempo observado (1980-2019).



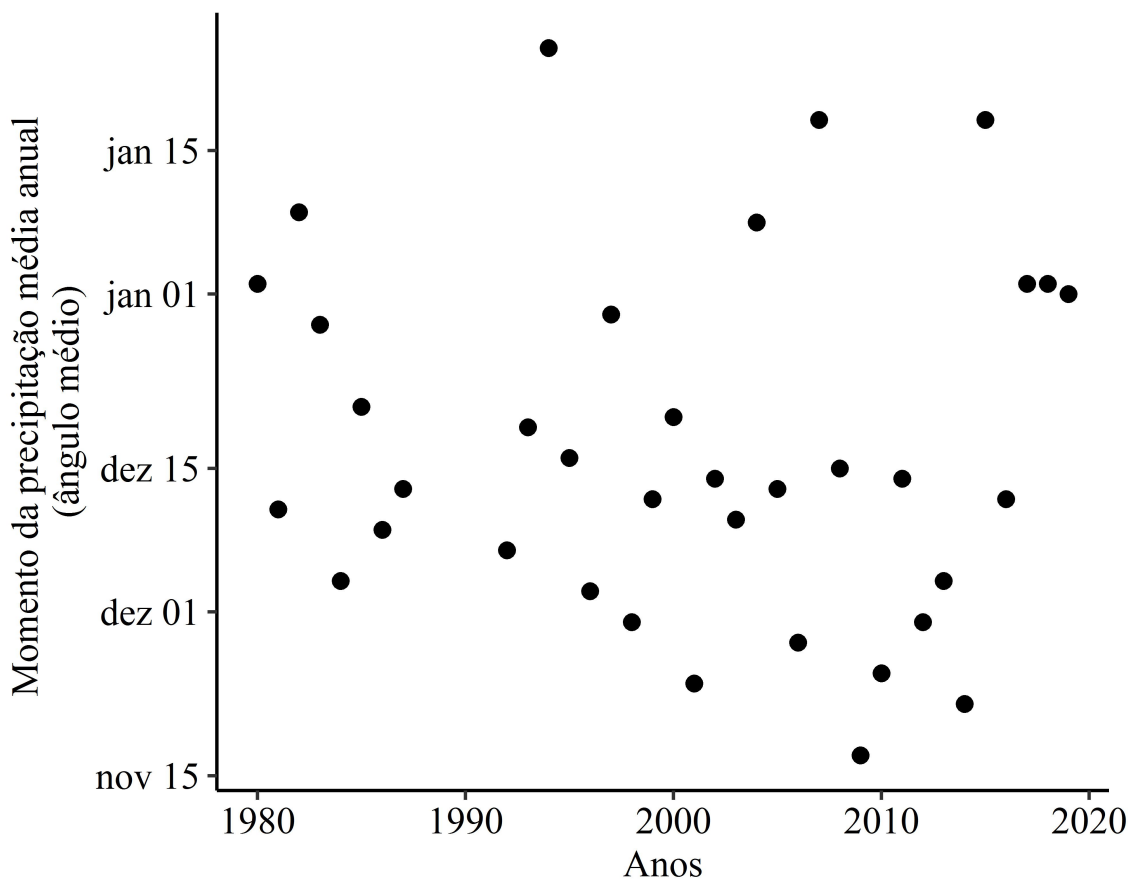
Fonte: Dados Centro de Agricultura Vicente Nica (Cav) .

O parâmetro R é calculado a partir da amplitude da estação chuvosa, de modo que valores iguais a 1 refletem anos com chuvas extremamente concentradas e valores iguais a 0 refletem anos com chuvas uniformemente distribuídas no período. A correlação encontrada (Gráfico 3) foi de -0,02 ($t = -0,13$; $GI = 34$, $p\text{-value} = 0,44$), o que indica uma relação fraca do tempo com a concentração das chuvas. Considerando o recorte de tempo da análise, o resultado indica as chuvas variaram quanto a sua concentração ao longo do período, mas não houve um padrão de concentração com o passar dos anos.

Da mesma forma que a concentração das chuvas, o pico da estação chuvosa também não foi alterado ao longo do tempo (correlação *Pearson* -0,07; $t = -0,43$; $GI = 34$; $p\text{-value} = 0,33$). Sendo assim a probabilidade de um determinado mês acumular maior quantidade de chuvas (influenciar mais a variável momento médio de precipitação) não mudou entre os anos analisados (Gráfico 4). Nesta análise a quantidade de chuva de cada mês é representada por um vetor, sendo que o vetor resultante indicaria o momento médio desse pico por ano. No entanto, identificamos nesta análise sete pontos (grifados em vermelho no gráfico 5) cujo momento de pico da estação chuvosa apresentaram ângulos (em radianos) maiores que a

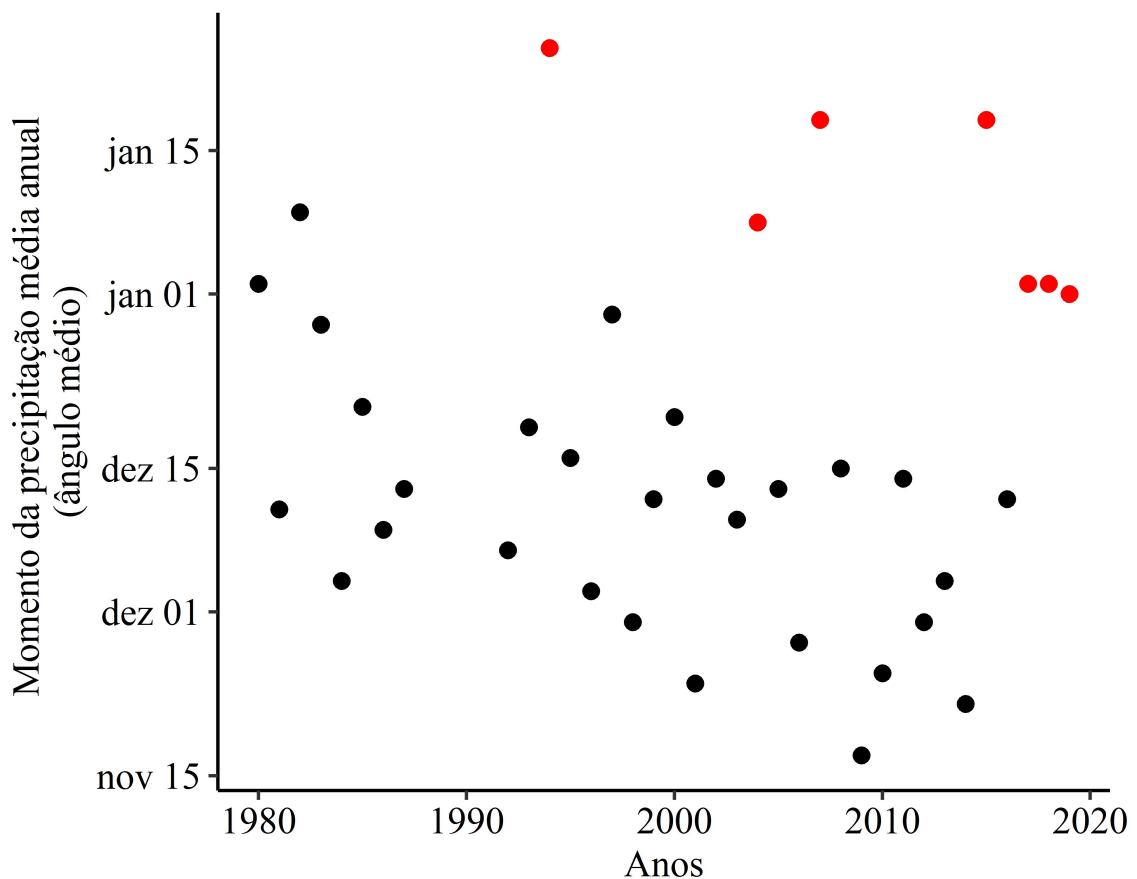
média dos anos anteriores, e desta forma optamos por analisar os dados também sem esses sete pontos para verificar se há alguma relação entre os demais pontos. Neste caso, observamos uma correlação forte e significativa entre pico de chuva e o tempo ($-0,57$; $t = -3,62$; $G1 = 27$, $p\text{-value} < 0.0001$). A correlação negativa indica que se desconsiderarmos, ao longo dos 39 anos analisados, os sete anos que apresentam maior pico de precipitação, veremos que a medida em que o tempo passa, o pico das chuvas tem de fato sido atrasado como percebem os comunitários.

Gráfico 4: Momento de pico da estação chuvosa ao longo dos anos



Fonte: Dados Centro de Agricultura Vicente Nica (Cav) analisados por Gudryan Baronio e autora.

Gráfico 5: Momento de pico da estação chuvosa ao longo dos anos

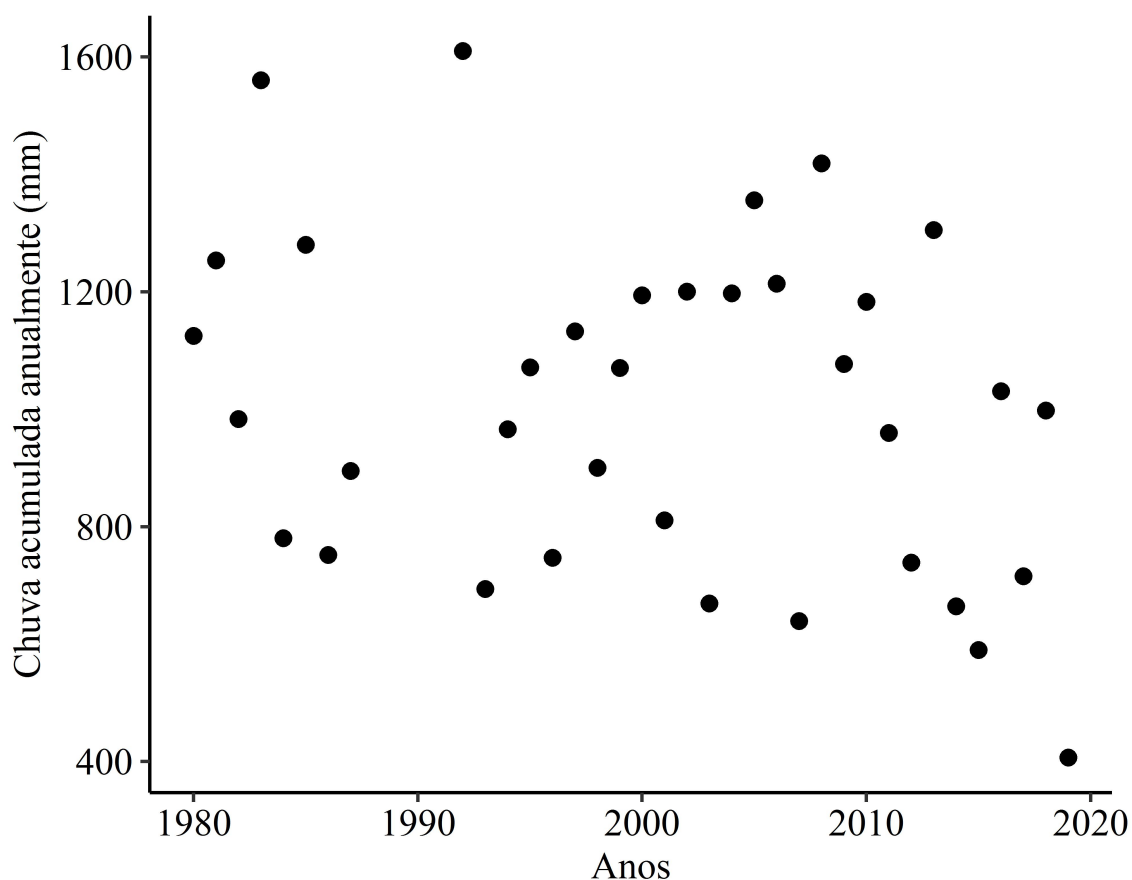


Fonte: Dados Centro de Agricultura Vicente Nica (Cav) analisados por Gudryan Baronio e autora

Como relatam os próprios comunitários e Lima (2013), as chuvas se concentraram em alguns meses, ou segundo a comunidade tem-se a impressão de que tem chovido menos, o que em partes corrobora com a nossa análise. Os comunitários ao longo da vida tem memória mais forte do que ocorreu com mais frequência, sendo assim, mesmo que tenham tido 7 anos incontínuos com momento médio de precipitação maiores (ângulo médio maior), o sentido que prevalece é o humano, com a percepção dos anos de atraso da chuva. Por isso a impressão de que o período de chuva tem se alterado.

Já com relação ao volume anual de chuvas percebe-se uma clara relação negativa, ou seja, uma diminuição no volume acumulado de chuvas ao longo do período considerado (Correlação de Pearson -0,29; $t = -1,79$; $GI = 34$; $p\text{-value} = 0,041$ - Gráfico 6). Esse dado é fortemente congruente com a percepção dos comunitários de que estaria chovendo menos. A questão suscitada no resultado desta análise é: quais seriam os fatores atuantes no decorrer do tempo que tem feito com que o volume de chuva no ano seja menor?

Gráfico 6: Acúmulo anual de quantidade de chuva em relação ao tempo no período de 1980 a 2020 na região do Alto Vale do Jequitinhonha.



Fonte: Dados Centro de Agricultura Vicente Nica- Cav, adaptados por Gudryan Baronio e autora.

A pesquisa desenvolvida por Mattos *et al.* (2019) sobre a diminuição das águas subterrâneas a partir do implante do eucalipto nos ajuda a compreender de onde possivelmente tenham vindo as alterações que têm ocorrido na comunidade Monte Alegre. Mattos (2019) acompanhou de 2004 a 2016 a Bacia do Onça Creek na cidade de Brotas (SP), uma região de cerrado com solos arenosos profundos. De acordo com o autor, entre os anos de 2004 a 2010, a área acompanhada era coberta por pastagem, e de 2011 a 2016 esta mesma área estava coberta com o monocultivo de eucalipto, em substituição da pastagem. Na descrição de Mattos (2019), por 12 anos foram feitas medidas quinzenais dos níveis dos veios das águas subterrâneas. Além disso, eram medidos o índice pluviométrico e a evapotranspiração na área estudada. Os níveis de água subterrânea diminuíram após a substituição da pastagem pelo eucalipto. Ao mesmo tempo em que foi registrada essa baixa nas reservas subterrâneas, foi registrado um leve aumento no índice pluviométrico, o que deixa claro que neste caso, a baixa, nada teve a ver com a precipitação.

Para além disso, a microrregião de Capelinha, na qual a comunidade Monte Alegre encontra-se inserida, foi estudada por Lima (2013) em uma pesquisa minuciosa a respeito da questão hídrica no alto vale do Jequitinhonha. Lima *et al.* (1990), coletaram dados durante dois anos acerca dos balanços hídricos entre áreas de cultivo de eucalipto de cinco anos de idade e a vegetação do cerrado. Fica evidente em seus resultados que a região coberta por eucalipto não só impede que a água chegue ao lenço freático como também que ela drena mais água do subsolo. Complementando estes dados, o principal dano que o monocultivo de eucalipto causa no ecossistema e que pode levar à desertificação é sua:

Alta demanda de água, esgotando a umidade do solo e diminuindo a recarga, de modo que desestabiliza o ciclo hidrológico; Elevada demanda de nutrientes, criando um alto déficit anual, descontrolando o ciclo de produção; Liberação de substâncias químicas alopatóicas que afetam o crescimento de plantas e de microorganismo do solo, reduzindo, entre outros efeitos, a fertilidade do solo e a diversidade de espécies tanto da flora quanto da fauna local; Cultivos em monoculturas, caracterizadas por apresentarem baixa diversidade ecológica, podendo causar instabilidade ou vulnerabilidade a mudanças climáticas, assim como ao ataque de pragas e doenças (LIMA, 2013, p.114).

Por estar inserida na microrregião de Capelinha, a comunidade Monte Alegre passa por uma situação ambiental muito semelhante à estudada por Mattos (2019), o que nos leva a acreditar que o eucalipto seja um dos fatores que tem feito com que a água se torne escassa na comunidade. Não podemos desconsiderar que a redução na reposição dos lençóis subterrâneos também está relacionada com a “super exploração, impermeabilização do solo e com a poluição” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ BRASIL, 2019, p. 18). A homogeneização do solo e sua baixa cobertura, seja pelo pisoteio do gado concentrado nas grotas, pelos plantios de café nas proximidades da comunidade, pelo desmatamento para fins diversos, sobretudo a produção de carvão vegetal por parte da comunidade, tem possivelmente feito com que os solos se tornem cada vez mais impermeáveis. As águas da chuva passam a ter dificuldade de infiltrar por falta de algo que amortença os pingos, fazendo com que se criem enxurradas responsáveis pela lixiviação do solo e como consequência assoreiam os córregos. No entanto, não há como desvincular o aumento do pisoteio do gado com o advento do eucalipto, pois o gado foi então excluído das chapadas, impondo maior pressão aos solos das grotas. Neste caso o eucalipto passa a ser corresponsável pela compactação do solo para além da área plantada, criando uma cascata de efeitos negativos indiretos às comunidades próximas aos cultivos.

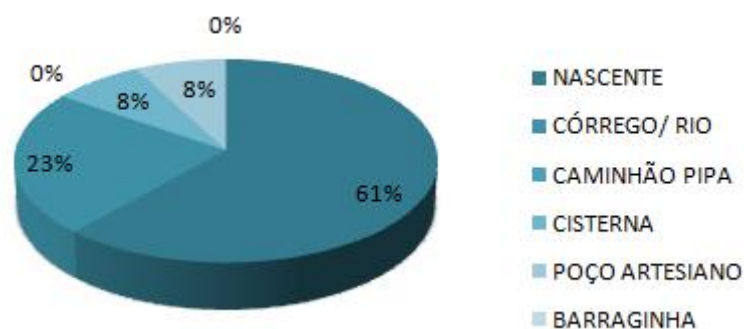
Outro fator que não pode ser ignorado são as mudanças climáticas globais. De acordo com o relatório Mudança climática e água, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas

(ONU, 2019), as alterações no clima têm sido um dos principais fatores que ocasionado secas intensas e por outro lado grandes cheias, além de vários outros impactos, o fato é que a mudança climática é sentida mais diretamente através da água.

A comunidade estudada e todas as demais comunidades que dependiam das chapadas, áreas de recarga dos lençóis subterrâneos, passam hoje por um período de racionamento hídrico crítico, sem a perspectiva de melhoria. No período chuvoso, geralmente de outubro a março, as principais fontes de água para abastecimento são as nascentes e os córregos. Porém, no período de estiagem, geralmente de abril a setembro, isso muda, e as principais fontes de água passam a ser o caminhão pipa e as cisternas de captação da água das chuvas¹⁹ como mostra o gráfico 4.

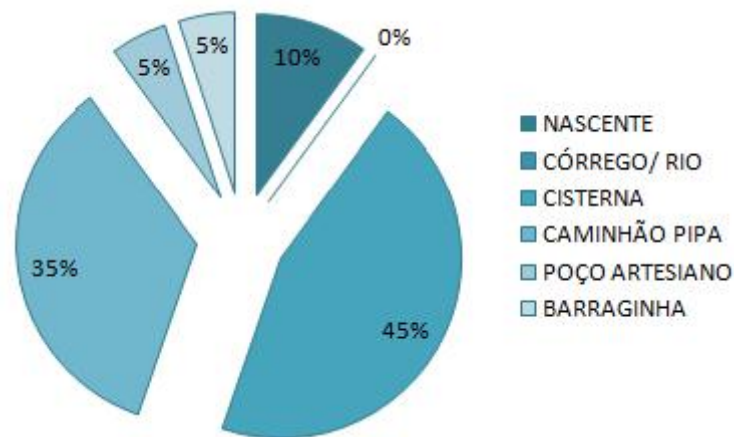
Gráfico 4 - a) Fontes de água utilizadas pelas famílias da comunidade Monte Alegre no período das águas; b) Fontes utilizadas pelas famílias da comunidade Monte Alegre no período da seca

a)



b)

¹⁹ “É um reservatório de concreto com capacidade de armazenar 16 mil litros de água da chuva, com o objetivo de disponibilizar água para o uso doméstico (prioritariamente, beber e cozinhar). A água é captada por meio de calhas afixadas no telhado e conduzida por canos até a cisterna, construída ao lado da casa da família, geralmente, próxima à cozinha. A cisterna de placas geralmente é implementada através do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC, desenvolvido pela Articulação Semiárido (ASA)”. (CAV, 2019)



Fonte: Pesquisa de campo, entrevistas realizadas pela autora 2019.

Em Monte Alegre é comum as famílias utilizarem mais de uma fonte de água, as mais “finas” (com menos sedimentos) e límpidas como de nascentes, poços, e água da chuva são usadas para consumo humano, e águas mais pesadas como de barragem, córregos e rios, para as atividades agropecuárias. O Gráfico mostra que 45% das famílias dependem do caminhão pipa no período da estiagem, e 35% usam a cisterna de 16 mil litros de captação da água da chuva. No entanto, no caso de muitas famílias, a cisterna não consegue suprir a demanda de água durante toda a seca, que tende a se estender, o que as leva a recorrer ao caminhão pipa. Estas são estratégias de resistência, e sem elas as famílias já não teriam como se manter no campo, muitas famílias inclusive, ao se deparar com a dependência do caminhão pipa optaram pela migração, outras resistiram e utilizaram o serviço de abastecimento como uma forma de permanecer. Um extremo que indica a instabilidade futura da comunidade no que diz respeito a este recurso.

De acordo com o secretário de agricultura, atualmente cerca de 80% do município de Veredinha é abastecido com caminhão pipa, devido à redução de água nas fontes utilizadas anteriormente. O abastecimento está ligado ao setor da secretaria de transporte, sendo o secretário de transporte o responsável por elaborar a lista de abastecimento de água nas residências de acordo com as solicitações. Segundo o secretário de agricultura nos anos mais críticos de escassez hídrica, o município recebe uma ajuda da ação humanitária de defesa civil.

É a ação humanitária da defesa civil, que combate essa questão da seca, ano passado tivemos acesso a 80 cestas básicas, estas cestas foram distribuídas a partir de critérios da própria secretaria de assistência social. E tem uma contribuição para abastecimento de água com caminhão pipa, ai essa água já precisa ser tratada, bem diferente do abastecimento da prefeitura (José Pereira, secretário de agricultura do município de Veredinha, Minas Gerais)

Esse abastecimento esporádico é feito pelo exército no final de semana, atendendo a lista de pedidos da secretaria de transporte. Ademais todo o abastecimento é feito pela própria prefeitura utilizando a água de uma represa conhecida como barragem do viveiro (Figura 22). A barragem fica localizada em uma área de vereda, e teria sido construída por acaso a partir de um aterro feito pela Aperam BioEnergia com a finalidade de construir uma passagem para os caminhões da empresa, considerando que o local era alagado.

Figura 22: Barragem do Viveiro, Veredinha, Minas Gerais.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto autora, 2019.

De acordo com o condutor do caminhão pipa, os últimos tempos têm sido de conflito, entre a empresa e a população de Veredinha, representada pela Câmara de Vereadores, devido ao fato da empresa estar retirando a água da barragem para manutenção das mudas de eucalipto e funcionamento da Unidade de Produção de Energia Palmeiras (uma de suas baterias de fornos).

A Aperam agora tem que pegar água aqui, porque es secou todas as demais [barragens próximas]. Eu nunca vi es pegar água em um lugar que não seca as nascentes. Tem dia que eu chego aqui e tem uns 10 caminhão [da empresa] uma traz do outro para pegar água. E eu vejo o memo pipa usado para bater o veneno, es tava pegando água aqui e derramando o resto na barrage, vamo supor, esse resto de veneno contamina a água e muita gentes bebe dela. A Maria lope memo. Um dia tinha uns lambari morto aqui em cima d'água, umas tilapa... tá abaxano a água, eu nunca vi essa barrage desse jeito, e já tem uns três a quatro mês que ela ta abaxano. (Vicente da Mangela, funcionário publico da prefeitura de Veredinha, MG)

A Figura 23 mostra o abastecimento do caminhão da empresa no momento que o caminhão pipa da prefeitura abastecia para as comunidades. Além da empresa, o gado dos moradores do entorno bebem água desta barragem, que não possui nenhum tipo de cercamento e tampouco tem alguma área de reserva considerável do ponto de vista legal em seu entorno. A empresa diz ser proprietária da área da barragem segundo os seus mapas, porém os moradores alegam que a área é do senhor Otaviano Ferreira que possui todos os documentos antigos da terra, ao contrário da empresa.

Figura 23: Abastecimento de caminhão pipa da empresa Aperam BioEnergia e da prefeitura, ao mesmo tempo, na Barragem do Viveiro.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto autora, 2019.

O abastecimento de água em Monte Alegre começa em janeiro para algumas famílias, mas de junho em diante se intensifica, sendo que a maior parte das famílias da comunidade são abastecidas. De acordo com o motorista algumas famílias são abastecidas quinzenalmente. Com a água escassa tem-se um conflito de uso entre as águas de “comer” e de “beber”, (GALIZONE, 2010) e as famílias se vêem obrigadas a abrir mão dos cultivos irrigados (olerícolas e frutíferas), responsáveis por maior parte das vitaminas de sua dieta alimentar, ou pelo menos reduzi-los sobremaneira nas épocas mais críticas do ano, priorizando o uso para as necessidades básicas. Desse modo a agricultura comunitária sofreu grandes alterações, com a redução da quantidade plantada e também da diversidade. O levantamento efetuado durante as entrevistas indicou que a comunidade já não cultivava arroz, amendoim, fava e algodão, culturas vastamente cultivadas em outros tempos. Culturas como o feijão (tanto sequeiro, quanto feijão das águas), mandioca e urucum são cultivados por poucas pessoas e de forma esporádica,

enquanto o milho, a cana de açúcar, o feijão de corda e guandu ainda são cultivados com mais intensidade embora em menor quantidade em relação aos tempos passados.

Com a drástica redução dos serviços de provisão da natureza, neste caso a água, as famílias que conseguiram permanecer na comunidade, buscaram alternativas para suprir a demanda. Os bens que recebiam gratuitamente passam a ter um preço, quando os comunitários buscam alternativas para reaver estes bens naturais. Com o apoio e incentivo do CAV, tecnologias sociais com vistas à recuperação, preservação e, em alguns casos, armazenamento de água começaram a ser implementadas na comunidade. “O CAV desenvolve de modo participativo um subprograma que sensibiliza, capacita as famílias e implementa no terreno das famílias tecnologias sustentáveis que contribuem para o aumento da disponibilidade de água” (Bacias de contenção²⁰, barraginhas²¹, terraço em curva de nível²² e cisterna de placas) (CAV, 2019). Os projetos de implementação geralmente prevêm recursos, mas as famílias arcam com uma parte em contrapartida.

De acordo com Schuler (2019) as tecnologias sociais implementadas são denominadas pela ecologia como serviços ambientais hídricos que seriam as intervenções humanas em prol da melhoria dos serviços ecossistêmicos relacionados. A provisão desse serviço pode ser garantida, mantida ou mesmo recuperada por intervenções humanas de proteção e conservação desses processos, inclusive mediante práticas de gestão adequadas nas diversas atividades produtivas beneficiárias dos recursos hídricos (SCHULER, 2019, p. 17). Além das ações que as famílias têm desenvolvido, podemos entender também como serviço ambiental qualquer forma de produção ao manejo agropecuário, que no processo produtivo gere algum impacto positivo, aos recursos hídricos, florestais ou beleza cênica do local (SCHULER, 2019).

A Agência Nacional das Águas (ANA), tem desenvolvido desde 2006 a idéia de Pagamento Pelos Serviços Ambientais Hídricos (PSA Hídricos) através do “Programa

²⁰ “A bacia de contenção é uma cavidade no solo construída com aproximadamente 05 horas máquinas (trator de esteira) nas partes mais altas dos terrenos, geralmente acima da linha das nascentes, que sempre aproveita os canais de enxurradas. Sua capacidade média de armazenamento é de aproximadamente 300 mil litros de água e infiltração no solo de no mínimo 4 vezes esse volume. A água armazenada não tem a finalidade para uso humano direto, e sim contribuir para o abastecimento do lençol freático que, por sua vez, ajuda a manter as nascentes”. (CAV, 2019)

²¹ “As barraginhas são reservatórios construídos nas propriedades familiares dos agricultores (as) visando captar e armazenar água da chuva para o uso produtivo, como irrigação da horta e consumo animal. São construídas com aproximadamente 20 horas de trator e armazenam em média 1,2 milhão de litros de água anualmente”. (CAV, 2019)

²² “O terraço é um corte em nível no solo de um terreno declivoso, acumulando o material removido sobre a superfície abaixo da trincheira. O terraço tem função de retenção da água e da matéria orgânica escoada superficialmente, pela ação das chuvas, proporcionando ao terreno maior umidade e disponibilidade de nutrientes, bem como reduzindo a formação de voçorocas, erosão laminar e assoreamento dos cursos d’água”. (CAV, 2019)

Produtores de Água” (SCHULER, 2019), uma experiência que troca o princípio do “comando e controle por meio da fiscalização e multas” (ANA, 2019) pela recompensa e suporte às boas ações em prol da natureza. No PSA “a gestão é baseada na valoração econômica da natureza e, conseqüentemente, na distribuição de incentivos financeiros aos responsáveis pela preservação ambiental” (ANA, 2019). O valor pago por cada ação é determinado de acordo com as características de cada região.

A iniciativa da ANA se assemelha com a idéia de valoração dos serviços ecossistêmicos, que “consiste em atribuir valores econômicos aos diversos serviços providos a sociedade pelo ecossistema” (SCHULER, 2019, p. 17) Existe uma polêmica em torno dessas valorações, baseada nas duas interpretações conflitantes que o tema pode ter. Por um lado, valorar um serviço significa contribuir para as tomadas de decisões políticas e sociais, e reflexão do quão caro é para nós o que a natureza nos oferta gratuitamente, evidenciando a necessidade de preservar estes bens. Por outro lado, quando colocamos preço em um serviço ecossistêmico, reduzimos todos estes sistemas complexos e também simbólicos, a mercadorias com valores monetários negociáveis e criamos a ideia de que sempre será possível provê-los quando houver recurso financeiro. Porque “certamente, outros valores não monetários devem ser reconhecidos, como valores culturais e antropológicos, e diversos aspectos biológicos e ecológicos cuja compreensão é apenas parcial, o que torna complexo seu real dimensionamento” e em muitos casos incomensurável (SCHULER, 2019, p. 17).

Sendo então quase impossível quantificar, o que é simbólico não pode ser mensurado economicamente, e sendo a água um elemento material e simbólico assim como tantos outros tidos no geral como naturais, ela jamais poderia ser tabelada a preços de modo satisfatório. Ainda assim, é intrigante pensar quanto custa este serviço de provisão hídrica para o município de Veredinha. E qual seria a responsabilidade social que as grandes empresas contribuidoras no processo de degradação tem tido para com o município, especialmente pelos efeitos diretos e indiretos de seus empreendimentos.

Devemos levar em conta que uma porcentagem dos rios e lagos disponível na superfície da Terra, já está quase que irreversivelmente contaminada e, portanto, imprópria para o consumo (BPBES, 2019). E a estimativa que traz a BPBES é de que caso as práticas atuais não sejam repensadas, no ano de 2035 faltará água para 74 milhões de brasileiros. O cuidado que se tem tido com os veios de águas subterrâneos e superficiais geralmente vem das comunidades, dos pequenos agricultores que entendem que a água é uma das partes fundamentais da vida. Sem a água não teria agricultura, então se tornaram também aos poucos cultivadores das águas, pensando no manejo adequado, a partir da observação do espaço e da

reflexão sobre o uso. Parafraseando Manoel de Barros (2019), a partir do que foi observado e vivido na comunidade de Monte Alegre, entendo que os homens e mulheres daquele lugar são a continuação das águas, porque muito fizeram e fazem nas práticas cotidianas para a manutenção deste bem, apesar dos entraves.

Considerações parciais

A proposta deste capítulo foi de compreender a disponibilidade e o uso do serviços ecossistêmico de provisão hídrica no contexto da comunidade Monte Alegre, e os problemas/conflitos em torno da água. Os resultados da pesquisa apontaram que, a comunidade em tempos passados usufruiu da vasta disponibilidade de água através de nascentes, minas e córregos, e embora a relação com a água sempre tenha sido de respeito cuidado e partilha, hoje os comunitários sofrem com a escassez. Com apenas uma nascente ativa e as demais secas permanentemente - ou pelo menos em parte do ano - e com os córregos secos de igual maneira em maior parte do ano, a principal alternativa da comunidade tem sido o caminhão pipa. O fato de a quantidade de chuva na região ter tido um leve aumento nos últimos anos, indica que a indisponibilidade de água, está relacionada com outros fatores que não só as variações climáticas, como os monocultivos de eucalipto e café, e o uso intensivo dos solos.

A perda da qualidade e quantidade dos bens de provisão hídrica, tem levado a comunidade a desenvolver serviços ambientais, com vistas na recuperação ou reparo do que foi perdido. Ainda assim, o fato de a água ser uns dos elementos condicionantes de qualquer forma de vida tem afetado vários aspectos da comunidade, incluindo o produtivo e econômico. Isso porque os comunitários dependem da água para produção agrícola e criação de animais. Os problemas em torno da água, somados a outros fatores, tem levado boa parte dos comunitários a se mudarem de Monte Alegre para regiões circunvizinhas. Essa estratégia resolve um problema pontual, mas não altera uma situação sistêmica regional que tende a se agravar e tornar a vida no campo na região do Alto Vale do Jequitinhonha progressivamente mais difícil - senão inviável - caso as medidas necessárias não sejam tomadas.

SESSÃO III



Fonte: Pesquisa de campo 2019.

CAPÍTULO 4 - LEVES PEGADAS NO RITMO DA EXPROPRIAÇÃO

“Ir e vir” [expresso na migração e nas mobilidades] é um movimento que sempre foi uma característica marcante e marcada da porção mineira do Vale Jequitinhonha. Tais motivações são inerentes aos processos de manutenção da vida e da qualidade de vida do povo. Um desses movimentos, o de subir e o descer as chapadas, um constante ir e vir, foi o que garantiu historicamente às comunidades bens naturais e simbólicos nos fazeres da vida. É possível observar também um outro ir e vir, mais reservado e esporádico, do “sertão”²³, da derriça (colheita) do café capixaba, e depois até mesmo para o corte de cana. Isso garantia, sobretudo aos homens, o recurso maior que necessitavam para a expansão das terras, a compra de gado ou a edificação das moradas. A migração, no segundo caso, é percebida aqui como estratégia de complementação dos meios de existência no território das comunidades. Isso porque toda razão de ir era o que estava por vir em retorno à família e a comunidade do trabalhador, o sentido de ir era vir.

A migração no vale do Jequitinhonha está intrinsecamente relacionada a questão da disponibilidade de terras e as questões climáticas do lugar (GALIZONI, 2020). De acordo com Souza (2018) a expansão do agronegócio produtor de *commodities*, centrado no monocultivo somado a limitação das condições de trabalho dos pequenos agricultores os levam a venda da mão de obra e aos processos de mobilidade. A autora pondera ainda, que a situação se agrava com o alinhamento entre interesses de latifundiários e investidores estrangeiros com o apoio do Estado. O que fortalece a expansão das fronteiras agrícolas e agrava cada vez mais o problema da questão agrária no país, dificultado acesso a terra e os processos de sucessão rural que garantem a continuidade da agricultura nas comunidades rurais.

O processo de expropriação da década de 1970 no Vale Jequitinhonha levou as comunidades a perderem as terras de uso comum e fez com que os comunitários tivessem seu território limitado às grotas. Esse processo exigiu que fossem criadas novas estratégias de

sobrevivência para permanência na terra. “O fluxo emigratório se converte em estratégia permanente de sobrevivência. Neste contexto, a saída temporária encerra em si um forte sentido de resistência, uma vez que os recursos que os migrantes remetem à terra de origem, de alguma forma evitaram a migração definitiva” (FACCIOLI, 1991, p. 9). O processo de modificação das estruturas agrárias no Jequitinhonha abre portas também para a migração definitiva, expressa no êxodo rural. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1988) por volta de 1940 a quantidade de pessoas vivendo no urbano era muito inferior as que viviam no rural. A autora coloca que isso começa a se modificar com as transformações no universo rural ocorridas por volta da década de 1970.

Desta forma, é no contexto brevemente apresentado que se forja a proposta deste capítulo, cujo intuito é entender o papel social que a migração tem tido na estruturação do modo de vida da comunidade Monte Alegre, Veredinha, Minas Gerais, Brasil. Isso, sobretudo com relação à migração feminina, notadamente após o processo de ocupação das chapadas do Vale do Jequitinhonha, no princípio por empresas estatais reflorestadoras. Optamos por abordar a migração em uma perspectiva feminina pela relevância dos impactos que a migração feminina tem na comunidade, considerando que as mulheres foram as primeiras a migrarem de forma permanente.

Este estudo foi desenvolvido no território da comunidade por meio da pesquisa participativa, em uma proposta de participação e diálogo com os sujeitos da pesquisa. O método empregado foi a aplicação de dois modelos de questionários semi estruturados (Anexo C), previamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFVJM, parecer n. 3.464.046). Foram entrevistadas 11 pessoas: nove mulheres e dois homens, sendo seis delas migrantes da comunidade Monte Alegre e as outras cinco pessoas que ainda residem na comunidade. Todos os entrevistados tinham mais de quarenta anos e aceitaram contribuir de forma livre, espontânea e esclarecida. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente quarenta minutos.

As “raízes” das mulheres de Monte Alegre

De acordo com Nogueira (2004), desde as sociedades antigas o trabalho doméstico ou do entorno já tinha caráter feminino, enquanto a caça ficava a cargo dos homens. No entanto as duas frentes de afazeres eram cingidas de um sentido social de coletividade, nos processos de construções. Mas com o advento da família patriarcal eurocêntrica, o caráter social que envolvia as atividades deixa de existir, fazendo emergir no lugar o caráter privado dos serviços, com funções individuais, fazendo da mulher uma criada da casa (NOGUEIRA,

2004). Após a revolução industrial, a mulher se inseriu no mercado de trabalho em função da utilização das máquinas que dispensavam a obrigatoriedade da força física no universo laboral. Elas, que antes se limitavam ao trabalho doméstico e à vida familiar, iniciam uma nova fase que aparentava ser de emancipação. Porém, o processo que permitiu a saída do universo doméstico, do qual ela continuava responsável nas jornadas que em geral assumia, em uma aparente emancipação é o mesmo que concede mais força de trabalho ao capitalismo e alimenta outra forma de exploração (NOGUEIRA, 2004).

As mulheres de Monte Alegre (para além das entrevistadas) nasceram no contexto patriarcal [que tende a ser estrutural no nosso país], posterior ao período escravocrata aprendendo e forjando o ser mulher neste cenário. A liberdade própria e natural das mulheres enfrenta a barreira masculina que diz o que elas devem ser. “O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina?” (BEAUVOIR, DS I, 1980, p. 23).

No geral, não existia a divisão do trabalho, tudo o que poderia ser atribuído ao homem era também atribuído também às mulheres, no entanto existia o trabalho doméstico, e este sim era atribuído somente às mulheres. “No que tange às mulheres não há uma dicotomização da jornada de trabalho. O que existe é uma imbricação das diferentes atividades exercidas” (SILVA, 1991, p. 41). SILVA (1991) usa a expressão jornada justaposta para definir a situação do trabalho, considerando que o termo dupla jornada é empregado no sentido de relações salariais capitalistas.

As mulheres faziam de tudo. As mulheres ajudavam a fazer tijolo, teia, e fazia adobe também. Pra construir, fazer a casa, o pai lá em casa tinha muito filho, então os filhos iam casar e tinha que fazer a casa no terreno, né. Então a gente tinha que ir lá e ajudar, onde tinha aquele barro a gente ia fazer [os tijolos e telhas]. Eu tinha cinco anos de idade e dava conta de desenformar os tijolo tudo para es ir colocando mais (Geni Nunes, 42 anos comunidade Vendinhas).

Eu acho que tudo que o homem faz mulher pode fazer. Todos fazia junto. Só o serviço da casa que é só da mulher (Ana Alves, 62 anos, comunidade Vendinhas).

Por volta do período de 1970, enquanto para o homem era comum sair de casa para “tentar a sorte”, com o objetivo de conquistar o que lhe faltava para um casamento (casa, terra em alguns casos, gado etc.), para a mulher era comum fazer com suas mãos o que serviria de utensílios em sua casa, seja panelas, esteira²⁴, cobertores, guardanapos²⁵, lençóis de cama,

²⁴ um produto artesanal normalmente fabricado pelas mulheres de Monte Alegre, utilizando a nervura (popularmente conhecida como talo) das folhas seca da bananeira, e a embira da bananeira. Feita

roupas, vassouras, sabão, etc. As mulheres também ajudavam o futuro marido a fazer os adobes e telhas que seriam usados na construção da casa. Os irmãos e pais do homem, futuro esposo, também o ajudavam nesta construção.

A migração até então não era comum às mulheres. Estas, no máximo, trabalhavam a dia para os vizinhos e parentes em suas lavouras, em troca de uma “*medidinha do que comer*” (Geni Nunes, Monte Alegre). Além disso, a mulher recebia menos do que o homem; se ao homem por um dia de serviço prestado na lavoura lhe era dado uma rapadura, ou uma medida de qualquer alimento, à mulher seria dada meia. A comunidade hoje encara esse trabalho prestado, com essa forma de pagamento, como uma situação análoga ao trabalho escravo, tanto no caso do homem quanto no da mulher.

A criação da família, que normalmente tendia a ser numerosa, era rígida, segundo o que contam as moradoras da comunidade. De acordo com o senhor Francisco, ex morador de Monte Alegre, residente em Vendinhas, os filhos só saíam de casa, no sentido de independência, quando se casavam. Até lá tudo que conquistavam, seja na terra dos pais, no trabalho a meia com vizinhos, em casos esporádicos no sertão²⁶ ou corte de cana, era para família como um todo, tendo inclusive uma obrigação para com os irmãos mais novos.

Eu, na verdade, fiquei até no período que eu fui casar, a relação era um pouco diferente só porque eu morava aqui (Vendinhas), mas eu ia para roça ajudava a cuidar. Eu sempre ajudei meus pais, né, não tinha aquela coisa assim de trabalhar só para mim. Meu pai só me deu liberdade de eu ganhar meu dinheirinho para arrumar meu casamento, quando faltava seis meses para mim casar. Ajudava porque eles não tinham condição, né! Muitas pessoas hoje pensa diferente, mas nós ajudava, na verdade eu e meu irmão mais velho era como se nos fosse os pais dos meus irmão mais novo. Nós era responsável para comprar onde tivesse e arrumar dinheiro onde tivesse para pagar. Antigamente era assim nas famílias, e no nosso caso era pior porque nosso pai trabalhava mas não conseguia administrar (Francisco Lopes, 42 anos, comunidade -Vendinhas).

A sucessão rural existe no universo rural com o intuito de perpetuar o legado das famílias, as propriedades, atividades empreendidas e também o conhecimento. Em Monte Alegre as terras tendem a ser divididas com todos os filhos e filhas. Existem duas situações: Na primeira, a divisão das terras é feita após o falecimento dos pais, sendo que antes disso os próprios filhos já tocavam a produção no terreno, cuidando desde o preparo da terra até a

na medida das camas, ela é usada embaixo do colchão ou simplesmente para servir de “colchão” no caso de antigamente.

²⁵ Guardanapo era o nome dado aos panos menores tecidos com linha e pávio pelas mulheres da comunidade para cobrir copos, pratos ou para embalar doces e quitandas para viagem.

²⁶ Sertão é como a comunidade denomina os locais para onde os comunitários vão trabalhar cortando lenha, geralmente no Noroeste de Minas Gerais.

colheita. Neste caso os filhos que tinham maior proximidade com o serviço desenvolvido no terreno tendem a comprar a parte dos irmãos. Na segunda situação, ainda em vida os pais cedem partes das terras para os filhos que necessitam trabalhar e constituir família. Neste segundo caso é comum aos homens receberem parte da terra e não as mulheres, porque as mulheres se uniram em matrimônio com outros herdeiros que receberão por meio de sua família parte da terra para morar e trabalhar. É possível ver na comunidade uma grota em que residem ou residiam pais rodeados pelos filhos, justamente em função do processo de ceder parte da terra a eles.

Com o encurtamento das terras e a chegada de novos regimes de trabalhos na perspectiva individual e não familiar, a sucessão foi se tornando cada vez mais complicada, considerando que os filhos no geral passaram a ter mais interesse na venda da mão de obra do que propriamente no tocar das atividades da família. Essa percepção é apresentada por Woortmann (1994) ainda na década de 90 e de lá para cá houve uma intensificação dessa tendência.

Posteriormente, na segunda metade da década de 1990, pesou nesse cenário o declínio dos ganhos da agricultura familiar, em função da elevação das escalas produtivas, da abertura às importações, da queda de preços e das barreiras à entrada de pequenos produtores nos mercados[...] Ao longo das décadas, a formação de novas famílias e a exploração contínua dos recursos na região resultaram em fragmentação da terra em Turmalina e Veredinha. O módulo fiscal, área definida como mínima para reprodução de uma família rural, corresponde a 40 hectares, mas a área média das unidades familiares nestes municípios atinge apenas 13 hectares (SADE/ FAO/INCRA, 2000). Essa subdivisão excessiva da terra muitas vezes inviabiliza a reprodução, estimula a emigração e problematiza a sucessão. (MENDONÇA *et al*, 2013, p.451)

“Chegou um tempo que a roça já não dava mais. Não tinha como. Era muita gente em casa, a casa que tinha um pé de manga, era a conta da família” (Geni Nunes, Monte Alegre). E já não tinha mais as chapadas para coleta de alimentos, a complementação da renda, e a solta do gado. “Há na verdade, uma relação estreita entre fraqueza da terra e fraqueza da gente”(SILVA, 1991, p. 40). As terras já não produziam como antes porque estavam sendo super utilizadas, e se a vida do povo é totalmente ligada ao chão que pisa e que planta, a fraqueza desse chão se converte na fraqueza do povo (SILVA, 1991). O humano mais uma vez se mostra uma extensão do que é a natureza na qual está inserido.

Enquanto os homens de Monte Alegre migravam para o trabalho sazonal esporádico, as mulheres assumiam a casa, o cultivo das roças e a criação dos filhos. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1988) o fato das mulheres permanecerem com os filhos cuidando do que ficou, fazia com que o homem saísse e voltasse com segurança do que ele deixou. No

entanto quando a mulher começa a migrar isso muda, porque ela tende a migrar de forma permanente, e neste processos mudanças são feitas na estrutura das famílias e da reprodução das comunidades. De certo modo, em alguns casos, “a saída das mulheres da parcela significa o início de um abandono da terra pois esta já não garante mais as possibilidades de subsistência”(SILVA, 1988, p.13).

A migração feminina inicia de maneira ainda tímida, após a década de 1970, com a expropriação das chapadas, mas impulsionada também por vários fatores que se arrastam desde o Brasil colônia. Para entender o porquê da migração GONÇALVES (2001) aponta o que ele chama de “nó”, que seriam as amarras, os entraves que conduzem a tal processo, dentre estes nós destacamos três: a concentração das terras e do poder por parte da elite que tende, a partir daí, a determinar os resultantes sociais; as relações de trabalho, que costumeiramente têm o trabalho escravo como pano de fundo; e a estiagem semiárida cujas consequências têm se intensificado nos últimos anos. “Porém, não podemos cair na ingenuidade de que a seca é fator predominante da saída em massa do Nordeste e de Minas Gerais. A seca apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual. Mais que a seca, o que expulsa... é a cerca” que limita (GONÇALVES, 2001, p.180).

Nesse contexto “as pessoas migram porque na sociedade de origem já não há lugar para elas, de onde desapareceram as condições para continuarem sendo o que sempre foram, o que estavam acostumadas a ser” (MARTINS, 2018, p. 15). O migrar temporário, nesta nossa interpretação, é a maneira encontrada que possibilita a comunidade e a família continuarem a *ser*, ainda que o processo modifique esse *ser* incorporando as ausências. Percebemos que é tirado das famílias o direito de ir e vir, quando lhes é, de certo modo, imposta a migração, porque o direito de ir e vir consiste também no direito que escolher por ficar (GONÇALVES, 2001, p.174). No caso dos homens a migração já existente se intensificou ao longo do tempo. Já no caso das mulheres ao longo do tempo podem ser identificadas respectivamente quatro formas de migração que foram surgindo: 1) a migração para estudar que acaba por se converter em migração permanente; 2) a migração para as capitais, no processo de êxodo rural a procura de emprego; 3) a migração para municípios vizinhos; 4) e a migração sazonal para a colheita de café.

As trilhas das mulheres em movimento

As primeiras mulheres a deixar a comunidade, sozinhas e ainda solteiras, saíram em busca de oportunidade de estudos, o que não era comum na época, considerando que para que as filhas estudarem, os pais deveriam ter condições financeiras para mantê-las distante de casa. O destino destas mulheres era geralmente as cidades próximas, onde conseguiam abrigo na casa de algum parente ou até mesmo algum desconhecido que as aceitava como domésticas para que estudassem. Em raros casos elas regressavam para a comunidade. Isso porque passava a existir pouca compatibilidade entre o que almejavam e o que a comunidade tinha a oferecer. O resultado era a migração permanente para cidades grandes, à procura de trabalho na esperança de continuarem a estudar.

Por isso pode-se dizer que a migração temporária deixa marcas permanentes. O retorno periódico ao ponto de partida não constitui a identidade original nem as relações sociais originais do trabalhador. A migração não é estranha a esse pequeno mundo de origem: altera-o, modifica-o de tal modo que ao retornar o migrante já não encontra a mesma situação que deixara. Sua ausência modifica o arranjo de suas relações sociais. (MARTINS, 1991, p.30).

Dona Tereza foi a primeira moça que, após sair e estudar, regressou para a comunidade como professora do lugar, revolucionando de certo modo o local. A geração da população de Monte Alegre que hoje se encontra com cerca de 40 anos foi a primeira geração da comunidade a ser alfabetizada, o que mudou os horizontes da comunidade. Além dos feitos na educação, dona Tereza ganhou um destaque social e passou em muitos momentos a ser uma das representantes sociais da comunidade frente às organizações municipais sobretudo as religiosas. Esse lugar de liderança era até então impensável para uma mulher, sobretudo no contexto da comunidade.

Quando eu comecei a estudar, eu comecei já mais velha, assim, depois dos meus 10 anos. Ai eu fiz em Macaúbas de 1º a 3º série, era minha comunidade. Depois da 3º série, eu fui para Turmalina para concluir até a 4º série, fiquei morando em Turmalina um ano, estudando lá. Dificuldade né, porque a gente nunca tinha saído de casa né! Mas graças a Deus deu tudo certo ai eu consegui até a 4 série, ai depois da quarta série eu vim para roça de novo. Ai, eu comecei a dar aula em Monte Alegre, dei aula lá um ano e lá mesmo eu me casei. Ai apareceu um estudo em Couto Magalhães, um estudo a distância, a gente só ficava lá durante as férias né, férias de janeiro a gente ficava 15 dias, férias de julho 15 dias, e ai fiquei lá por 2 anos estudando, ia e voltava. Não foi brinquedo, foi muito difícil para mim, mas a gente sempre com aquele esforço né! Saia de casa durante esses 15 dias, deixa as crianças em casa o marido, e saia para dar aula também (Tereza Cordeiro dos Santos, 66 anos comunidade quilombola Monte Alegre).

Neste mesmo período, a partir de 1990, a migração feminina, quase inexistente, se torna frequente no sentido dos grandes centros (Belo Horizonte, Uberlândia, Nova Serrana), em busca de oportunidades de trabalho. As moças saiam à procura de emprego como

domésticas nas casas de famílias. Essa movimentação grande de pessoas configura o êxodo rural na comunidade porque estas moças não regressam mais no intuito de permanecer.

As mulheres não saíam não, começaram a sair de uns anos para cá. As que saíam era para caçar emprego. Aí iam para mais longe, e iam trabalhar como doméstica. Na nossa região aqui só saíam para trabalhar como doméstica, quando não eram casadas. Lá às vez tinha oportunidade de estudar, estudavam e ia caçar coisa melhor (Geni Nunes, 42 anos, comunidade de Vendinhas).

A migração propõe alternativa ao que seria o ambiente de dificuldades, mas em contraposição oferece um ambiente inseguro e cheio de incertezas, o “sair dos grupos sociais permanentes e enraizados” (MARTINS, 2018, p.13) para um contexto de dessocialização em termos de grupo, afeta quem sai e quem fica. A migração de repente se torna mais intensa dentro do público feminino, justamente devido as oportunidades de trabalho doméstico e a valorização dos estudos. “Em 1995, havia 5,2 milhões de homens a mais do que mulheres no rural latino-americano” (MENDONÇA et al, 2013, p. 449), fruto desse cenário de saída para estudos e trabalho.

Durante as entrevistas, o relato de uma dessas mulheres chamou a atenção por narrar o sentimento de voltar à comunidade logo após a migração, nesta mesma perspectiva já narrada. Segundo Maria Ducarmo, sua saída da comunidade se deu muito cedo, aos seus 10 anos. Ela conta que o regresso foi por um tempo difícil, por encontrar sobretudo na mãe muita resistência a este modo de vida livre, autônomo e distante de casa na condição de solteira. Isso não ocorreu somente com ela, pois estas mulheres que saíam também enfrentavam preconceito por parte de muitos que ficavam, os quais culturalmente viam a mulher em outro lugar. As mulheres ao migrar entram em um paradoxo: se por um lado são vistas como aquelas pessoas que saíram, por outro lado, lá fora, nem sempre encontraram as melhores condições de trabalho.

As mulheres que saíam, regressavam à comunidade nas férias de final de ano (dezembro a janeiro) ou nos períodos festivos da comunidade, como os meses de maio a julho, com outra perspectiva do ser mulher. Ao receber de volta estas mulheres a comunidade se transforma de alguma maneira, a partir do contato com novos costumes sobretudo no que diz respeito comportamento social feminino, a artigos de beleza/ vestuário etc. As que saem da comunidade acabam por entrar na lógica do não lugar, sem um espaço de reconhecimento de si com vinculação identitária (MARTINS, 2018), ou acabam por formar guetos com as iguais dentro das capitais, o que Galizoni (2020) também denomina de redes familiares.

O universo urbano, que se estende para além dos limites das cidades, se torna “uma nova mentalidade, uma nova linguagem, um novo jeito de ser – se quisermos, uma nova cultura! O ser urbano é o cidadão do século XXI. Esta cultura não se restringe à geografia da cidade. Por vezes, ela até exerce maior fascínio no campo” (GONÇALVES, 2001, p. 182). Esse contato cultural do campo com as cidades urbanas, que assim nomeamos para diferenciar das cidades rurais ou cidades imaginárias (VEIGA, 2002), se dá em grande medida pela migração de parte da comunidade. Assim a cultura urbana é experimentada pelas pessoas que nunca saíram da comunidade. O que não elimina a cultura tradicional da comunidade, mas a modifica, no processo que LEVI STRAUSS (1970) chamou de “bricolagem”.

Essa migração para cidades maiores não era tão volumosa quanto a que ocorria para os arredores. Muitas mulheres fizeram esse processo de mobilidade em direção ao povoado de Vendinhas, situado a 2,8 km de Monte Alegre (pertencente aos municípios de Veredinha e Capelinha), ou para cidades próximas à comunidade como Capelinha, Turmalina, Veredinha (Mapa 1). Segundo elas, essa era uma maneira de trabalhar e ao mesmo tempo ainda manter as atividades antes desenvolvidas na comunidade, principalmente as atividades da lavoura. Esse processo levou à constituição do público que denominamos neste trabalho como intermitente, pelo ir e vir para além da chapada, um ir e vir dividindo o tempo e o espaço da vida.

As moças continuavam a contribuir nos afazeres da casa de seus pais, tudo que era atividade do coletivo elas se faziam presentes. Isso inclui o plantio das roças, a capina, a colheita, a preparação para os pousos do Divino²⁷, o cair²⁸ das casas, o arear das vasilhas guardadas, o lavar os cobertores no rio etc. Em tudo que era atividade desenvolvida no coletivo, seja de diversão, de trabalho ou de mobilização social, elas continuaram a participar. Existem também as mulheres que se distanciaram do universo rural e preferiram se manter nas cidades do entorno como doméstica ou trabalhos similares.

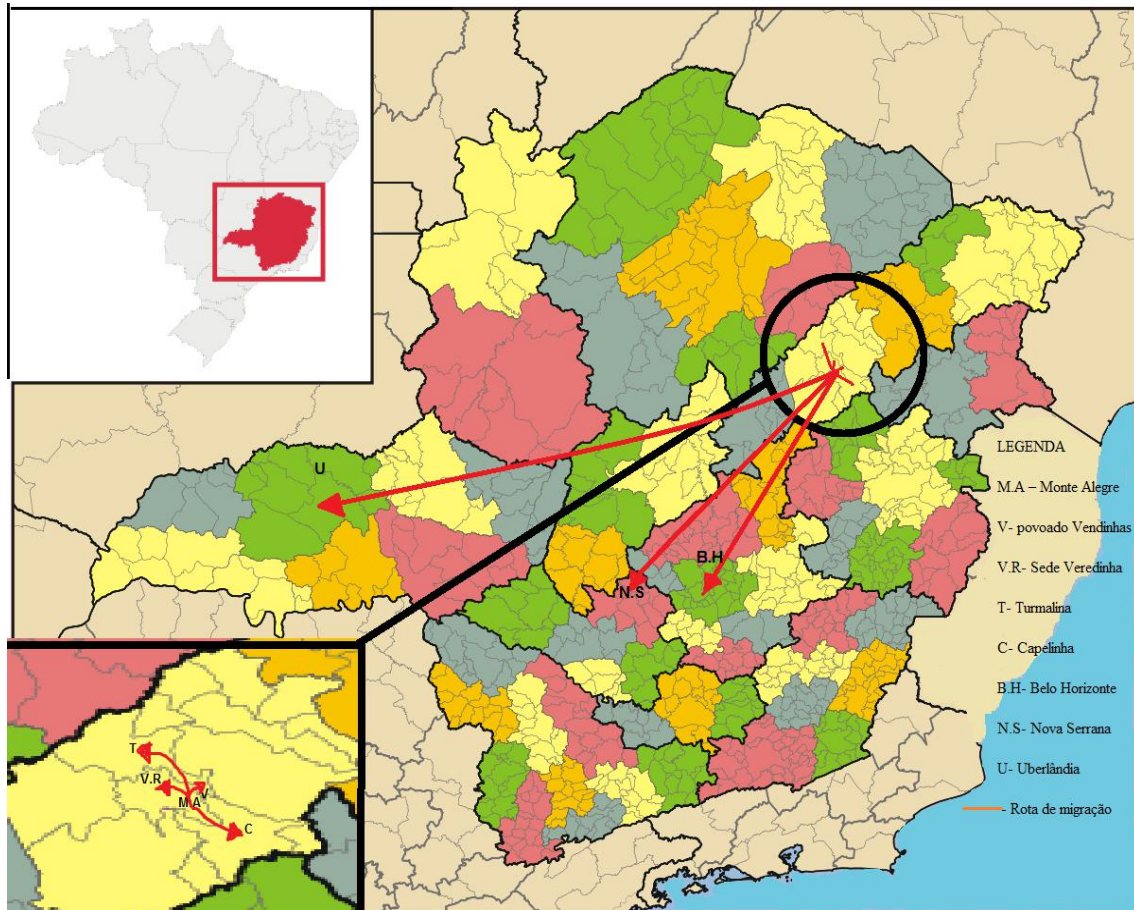
A migração aqui descrita é do ambiente rural para outro ambiente também caracterizado como rural em uma mesma região. Apesar de ser um deslocamento definitivo, isto é, os que saíram têm agora o lugar do destino como local de morada, podemos dizer que

²⁷ O pouso do Divino ou giro do Divino, é o nome dado à festividade religiosa realizada entre os meses de maio a julho, quando os moradores saem com a bandeira do Divino Espírito Santo pela comunidade passando de casa em casa, com cantos, orações, folia, caboclo etc. O giro dura nove dias consecutivos, no final de cada dia a bandeira pousa em uma casa, que acolhe a ela e ao o povo que a acompanha com bebida, comida, dança, cantigas até o dia seguinte.

²⁸ Cair é pintar a casa com cal ou outras tintas feitas artesanalmente a base de tabatinga (argila branca) e terra. Procedimento feito pelas famílias anualmente nas vésperas do pouso do Divino ou no fim do ano.

eles não deixaram o local de origem, simplesmente o colocaram em outro patamar de vivência. Dessa maneira a nova relação desse público (já alojados em outro espaço) com a comunidade é agora *pendular*, eles vão até comunidade em função do trabalho ou outras atividades e logo regressam as suas casas.

Figura 24: Mapa dos principais fluxos de migração feminina da comunidade de Monte Alegre.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+microrregi%C3%A3o+de+capelinha+mg&sxsrf=ACYBGNSQXkd7PiBhRzjI1wtfGxQcX>> adaptado pela autora.

A maior parte da população de Monte Alegre deslocou-se para o povoado de Vendinhas que fica na área alta, de chapada. É como se a comunidade, ao experimentar os limites impostos de muitas maneiras, tanto econômicos, produtivos, hídricos e sociais, tivesse se recusado a se desfazer. A mudança para Vendinha se tornou uma estratégia para continuar a ser e a pertencer à comunidade. É como se aos poucos toda a comunidade estivesse subindo a Chapada, mas agora para permanecer por lá, se mudando de lugar, para se instaurar a 2,8 km adiante. “A territorialidade é dinâmica e é caracterizada por continuidades e discontinuidades” (SAQUET, 2007, p.79). Neste sentido a comunidade territorializada sofre

o processo de desterritorialização quando perde as chapadas e depois quando se vê obrigada a sair da grota. No entanto, inicia um processo de reterritorialização e novas relações quando se agrupa no povoado de Vendinhas e mantém suas atividades produtivas e culturais na grota, o lugar de onde veio, que agora se tornou o lugar para onde ir, mantendo-se significado pelo movimento.

Os processos de desterritorialização segundo Santos (2019) ao refletir sobre o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha são processos de resistência comunitária que possibilitam inclusive ritos de passagem: casar, buscar estudos fora da comunidade e inclusive buscar acesso a políticas públicas em aglomerados mais densos, conforme sugere Deleuze e Guattari (2000). Santos (2019) afirma que isso implica recorrer a uma ideia de rizoma, termo emprestado da biologia, indicando que no ato de migrar se constitui uma situação nova e não vinculada, necessariamente no seu todo de onde se veio, sem fim, nem início, mas um meio em devir. Assim sendo, eles propõem a noção T-D-R para explicar que todo ato de territorializar implica desterritorializar e necessariamente reterritorializar em um outro lugar. Afinal, todo ser vivente ocupa um lugar no mundo, ainda que seu território seja fluido ou lhe seja negado o direito de territorializar-se nele.

Já a migração sazonal, mais comum às mulheres de Monte Alegre, ocorreu para a derriça do café (março até julho). Todas as mulheres entrevistadas do grupo que residem na comunidade ou que migraram para o povoado de Vendinhas afirmam que iam para a colheita do café ou que ainda vão sendo esta uma das principais fontes de renda. As fazendas de café ficam no entorno da cidade de Capelinha (região cafeeira). As mulheres saem das casas de madrugada e regressam no entardecer ou no cair da noite, isso no caso das mulheres que residem em Vendinhas. As de Monte Alegre saíam de casa no domingo à tarde e retornavam somente na sexta-feira à noite ou no sábado à noite. Durante a semana ficavam no povoado de Vendinhas, na casa dos parentes que haviam se mudado para o povoado.

Nas fazendas de café o pagamento era de acordo com a quantidade de latas apanhadas e o acerto era feito no final de cada quinzena. O recurso, no caso das mulheres solteiras, era destinado a organizar o enxoval para o casamento, e a ajudar na casa, se necessário. Quando casadas o recurso era destinado a manter a família, como indicam as falas a seguir.

A primeira vez eu fui pro café foi lá para 85 [1985], eu não era casada não... Eu saí porque precisa de dinheiro. O café mudou minha vida porque ai eu tinha liberdade, eu tinha o dinheiro que eu mesmo ganhava para fazer o que eu quisesse, comprar uma roupa, vazia para casa, um forro de cama difere. Porque no café a gente ganhava bem, eu ganhava 500 reais por quinzena. Quando eu casei o dinheiro que eu ganhava no café era para despesa da casa, para criar meus filhos e para comer, era pra tudo. Quando eu ia para o café o

meu marido trabalhava, mas era na roça, não era para sair para ganhar dinheiro, mas ajudava. O dinheiro que eu ganhava ajudava acertar os negócios. Era três mês a quatro de safra mas era bão. Na panha[colheita] eu ia à safra toda (Maria de Lourdes, 53 anos, comunidade quilombola Monte Alegre).

Eu comecei a ir para o café em 2005 na época o trem tatava feio, o Izé [marido] adoeceu e precisava manter a casa... Mudou porque se eu não ia para o café a gente passava até farta, né! O dinheiro que eu tirava lá era para despesa da casa (Eva Rodrigues, 50 anos, comunidade quilombola Monte Alegre).

Ir para o café era para as mulheres o início da autonomia, tanto financeira quanto do corpo, no sentido de decidir como e onde empregariam sua força de trabalho. O poder de decisão era também o poder sobre o corpo, no sentido de fazer as escolhas dos locais de estar e não estar, os trabalhos a desenvolver sobretudo em casa, estas questões já não eram mais decisões somente dos pais. Esclarecemos, no entanto, que a condição financeira feminina, ou a sua autonomia no sentido mais amplo, não as isentava de sofrer o machismo e as questões a ele atreladas. O fato é que todo o processo descrito coloca as mulheres em um lugar que antes não se via como possível. Agora não raro as mulheres contam que por um período de tempo eram ou são responsáveis por manter a casa.

No entanto, em boa medida o recurso que se conseguia na colheita do café já se encontrava comprometido com dívidas anteriores, geralmente em torno das despesas de casa, sejam elas alimentos emprestados pelos vizinhos mais próximos, ou em mercearias cuja donos aceitavam anotar as dívidas para pagamento posterior.

Aquela época o povo tinha muito aquele ditado... e realmente, eu vivi, vi muitos viverem, vi meu pai vivendo, eles tinham um dizer de falar “*trabalhar cativo*”. *Cativo* significa assim, vou trabalhar para você porque eu já te devo. Eu não ia ganhar dinheiro na sua Mão, tipo assim es fala “fulano tá cativo ciclano” ele tava precisando ganhar dinheiro, mas ia trabalhar para pagar a conta primeiro. Meu pai viveu demais, e não foi só meu pai. Muitas e muitas pessoas. (Francisco Lopes, 42 anos, comunidade de Vendinhas/ Monte Alegre)

O trabalho cativo obrigou os comunitários a inserção na lógica de trabalho do mercado, porque já não trabalham para si, se não que, para a pessoa a quem deviam, independentemente de ser este o mesmo que lhe empregava ou não. Sendo assim mesmo que tenham outra necessidade financeira, o recurso é em primeiro lugar destinado a pagar a dívida. Nesse processo as(os) comunitárias (os) em parte se “alienaram”, por se distanciarem dos seus meios de produção à procura da entrada rápida e necessária de recursos através da “venda da mão de obra” (MARX,1983). Parafraseando MARX, o objeto produzido no processo de trabalho vendido lhes garantia a manutenção de sua existência, e se é então esse objeto que garante seu existir, eles passavam de maneira cruel e ter mais valor do que a própria vida de quem o

produziu. No ato de produzir, o trabalhador dá vida ao objeto, então sua vida já não lhe pertence, e ele próprio se torna o objeto de um sistema. Essa natureza humana desfigurada transforma aos poucos pessoas em mercadoria (MARX, 1983). A leitura que Marx faz do processo de venda da mão de obra, retrata de certa forma o que ocorre nas comunidades de modo geral. Quando os comunitários saem para trabalhar em empresas, perante elas o trabalho do funcionário, a mão de obra dele e os produtos produzidos, tem mais valor do que qualquer outra coisa que eles possuam.

No período em que as mulheres estavam no café os filhos ficavam em casa com os maridos, ou ficavam com os avós, caso o marido também estivesse trabalhando fora. No entanto em alguns casos, sobretudo quando o marido e a mulher estavam no cafezal, eles costumavam levar os filhos. Ou quando os filhos já eram adolescentes ficavam em casa e cuidavam das criações e da roça, e os avós ou tios somente os monitoravam.

As mulheres que hoje já não vão mais para a colheita do café apresentam sempre dois motivos que conduziram a decisão, o marido se aposentou, e/ou estava com problemas de saúde. Percebemos então que a migração para a comunidade está ligada à necessidade da manutenção do básico e não no sentido de acumulação. Existindo outra opção para manutenção da existência, sair da comunidade não é uma alternativa. Todas as mulheres cujos maridos estão aposentados não saem da comunidade para trabalhar, mesmo que o benefício social ainda esteja aquém da necessidade, já se tem a garantia do básico.

Durante a entrevista, dona Eva, ao ser questionada se acaso na capital lhe fosse garantida melhor oportunidade de trabalho e de renda, se ela se mudaria da comunidade, ela responde: “Acho que não, uai, largar o meu povo!?” O tom do primeira parte da resposta “acho que não” demonstra um estranhamento, como algo que não havia lhe ocorrido, seguido de uma resposta com tom de certeza da impossibilidade “uai, largar o meu povo!”. Mudar, sobretudo para longe significa deixar para trás o lugar de vivência e o povo ao qual pertence.

Considerações parciais

A migração, seja ela temporária, permanente, sazonal, pendular, ou qualquer outra classificação conceitual, tende a ressoar em todos os seguimentos da comunidade (econômico, político e, sobretudo sociocultural). O processo migratório é parte da dinâmica comunitária de Monte Alegre em dois momentos. No primeiro de forma esporádica e opcional e no segundo de maneira intensa e necessária- em ambos com a possibilidade de dupla avaliação em relação aos impactos na comunidade. Nos atemos nas considerações deste capítulo, a sintetizar

brevemente os impactos do processo migratório na comunidade de Monte Alegre, com a ênfase feminina.

O sair da comunidade, seja para regressar posteriormente ou para permanecer por lá, foi um movimento de libertação feminina que deu às mulheres condições de começar a construir sua realização pessoal e intersubjetiva. No que diz respeito aos demais aspectos da comunidade, o êxodo rural e a migração rural-rural fizeram com que se reduzisse em grande medida a população de Monte Alegre, antes numerosa. Isto levou também ao envelhecimento da comunidade, o que dificultou a sucessão rural. Os processos de produção na agricultura foram então reduzidos em virtude do envelhecimento, já não se consegue desenvolver a atividade como antes. As relações de produção aos poucos têm sofrido alterações devido a limitações da mão de obra familiar, e da troca de dias entre parentes e vizinhos. Assim, as relações interpessoais de troca e compadrio, vão aos poucos se tornando mais difíceis, à medida em que cede lugar às relações contratuais e monetárias que não são comuns ao universo das comunidades tradicionais.

De acordo com Mendonça *et al* (2013) ainda com tantos impasses no processo costumeiro de sucessão, ela ainda tem sido feita e pensada nas comunidades. Durante as entrevistas foi possível observar que os jovens e até mesmo os possíveis sucessores que já são hoje adultos, tem interesse de continuar a tocar a propriedade da família, mas isso através da conciliação com o trabalho no universo urbano, como já nos apontou Mendonça *et al* em sua pesquisa na região em 2013. O que indica que a comunidade continua a existir com perspectivas futuras, porém, trilhando outros caminhos, com uma nova lógica de trabalho.

No que diz respeito aos aspectos culturais, muitas atividades deixaram de ser desenvolvidas, como as de produção artesanal. Em alguns casos por perda da matéria prima necessária, em outros, por perda da mão de obra coletiva, ou até mesmo por influência da cultura urbana através da inserção de uma nova lógica de usos e afazeres. Ainda assim, a comunidade tem um cuidado muito especial com os movimentos culturais, que mesmo reduzidos ainda são praticados, porém agora na lógica da nova configuração social.

As folias e pousos do Divino realizadas anualmente em Monte Alegre se adaptaram às novas condições da comunidade. A bandeira do Divino Espírito Santo que sai anualmente na comunidade de casa em casa no festejo religioso, com a redução das famílias da comunidade, tem mudado sua rota. O giro agora já não acontece somente dentro da comunidade, vai também para o povoado de Vendinhas ao encontro do povo que, em outro tempo, pertencia a Monte Alegre. Aos poucos o giro do Divino em Vendinhas se torna cada vez mais amplo, em um indicativo de que a cultura da comunidade resiste e vive onde o povo está.

Vendinhas se configurou um núcleo ativo da comunidade de Monte Alegre e também de outras comunidades com história semelhante à de Monte Alegre. Passou a ser um ponto de encontro, de venda/ troca de produtos, de investimentos, de articulação política, social e cultural. A alteração da rota do Divino é um marco forte do reconhecimento dos comunitários de que Vendinhas se tornou parte de Monte Alegre. É como se a grota tivesse pelo menos no plano da utopia, reconquistado uma parcela que lhe foi tirado na chapada. O vínculo entre vendinhas e Monte Alegre é o exemplo claro da comunidade em movimento.

É constituído um novo social na comunidade, marcado pelas relações tradicionais, e as novas relações criadas nos universos urbanizados, coexistindo juntas e produzindo a ressignificação cultural, materializada, sobretudo no novo espaço, na nova territorialidade e na nova geração que surge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito principal da pesquisa desenvolvida foi estimar as mudanças nos bens da natureza na comunidade Monte Alegre (Veredinha, Minas Gerais) nos últimos 30 anos, e entender como esse processo afetou a vida da comunidade. A observação dos serviços ecossistêmicos de provisão hídrica e de recursos alimentares mostraram que as

transformações da comunidade ocorrem na mesma tempestividade e intensidade das transformações do ecossistema, o que foi discutido nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação. A relação da comunidade com o território é marcada por uma forma singular de se organizar no espaço e no tempo, tendo o simbólico como um dos elementos centrais dessa relação. A identidade quilombola, groteiro-chapadeiro de Monte Alegre se constrói historicamente entre grotas e chapadas no ritmo da dinâmica destes dois espaços, e desestrutura e reconstrói no processo de desterritorialização, mobilidade e reterritorialização apresentados no capítulo 1 e 4.

O território de Monte Alegre em toda a sua extensão guarda muitos símbolos da memória quilombola da comunidade, tanto nas grotas quanto nas chapadas. Os comunitários têm muito viva e forte a relação com os espaços, de modo que cada lugar é lembrado com emoção e com uma riqueza enorme de detalhes sobre as atividades ali realizadas, os moradores antigos, os fatos acontecidos etc. Durante os campos pela comunidade visitamos o passado antigo e recente através das lembranças dos moradores e das memórias ainda existentes nos espaços. Vimos -através dos relatos- a comunidade se transformar no tempo, como quem assistia a um filme da passagem pelo período escravocrata, pós-escravocrata, regionalização do capital, aos tempos atuais. Todos esses períodos marcados pela transformação socioambiental.

Os serviços de provisão hídrica foram os que mais sofreram as consequências de mudanças socioambientais no decorrer dos anos e talvez por isso os que mais impactaram a vida dos comunitários. Deste modo a água tem sido um fator limitante para comunidade, o encurtamento dela tem marcado o encurtamento das produções e também do número de moradores na comunidade, dado que a migração também se deu em função da escassez hídrica. As análises produzidas com base em dados de precipitação de chuva das últimas décadas apontaram que de fato a percepção dos moradores está correta, do ponto de vista estatístico, a quantidade de milímetros de água por ano tem sido menos. Somada a essa questão tem-se o fato da comunidade possuir apenas 5,3% das nascentes ativas. Com tudo isso, e ainda, a intermitência dos córregos e as mudanças do clima, a vida foi, e ainda tem sido, moldada pelas novas condições.

As mudanças na disponibilidade da água têm feito com que surja uma nova agricultura, novos hábitos alimentares, e novas formas de se fazer na terra, mas fazer agricultura sem água é como viver com sede. As principais estratégias de resistência da comunidade têm sido as intervenções através das técnicas de conservação do solo e da água, tendo como principio básico o cuidado e a preocupação de plantar no solo, água, e esperar pacientemente a colheita.

Se em tempos de fatura a água era tida como sagrada, em tempo de escassez isso se intensifica, a partilha e o cuidado com esse bem natural, se mostra também como um sinal da fé da espiritualidade do povo.

Os bens naturais de provisão alimentar e de matéria prima que fazem parte do modo de vida da comunidade também sofreram diversas alterações. Todas elas desencadeadas pelo desmatamento do Cerrado nativo das chapadas, que de certa forma induziram ao desmatamento das grotas e uso intensivo das terras. A pesquisa indicou que as espécies nativas utilizadas pela comunidade para fins diversos têm reduzido em quantidade, ou mesmo deixado de existir - a exemplo de plantas como as sempre vivas, o mata sede e o anil-. As mudanças no ecossistema, e também o contato com outros processos culturais, levaram a mudanças sociais da comunidade. Tanto no que diz respeito à alimentação, a produção de utensílios, as vestimentas, quanto ao modo de vida em geral. Entendemos essas mudanças e adaptações da comunidade como estratégias de resistência, como formas de continuar a ser comunidade.

Nesta pesquisa verificamos entre os moradores uma unanimidade na forma cuidadosa de ver e ter a natureza, todas as falas convergem para a preservação e harmonia, o que foi sendo aprimorado em função das práticas negativas da própria comunidade e das experiências vivenciadas através da modificação da paisagem natural. A comunidade viveu experiências que a fizeram de alguma forma “superar o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos” (ACOSTA, 2016, p 24), inclusive nas relações interpessoais. O trecho do nove²⁹ apresentado abaixo, indica a visão da comunidade a respeito da relação com a natureza. A música dos caboclos e noves retratam sempre o sentimento do povo, as suas vivências.

Eu vou brincar meu nove, foi a Geni que me mandou. Quero dar um recado, pros pequeno agricultor: não queima a vegetação, nem gradiar de trator, vamos reduzir o gado, tá fazendo pelador. Muitas áreas degradadas, muita nascente secou, vejo muita casa fechada, onde tinha morador, vejo a poeira subindo onde as águas já passou. (Zé Pequeno, 52 anos, comunidade quilombola Monte Alegre, 2018)

A partir daí, percebe-se que Monte Alegre tem se alinhado com as propostas do bem viver, ainda que os comunitários possam nunca ter ouvido falar sobre esse termo. O bem viver

²⁹ O nove é uma dança feita por foliões, nele tem-se duas fileiras de foliões, uma de frente para a outra, cada fileira possui quatro pessoas que representa primeira, segunda, terceira e quarta vós. Uma fileira é responsável por fazer o nove, isto é, cantar e a outra é responsável por responder. Ambas utilizam instrumentos, como caixa e viola. Atrás da fileira que responde pode se formar várias fileiras de quatro pessoas que desejam dançar. A dança é feita batendo os pés e as mãos e passando uma fileira entre a outra ao final da repetição do verso do nove.

não é só andino, e não é um modelo pronto do mundo ideal, é uma filosofia de vida, construída a partir de diversas iniciativas pelo mundo, alinhadas com um forma de pensar a vida e suas relações, a vida como um sistema único que precisa ser cuidada e pensada para a construção democrática de sociedades sustentáveis. O bem viver não trata só a relação das pessoas com a mãe Terra, trata as relações inter humanas, com a superação das colonizações, do patriarcado, do racismo, da xenofobia etc., buscando o altruísmo, respeito e amor comum (ACOSTA, 2016).

O bem viver - enquanto filosofia de vida- é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistências e propostas de mudanças, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p. 29).

O modelo de estado e de desenvolvimento precisa ser repensado para a construção do bem viver. A proposta é de que se construa um poder horizontal que se assemelhe com as comunidades. Trata-se de um empenho comum, que defende a vida do planeta como um todo. Considerando a natureza um sujeito de direito, por reconhecer que ela tem valor inclusive quando não tem uma utilidade direta para a vida humana (ACOSTA, 2016).

Os levantamentos realizados durante esta pesquisa nos indicaram que a mobilidade social - que carrega uma dualidade em sua avaliação- teve e tem tido um papel importante na estruturação do novo modo de vida da comunidade. Se por um lado a migração permanente de mulheres e homens, por diversos motivos, tem levado ao esvaziamento/ envelhecimento da comunidade, por outro a migração tem também se mostrado uma estratégia para a resistência/ existência da mesma. A maior parte das migrações tem sido para o povoado de Vendinhas de modo que aos poucos a comunidade passa a existir também por lá, vinculada às roças e demais atividades na grota, na comunidade de Monte Alegre. A questão da comunidade estar se refazendo em outro local- que faz também parte do seu território muito antes de ser um povoado- é talvez um dos maiores atos de resistência dos comunitários. Se negar a deixar sua terra, suas raízes, e forjar através de um dos elementos que seria de desintegração, a união é resiliência. A chapada, componente inexorável da identidade do Povo de Monte Alegre, não deixará de sê-lo pela expropriação imposta pela monocultura. Ainda que esteja formalmente alienado dela, o Povo aos poucos a reincorpora ao seu território simbólico, ocupando e de certa forma expandido seu território em Vendinhas e tornando ela local da passagem e do pouso do Divino. Até que um dia o direito historicamente constituído pelo uso tradicional

desse espaço lhes seja também formalmente assegurado e a justiça restabelecida a quem é “de direito”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Produtor de água. Disponível em <<https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/programa-produtor-de-agua>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ALIER, J. M. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

ALMEIDA, L. de et al. Hidrogeologia do Estado de Goiás. Goiânia: [s.n.] 2006, p. 232.

ALMEIDA, C.S. Território da água, território da vida: Comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no alto Jequitinhonha. Dissertação de Mestrado Diamantina: UFVJM, 2018, p.155.

ALVES, M.L.de. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00:40h). 16 out. 2019.

ANDRADE, D. C. e ROMEIRO, A. R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e bem-estar humano. Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP n. 155, p.1-43, fev. 2009.

ANDRADE, D. C; ROMEIRO, A.R; Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 159, maio 2009.

APERAM BIOENERGIA. Resumo público de manejo florestal. Disponível em: <<http://aperambioenergia.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Resumo-P%C3%ABablico-do-Plano-de-Manejo-%E2%80%93ano-2017-%E2%80%93-vers%C3%A3o-11a.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2019.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO. Semiárido- é no semiárido que a vida pulsa. Disponível em<<https://www.asabrazil.org.br/semiario>> Acesso em: 15 out. 2019.

BAPTISTA, N. Q. Campos, C.H. Caracterização do semiárido brasileiro. In. Conti e Schroeder (orgs.) Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília-DF: Editora IABS, 2013. 208 p.

BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edição 70, 1977. 114p.

BARROS, M. Disponível em https://www.pensador.com/poemas_de_manoel_de_barros/2/. Acesso em: 13 nov. 2019.

BAUDELAIRE, C. Charles Baudelaire, Poesia e Prosa. Organização de Ivo Barroso. Tradução: As flores do mal por Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BEAUVOIR, S. O Segundo sexo – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BERKES, F. Sacred ecology: Traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999. 209 p.

BERKES, F. Social systems, ecological systems, and property rights. In: S. HANNA, C. FOLKE, AND K.-G. MÄLER (Ed.). Rights to nature. Ecological, economic, cultural, and political principles of institutions for the environment. Washington, D.C., USA: Island Press. 1996.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais. Santa Catarina: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BPBES. Sumario para tomadores de decisão: Relatório temático água biodiversidade, serviços ecossistêmicos e bem estar humano no Brasil. Disponível em <https://www.bpb.es.net.br/wp-content/uploads/2018/11/BPBES_SPM_Agua.pdf> Acesso em: 29 nov. 2019.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: URDRY, C.U. EIDT, J.S. Conhecimento tradicional, conceitos e marco legal. Brasília: EMBRAPA 2015, p.21-102.

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, C. R. Plantar, colher, comer. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181p.

BRANDÃO, M. et al. Guia ilustrado de plantas do cerrado de Minas Gerais. Super Intendencia de Comunicação Social e representação- RP.1992.

CALIXTO, J. S. RIBEIRO, E. M. O cerrado como fonte de plantas medicinais para uso dos moradores de comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, MG. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Ribeiro3/publication/265085031_O_cerrado_como_fonte_de_plantas_medicinais_para_uso_dos_moradores_de_comunidades_tradicionais_do_alto_Jequitinhonha_MG_1/links/562e1bb808ae22b17035417a/O-cerrado-como-fonte-de-plantas-medicinais-para-uso-dos-moradores-de-comunidades-tradicionais-do-alto-Jequitinhonha-MG-1.pdf> Acesso em 29 de out. de 2020.

CALIXTO, J. S. Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. Dissertação de mestrado, Lavras: UFLA, 2006.

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, Eva Rodrigues de. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00:30 h). 27 jan. 2020.

CARVALHO, P. E. R. Circular técnica: Mutamba *Guazuma ulmifolia*. EMBRAPA, Colombo PR, 2007.

CATAIA, M.A. Fronteiras: Territórios em conflito. In: Anais do XIII Encontro Paranaense de estudantes de geografia (EPEG). UEOP, Cascavel, 2008.

CAV. Água e Ambiente. Disponível em: < <https://www.cavjequi.org/projetos/agua/conteudo#recuperacao> > Acesso em 15 dez. de 2019.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. Ambiente & Sociedade, v. 7, n. 1, p.149-156, jan./jun. 2004.

CONTI, I. L. Pontel, E. Transição paradigmática na convivência com o semiárido. In: Conti e Schroeder (org's) Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília-DF: Editora IABS2013. 208 p.

CORREIA, M. da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf> Acesso em: 19 jan. 2020. Pensar Enfermagem, v. 13, n. 2, 2º semestre 2009.

COSTANZA, R.; DALY, H. E. Natural capital and sustainable development. Conservation Biology, v. 6, n.1, p. 37-46, 1992.

DALY, H. E; FARLEY, J. Ecological economics: Principles and applications. Washington, DC: Island Press, 2004.

DELEUZZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Mil platôs. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 43, 1995.

DIAGRAMAS DE VENN. Disponível em: <file:///D:/bkp%20angelica/Downloads/25_Diagramas%20de%20Venn_Complementar.pdf> Acesso em: 16 mai. 2018.

DIAS, J.E; LAUREANO, L.C. Farmacopéia popular do Cerrado Goiás: Articulação Pacari , 2009, 352 p.

DIEGUES, A. C e MOREIRA, A. C. (orgs.). Espaço e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001 p. 43-76.

DORNELAS, Sidnei Marco. Migrações contemporâneas: Desafios para a acolhida e a integração social a partir da pastoral do migrante. Travessia: Revista do Migrante. n. 82, p.121-144, abr. 2018.

FACCIOLI, Inês. *et al.* Migrantes temporários peregrinos da resistência. São Paulo: Editora serviço Pastoral dos Migrantes, SPM, 1991.

FERNANDES, M. R. et al. Minas Gerais: Caracterização de unidades de paisagem. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2013. p.92.

FREEMAN, M.R. The nature and utility of traditional ecological knowledge. Northern Perspectives. Volume 20, Number 1, Summer 1992.

FERRARI, M. As noções de fronteiras em geografia. Revista Perspectiva Geográfica v.9, n 10. UNIOESTE, 2014.

FONSECA, J. R. da. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00: 52 h), 27 out. de 2019.

FREIRE, P. R. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: Brandão (org.) Pesquisa Participante. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1999.

GALIZONE, F. M et al. As mudanças do tempo: escassez de água e arranjos produtivos no Alto Jequitinhonha, semiárido mineiro. In XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. Anais do XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2010.

GALIZONE, F. M. Migrações e rede familiares no alto Jequitinhonha, Minas Geraí. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1091/0>> acesso em 26 de out de 2020.

GANDOLFO, E. S. HANAZAKI, N. Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC). Revista Acta Botânica Brasilica, v. 25, n. 1, p. 168-177, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. 2010, p. 1-99.

GODOI, E.P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: Niemeyer, A.M. Godoi, E.P. (org.) Além dos territórios para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos, SP: Mercado de Letras, 1998.

GOMES. J. A. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00:57 h), 27 out. 2019.

GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 173-184, 2001.

GONÇALVES C. W. P. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Disponível em: <file:///E:/Roberta/Desktop/UFVJM/8%C2%B0%20M%C3%93DULO/ECOLOGIA%20POL%C3%8DTICA/ecologia%20politica%20na%20america%20latina.pdf> Acesso em: 09 jul. 2017.

GREENBERG, J.; THOMAS P. Political ecology. Journal of Research and Scientific Innovation Disponível em: <ttp://www.rsisinternational.org/IJRSI/Issue31/102-103.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

HALBWACHS.M. A. Memória Coletiva. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

ISLAS, C. A. Conhecimento ecológico caiçara sobre animais silvestres como aporte para um manejo de base ecossistêmica. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Campinas – Campinas, SP: [s.n.], 23 fev. 2015.

JESUS. M. R. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (01:00 h), 26 ago. 2019.

KARAM, T.K. et al. Carqueja (*Baccharis trimera*): utilização terapêutica e biossíntese. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, v. 15, n. 2, p. 280-286, 2013.

LAMARQUE, P. *et al.* The diversity of the ecosystem services concept and its implications for their assessment and management. *Comptes Rendus Biologies* 334 p. 441–449, 2011.

Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Lei de instituição da SUDENE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm> Acesso em: 26 out. 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

LIMA, T. C. Modelagem dos vetores de mudanças na paisagem no bioma cerrado. Belo Horizonte-MG: Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014, p. 1-63.

LIMA, V. P. M. Seca e s'águas: um estudo sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. in Galizone, F. M.(Org.) Lavradores, águas e lavouras: Estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 p. 254.

LISTA DE MICRORREGIÕES: Microrregiões de Minas. Disponível em <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+microrregi%C3%A3o+de+capelinha+mg&sxsrf=ACYBGNSQXkD7PiBhRzjI1wtfGxQcX>> adaptado pela autora>. Acesso em: 25 jan. 2020.

LOPES. J. P. de. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00: 52 h), 25 ago. 2019.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, v.3, 2009. 384p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MARMONTEL, C. V. F. *et al.* Fitossociologia e composição da vegetação arbórea no cerrado *stricto sensu* - Vale do Jequitinhonha. *Scientia Agraria Paranaensis - SAP Mal. Cdo. Rondon*, v.13, n.2, abr./jun., p.108-116, 2014.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

MARTINS, J. de S. A sociabilidade do ausente: Drama e libertação nas migrações. *Travessia: Revista do Migrante*, n. 82, p. 11-28, abr. 2018.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2º Ed. 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, J. de S. Migrações temporárias: Problema para quem? In: FACCIOLI, Inês. *et al.* Migrantes temporários peregrinos da resistência. São Paulo: Editora Serviço Pastoral dos Migrantes, SPM, 1991.

MATTOS, T.S. et al. Groundwater recharge decrease replacing pasture by eucalyptus plantation. *Water*, 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão de trocas nas sociedades arcaicas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEADOWS, D. L. et al. *The limits to growth*. New York, Universe Books, 1972.

MELO, S. G. de. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (01:42 h), 07 set. 2019.

MENDONÇA, K. F. C. *et al* Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT – MEA. *Ecosystem and human well-being: a framework for assessment*. Washington, DC: Island Press, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Águas subterrâneas: Um recurso a ser conhecido e protegido. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/167/_publicacao/167_publicacao28012009044356.pdf> Acesso em: 29 nov. 2019.

MIRANDA, G. H.; SILVA, T. V. Análise das variáveis da geografia física e humana sob a mesorregião do Vale do Jequitinhonha. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 25 jun. 2015, p 1-18.

MONTIBELLER, G.F; SOUZA, G. C; BÔLLA, K.D.S. Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental. Florianópolis, SC: V Encontro Nacional da Anppas, 2010, p. 1-18.

MORIN, Edgar. *From the Concept of System to the Paradigm of Complexity*. Disponível em <<https://manoftheword.files.wordpress.com/2013/07/morin-paradigm-of-complexity.pdf>> acesso em: 04 de set. de 2020.

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. Viçosa-MG, Revista Contemporânea de Artes e Humanidades, n.4, mai./out. 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOLAN, J. M; TURNER, N. J. *Ethnobotany: The study of people–plant relationships*. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/nolan2011.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

OLIVEIRA, A. L. A. de. Plantar, colher, comer: relações entre a produção e o consumo de alimentos. Tessituras, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 258-265, jul./dez. 2018.

OLIVEIRA, F. As contradições: Globalização, nação, religião, metropolização. Belo Horizonte, UFMG/ CEDIPLAR, 2004.

OLIVEIRA, R. D; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa. In: Brandão (org.) Pesquisa Participante, SP, Brasiliense, 1999.

OLIVEIRA, L. D. de. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: Das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável” Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Climate change and water UN-Water Policy Brief. Disponível em: <<https://www.unwater.org/publications/un-water-policy-brief-on-climate-change-and-water/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. Enfoques ecossistêmicos em saúde – perspectivas para sua adoção no Brasil e países da América Latina. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. 44 p.

PLATAFORMA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS. Documentos. Disponível em: <<https://ipbes.net/document-library-categories>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

POR TRÁS DA CORTINA VERDE. 2019 1 vídeo (29 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jrcHp2QYuCI>> Acesso em: 06 ago. 2020.

PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/ agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilizados e grupos rústicos do Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

REID, W.V. et al. Relatório-síntese da avaliação ecossistêmica do milênio. Disponível em <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>> Acesso em: 10 out. 2019.

RIBEIRO, E.M; GALIZONE, F. M. Água. In. RIBEIRO (org.) Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013

RIBEIRO, E M.; GALIZONI, F M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 2, p. 115-129, nov. 2007.

RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 5ª Ed. Tradução de Patrícia Mousinho; Pedro P. de Lima-e-Silva. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2003.

SAINTE-HILAIRE, A. de. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, F. L. dos. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (01:45 h), 21 jan. 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). Território, territórios: ensaio sobre ordenamento territorial. 3. ed. Niterói: Lamparina, 2007. p.13-21.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *Geographia*, ano 1, n. 1, p. XX-xx, 1999

SANTOS, R. P. Da existência ilhada ao território: Estratégias e trajetórias da comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território. Dissertação de Mestrado. Diamantina: UFVJM, 2019.

SANTOS, R.P.; SILVA, R.A. Território e territorialidades no Rio São Francisco: O modo de “apossar o mundo” pelas palavras e trabalho. *Brazilian of Development*, Curitiba, v. 4, n.5, edição especial, p. 1747-1764, ago. 2018.

SANTOS, T. C. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (01:07 h), 27 jan 2019.

SANTOS. E. P. de. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00: 52 h), 26 ago. 2019.

SANTOS. J. N. dos. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (01:20 h), 07 set. 2019.

SAQUET, M.A. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos São Paulo: Expressão popular. 1. Ed, p.73-94, 2009.

SAVH. A disponibilidade de água no mundo e no Brasil disponível em <<https://saveh.com.br/artigos/a-disponibilidade-de-agua-no-mundo-eno-brasil>> Acesso em: 05 nov. 2019.

SCHISTEK, H. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In. Conti; Schroeder (org's) Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013, 208 p.

SCHULER A. E. et al. Serviços ambientais hídricos. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162992/1/Manual-PSA-2017-cap-1.pdf>> 2017. Acesso em: 08 out. 2019.

SHIVA. V. Monoculturas da mente: Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILVA, A. N. A. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (29:14 h), 22 jan. 2020.

SILVA, G. N. da. Entrevista concedida a Roberta Alves. Veredinha, MG: Gravador, áudio (00:59 h), 21 jan. 2020.

SILVA, M. A. M. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de Camponesas a Proletárias'. In: Travessia. Revista do Migrante. Ano I, no 11, mai. Ago. 1988.

SILVA, M A. M. As mulheres das grotas e veredas. In: FACCIOLI, Inês *et al.* Migrantes temporários peregrinos da resistência. São Paulo: Editora Serviço Pastoral dos Migrantes, SPM, 1991.

SILVA. M.L, TOURINHO. H.L.Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/ PA. Revista de Gestão Urbana, v. X, p. 96-109, 2017.

SNYDER, G. Re-habitar. Tradução de Luci Collin; organização de Luci Collin e Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

SOARES, G.C. Vale do Jequitinhonha: Um vale de muitas culturas. Cadernos de História. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 5, n. 6 p. 1-72 jul. 2000.

SOBREIRO, T. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio Rio Negro. In IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília - DF de jun. de 2008.

SOUZA, C. L. S. Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 611-620, set./dez. 2018.

TEIXEIRA, G; RODRIGUES, G.S.de S. C. Silvicultura e siderurgia a carvão vegetal: implicações na organização territorial no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Caminhos de Geografia Uberlândia - MG v. 19, n. 66 Junho/2018 p. 297-312.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015. p.181-200. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UM WATER. Produções sobre a água. Disponível em: <<https://www.unwater.org/unwater-publications/#>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, São Paulo, Editora Autores Associados, 2002.

VIANA, H. S et al. Projeto cadastro de abastecimento por águas subterrâneas, Estados de Minas Gerais e Bahia: Diagnóstico do município de Veredinha, MG. Belo Horizonte: CPRM, 2004.

VIU, A.F.M *et al.* Etnobotânica: Uma questão de gênero? Revista Brasileira de Agroecologia Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 138-147, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, fev. 2015.

WILLIMES, E. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. Tempo social Revista de Antropologia da USP, v.21, n.1, p. 188-210, 2009.

WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia": O campesinato como ordem moral. Aquário antropológico, Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. Disponível em:<<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie111empdf.pdf>> acesso em 26 de out. de 2020.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: Hucitec, 1994.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Mestrado Interdisciplinar em Estudos Rurais
Comitê de Ética em Pesquisa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Por possuir algum tipo de vínculo com a comunidade de Monte Alegre (morador, ex morador, proprietário de terras na comunidade), você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “*Transformações nos ecossistemas da comunidade tradicional Monte Alegre: estratégias socioambientais de existência, resistência e reinvenção*”. Meu nome é *Roberta Alves Silva*, sou o(a) pesquisador(a) responsável sob orientação de *André Rodrigo Rech*. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (alvesroberta81@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (38)999526987/(38)998714441. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pelo telefone (38) 3532-1240.

1.0 Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Título: *Transformações nos ecossistemas da comunidade tradicional Monte Alegre: estratégias socioambientais de existência, resistência e reinvenção.*

Objetivo geral: *Estimar as mudanças nos serviços ecossistêmicos nos últimos 30 anos e o como esse processo afetou a produção e o extrativismo na comunidade Monte Alegre (Veredinha, Minas Gerais), investigando as ligações dessas mudanças nas estratégias de existência e resistência comunitária.*

- Os procedimentos utilizados para facilitar sua contribuição serão a aplicação de um questionário semi estruturado e entrevista aberta caso tenha interesse, ambos podem ser realizados na sua casa sem que você necessite se deslocar (Com duração entre trinta minutos a uma hora). Esclarecemos que caso você concorde serão obtidos registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa para facilitar os registros:

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

No caso de ser morador da comunidade e de participar ativamente da dinâmica comunitária, você também é convidado a participar da elaboração do diagrama de Venn, no centro comunitário de Monte Alegre, cuja interesse é fazer um levantamento sobre os serviços de provisão (Com a duração de uma hora e meia)

() Quero participar da dinâmica do diagrama de Venn.

() Não quero participar da dinâmica do diagrama de Venn.

2.0 Os participantes correm o risco de no desenvolver da pesquisa reacender os sentimento de tristeza por reviverem de alguma forma, lembranças difíceis a respeito da comunidade. Ou podem de sentir constrangidas a falar sobre seu passado. A fim de minimizar esse risco serão lidas e esclarecidas cada questão e os participantes poderão optar por respondê-la ou não. Quanto aos benefícios, entende-se que a pesquisa contribuirá no processo de fortalecimento da comunidade, tanto nos desafios em torno da questão ambiental, trazendo informação e formação a respeito, quanto no processo de certificação pela Fundação Palmares.

3.0 Será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos/as participante/s caso não queira se identificar/em. Do contrário, caso não tenha problemas haver a identificação o nome do participante poderá ser citado na publicação da pesquisa. O participante pode optar também por usar um codinome, que deverá ser informado no momento da entrevista e/ou aplicação do questionário.

() Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

4.0 Esclarecemos que:

- A princípio esta pesquisa não prevê nenhum risco de exposição dos participantes a danos de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. No entanto, é possível que os entrevistados num primeiro momento se sintam receosos de contribuir e envergonhados de falar em um contexto um pouco mais formal. Tendo em vista estas possibilidades os entrevistadores estarão atentos para prontamente diminuir possíveis emoções negativas e evitar qualquer exposição desnecessária dos entrevistados. Pode ser que haja constrangimento ou desconforto durante a observação direta, entrevista, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual. Mas no intuito de evitar isso, esclarecemos a que o uso posterior do material será utilizado somente para fins da pesquisa. E relembramos aos entrevistados que o uso de câmeras, gravadores e outros similares só serão usados caso não causem desconforto.

- Ao participante é garantida a liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

- Ao participante é garantida a liberdade de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa;

- O (a) participante tem o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa;

- Ao participante declaramos que, os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; E que a exposição dos resultados para a comunidade se dará em forma de seminário, reunião ou similares. Ao mesmo tempo esclarecemos que o sigilo individual e sua privacidade pode ser mantido por meio de codinomes.

- Entende-se que a pesquisa contribuirá de forma direta no processo de certificação quilombola pela fundação palmares principalmente no que diz respeito elaboração do laudo antropológico. Além dos benefícios indiretos como fortalecer a comunidade, nos desafios em torno dos conflitos ambientais, justamente por construir um panorama geral da situação do ecossistema local. Proporcionando momentos de debates e reflexão sobre a questão

socioambiental com os moradores, momentos estes que podem ser acompanhados de orientações técnica em torno da política/legislação ambiental e, sobre o ecossistema local.

5.0 Consentimento da Participação na Pesquisa:

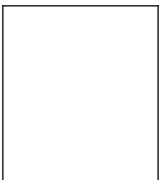
Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “.....”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável Roberta Alves Silva, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

....., de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Assinatura(s) de participante sem letramento.



Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

ANEXO B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA- USO DOS SERVIÇOS ECOSSITEMICOS E HISTÓRICO DO ECOSSISTEMA LOCAL.
DADOS GERAIS DA PESQUISA
<p>Título: Transformações nos ecossistemas da comunidade tradicional de Monte Alegre: estratégias socioambientais de existência, resistência e reinvenção.</p> <p>Discente responsável: Roberta Alves Silva Matrícula: 20182921002</p> <p>Equipe de pesquisa: André Rodrigo Rech Rosana Cambraia Rafael Pereira Santos</p>
Dados do entrevistado
Nome: _____ Idade: _____ Sexo: () F () M Escolaridade: _____ Codinome: _____ Comunidade/ cidade: _____
1º GRUPO DE ENTREVISTAS/ APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO
Moradores que não participam da dinâmica comunitária
1.0- Qual é o seu vínculo e o de sua família com a comunidade de Monte Alegre? Sempre foi assim?
2.0- Você sabe quantas famílias em média vivem na comunidade atualmente? () entre 10 e 20 famílias () entre 20 e 30 famílias () entre 30 e 50 famílias () mais de 50 famílias
3.0- Você sabe quantas famílias em média viviam na comunidade a 40 anos atrás? () entre 10 e 20 famílias () entre 20 e 30 famílias () entre 30 e 50 famílias () mais de 50 famílias
4.0- Qual é o tamanho de sua propriedade? _____
4.1- Qual a condição de posse da sua propriedade? () herdeiro () posseiro () contrato de trabalho () proprietário / compra () outros -----
4.2- A família já teve áreas maiores? () sim () não Porque? _____
5.0- Qual a principal fonte de renda da sua família? () agricultura e pecuária () extrativismo () artesanatos () venda de mão de obra () aposentadoria/ benefícios sociais ()
5.1 Esta sempre foi a principal fonte de renda da família? () sim () não/ qual era a fonte de renda?

<p>6.0- A sua família pratica a agricultura? () sim () não</p> <p>Se sim:</p> <p>6.1-Quais os principais cultivos? _____</p> <p>6.2-Quais as principais criações? _____</p> <p>6.3-Qual a finalidade de cultivo:</p> <p>() subsistência () comercialização () subsistência e comercialização () outros</p> <p>6.4- Você acha que o que vocês cultivam é suficiente para manter a família? () sim () não</p> <p>Porque? _____</p> <p>Se não:</p> <p>6.5- Quais alimentos a família compra? _____</p> <p>_____</p> <p>De onde compra ? _____</p>
<p>7.0- Vocês encontram dificuldades para cultivar? () sim () não</p> <p>Se sim, quais as dificuldades encontradas para a potencialização dos cultivos? A que elas se devem?</p> <p>() o financeiro; _____</p> <p>() o clima _____</p> <p>() A disp. de mão de obra _____</p> <p>() A disp. de terras _____</p> <p>() A disp.de água _____</p> <p>() outros _____</p>
<p>8- Em termos de dificuldade existem diferenças entre o cultivo de hoje e o cultivo de alguns anos atrás:</p> <p>() sim / Quais e porque? () não/ porque?</p> <p>_____</p>
<p>9.0- A sua família realiza atividades de lazer? () sim () não</p> <p>Se sim quais?</p> <p>() jogos em grupo () cantorias de roda () pescaria ()bate papo com vizinhos e compadres</p> <p>() bares () festas () televisão/ celular</p> <p>8.1-Estas sempre foram as principais formas de lazer da sua família? () sim () não</p> <p>Porque?</p> <p>_____</p>
<p>2º GRUPO DE ENTREVISTAS/ APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO</p>
<p>Pessoas que já residiram em Monte Alegre, mas na atualidade não residem, no entanto ainda mantém uma propriedade com produção</p>

1.0- Qual é o vínculo de sua família com a comunidade de Monte Alegre hoje? Sempre foi assim?
2.0- Há quantos anos sua família saiu de Monte Alegre? () 10 anos atrás () 20 anos atrás () 30 anos atrás () 40 anos atrás () Mais de 40 anos atrás
2.1- O que os levou a migrar? () desejo de uma vida nova () necessidade de estudo () oportunidade de trabalho () dificuldade de cultivo () dificuldades hídricas () perda da terra () outros _____
2.2- Para onde Migraram? _____
2.3- Porque escolheram este local? () porque lá haviam familiares () porque na época existia muita oportunidade de emprego () porque era mais próximo de Monte Alegre () Porque já possuía imóvel por lá () por falta de opção () outros _____
3.0- Sua família possui alguma propriedade Rural? () sim () não
3.1- Qual é o tamanho de sua propriedade: _____
3.2- Qual a condição de posse da sua propriedade: () herdeiro () posseiro () contrato de trabalho () proprietário / compra () outros -----
3.3 A família já teve áreas maiores: () sim () não Porque? _____
4.0- Qual a principal fonte de renda da sua família? () agricultura e pecuária () extrativismo () artesanatos () venda de mão de obra () aposentadoria/ benefícios sociais ()
4.1 Esta sempre foi a principal fonte de renda da família? () sim () não/ qual era a fonte de renda? _____
5.0- A sua família pratica a agricultura? () sim () não Se sim:
5.1- Quais os principais cultivos? _____
5.2- Quais as principais criações? _____
5.3- Qual a finalidade de cultivo: () subsistência () comercialização () subsistência e comercialização () outros
5.4- Você acha que o que vocês cultivam é suficiente para manter a família? () sim () não Porque? _____
Se não:
5.5- Quais alimentos a família compra? _____ _____
De onde compra? _____
6.0- Vocês encontram dificuldades para cultivar? () sim () não

<p>Se sim, quais as dificuldades encontradas para a potencialização dos cultivos? A que elas se devem?</p> <p>() o financeiro; _____</p> <p>() o clima _____</p> <p>() A disp. de mão de obra _____</p> <p>() A disp. de terras _____</p> <p>() A disp. de água _____</p> <p>() outros _____</p>
<p>7- Em termos de dificuldade existem diferenças entre o cultivo de hoje e o cultivo de alguns anos atrás:</p> <p>() sim / Quais e porque? () não/ porque?</p> <p>_____</p>
<p>8.0- A sua família realiza atividades de lazer? () sim () não</p> <p>Se sim quais?</p> <p>() jogos em grupo () cantorias de roda () pescaria () bate papo com vizinhos e compadres</p> <p>() bares () festas () televisão/ celular</p> <p>8.1- Estas sempre foram as principais formas de lazer da sua família? () sim () não</p> <p>Porque?</p> <p>_____</p>
<p>3º GRUPO DE ENTREVISTAS/ APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO</p>
<p>Público Ativo de Moradores (Pessoas que residem na comunidade e participam ativamente da dinâmica comunitária)</p>
<p>1.0- Qual é o seu vínculo e o de sua família com a comunidade de Monte Alegre? Sempre foi assim?</p>
<p>2.0- Você sabe quantas famílias em média vivem na comunidade atualmente?</p> <p>() entre 10 e 20 famílias () entre 20 e 30 famílias () entre 30 e 50 famílias () mais de 50 famílias</p>
<p>3.0- Você sabe quantas famílias em média viviam na comunidade a 40 anos atrás?</p> <p>() entre 10 e 20 famílias () entre 20 e 30 famílias () entre 30 e 50 famílias () mais de 50 famílias</p>
<p>4.0- Qual é o tamanho de sua propriedade? _____</p> <p>4.1- Qual a condição de posse da sua propriedade?</p> <p>() herdeiro () posseiro () contrato de trabalho () proprietário / compra () outros -----</p> <p>4.2- A família já teve áreas maiores? () sim () não</p> <p>Porque? _____ -</p>
<p>5.0- Qual a principal fonte de renda da sua família?</p> <p>() agricultura e pecuária () extrativismo () artesanatos () venda de mão de obra () aposentadoria/ benefícios sociais ()</p> <p>5.1 Esta sempre foi a principal fonte de renda da família? () sim () não/ qual era a fonte de renda?</p> <p>_____</p>

<p>6.0- A sua família pratica a agricultura? () sim () não</p> <p>Se sim:</p> <p>6.1-Quais os principais cultivos? _____</p> <p>6.2-Quais as principais criações? _____</p> <p>6.3-Qual a finalidade de cultivo:</p> <p>() subsistência () comercialização () subsistência e comercialização () outros</p> <p>6.4- Você acha que o que vocês cultivam é suficiente para manter a família? () sim () não</p> <p>Porque? _____</p> <p>Se não:</p> <p>6.5- Quais alimentos a família compra? _____</p> <p>_____</p> <p>De onde compra ? _____</p>
<p>7.0- Vocês encontram dificuldades para cultivar? () sim () não</p> <p>Se sim, quais as dificuldades encontradas para a potencialização dos cultivos? A que elas se devem?</p> <p>() o financeiro; _____</p> <p>() o clima _____</p> <p>() A disp. de mão de obra _____</p> <p>() A disp. de terras _____</p> <p>() A disp.de água _____</p> <p>() outros _____</p>
<p>8- Em termos de dificuldade existem diferenças entre o cultivo de hoje e o cultivo de alguns anos atrás:</p> <p>() sim / Quais e porque? () não/ porque?</p> <p>_____</p>
<p>9.0- A sua família realiza atividades de lazer? () sim () não</p> <p>Se sim quais?</p> <p>() jogos em grupo () cantorias de roda () pescaria ()bate papo com vizinhos e compadres</p> <p>() bares () festas () televisão/celular</p> <p>9.1-Estas sempre foram as principais formas de lazer da sua família? () sim () não</p> <p>Porque?</p> <p>_____</p>
<p>10.0- Quais seriam os principais espaços de vivencia da comunidade?</p> <p>10.1 Como vocês caracterizam os diversos lugares de vivência (local de coleta de fruto, local de cultivo, de celebração etc)?</p> <p>10.2 Como é feito o processo de nomeação das propriedades individuais e dos córregos da comunidade?</p>
<p>Serviços ecossistêmicos de provisão e regulação (aplicado a todos os grupos de entrevistas, que agrega os moradores ativos da comunidade)</p>

<p>1.0 Como era a vegetação da comunidade de Monte Alegre 30 a 40 anos atrás? <input type="checkbox"/> igual é hoje <input type="checkbox"/> mais abundante que hoje <input type="checkbox"/> menos abundante que hoje- A que você atribui isso? _____</p>
<p>2.0 Como era a disponibilidade de água na comunidade de Monte Alegre 30 a 40 anos atrás? <input type="checkbox"/> igual é hoje <input type="checkbox"/> mais abundante que hoje <input type="checkbox"/> menos abundante que hoje A que você atribui isso? _____</p> <p>2.1 A 30 anos atrás de onde vinha a água que sua família consumia? <input type="checkbox"/> riacho <input type="checkbox"/> nascente <input type="checkbox"/> cisterna <input type="checkbox"/> caminhão pipa ou afins <input type="checkbox"/> poço artesiano <input type="checkbox"/> açude <input type="checkbox"/> rio</p> <p>2.2 Qual era a fonte principal de água das famílias da comunidade? _____</p> <p>2.3 De onde vem a água que sua família consome hoje? <input type="checkbox"/> riacho <input type="checkbox"/> nascente <input type="checkbox"/> cisterna <input type="checkbox"/> caminhão pipa ou afins <input type="checkbox"/> poço artesiano <input type="checkbox"/> açude <input type="checkbox"/> rio</p> <p>2.3 Sua família possuiu ou possui nascente no terreno ou no entorno? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim quantas ? _____ Como estão estas nascentes hoje? _____ _____</p> <p>2.4 Quais os períodos de chuva da comunidade?</p> <p>2.5 houve alterações no período de chuva nos últimos 30 anos ? Se sim quais foram as alterações ?</p> <p>2.6 A que você atribui estas alterações?</p> <p>2.7 Quais os mecanismos que a comunidade costuma usar para fazer a previsão de chuva?</p> <p>2.8 Existia e ou existem regras de uso para os recursos hídricos da comunidade? <input type="checkbox"/> sim/ quais e onde estão? _____ <input type="checkbox"/> não</p>
<p>3.0 Como eram as condições climáticas da comunidade de Monte Alegre? <input type="checkbox"/> igual a hoje <input type="checkbox"/> o clima era mais regulado e favorável ao cultivo <input type="checkbox"/> o clima era menos regulado e menos favorável ao cultivo. 3.1 A que você atribui essa alteração ou inalteração? _____ _____</p> <p>3.2 Como isso afeta sua família?</p>
<p>4.0 Quais eram as relações dos moradores da comunidade com a chapada: <input type="checkbox"/> lazer _____ <input type="checkbox"/> extrativismo _____ <input type="checkbox"/> solta de animais _____</p>

<input type="checkbox"/> pesca _____ <input type="checkbox"/> outros _____ Quais produtos eram extraídos da chapada e qual a finalidade?
5.0 De 0 a 5 qual nota você daria para a disponibilidade de água na comunidade a uns 30 anos atrás ? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo
5.1 De 0 a 5 qual nota você daria para a disponibilidade de água na comunidade hoje? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo
5.2 De 0 a 5 qual nota você daria para a disponibilidade de frutos na comunidade a uns 30 anos atrás? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo
5.3 De 0 a 5 qual nota você daria para a disponibilidade de frutos do cerrado na comunidade hoje? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo
5.4 Em se tratando de qualidade de vida qual nota você daria para a qualidade de vida de sua família e da comunidade a 30 anos atrás? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo
5.5 Em se tratando de qualidade de vida qual nota você daria para a qualidade de vida de sua família e da comunidade hoje? <input type="checkbox"/> 0 muito ruim <input type="checkbox"/> 1 ruim <input type="checkbox"/> 2 regular <input type="checkbox"/> 3 bom <input type="checkbox"/> 4 muito bom <input type="checkbox"/> 5 Ótimo